

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JUDSON LIMA BERNARDINO

**SILVICULTURA DE EUCALIPTO: AGENTES DA PRODUÇÃO TERRITORIAL
NA ZONA DA MATA MINEIRA**

JUIZ DE FORA
2015

JUDSON LIMA BERNARDINO

**SILVICULTURA DE EUCALIPTO: AGENTES DA PRODUÇÃO TERRITORIAL
NA ZONA DA MATA MINEIRA**

ORIENTADOR: LEONARDO DE OLIVEIRA CARNEIRO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

JUIZ DE FORA
2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bernardino, Judson Lima.
SILVICULTURA DE EUCALIPTO: AGENTES DA PRODUÇÃO TERRITORIAL NA ZONA DA MATA MINEIRA / Judson Lima Bernardino. -- 2015.
134 f. : il.

Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

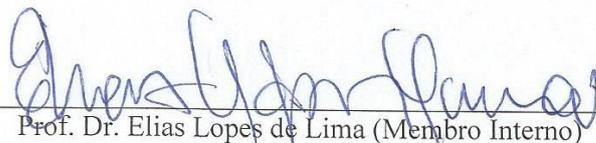
1. Zona da Mata mineira. 2. Processo de territorialização.
3. Eucalipto. 4. Comunidade remanescente quilombola. I.
Carneiro, Leonardo de Oliveira, orient. II. Título.

SILVICULTURA DE EUCALIPTO: AGENTES DA PRODUÇÃO TERRITORIAL
NA ZONA DA MATA MINEIRA

JUDSON LIMA BERNARDINO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Socio-Espaciais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

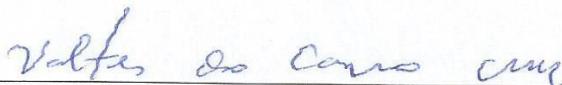
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/12/2015



Prof. Dr. Elias Lopes de Lima (Membro Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (Membro Externo)
Universidade Federal Fluminense

*Dedico este trabalho a todas as
populações tradicionais
remanescentes quilombolas, em
especial as da Zona da Mata
mineira, que r-existem através da
luta cotidiana buscando uma
realidade menos perversa.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de todo um processo de vida compartilhada com muitas pessoas queridas que me fizeram ser quem eu sou. Em cada reflexão traduzida em palavras estão contidos sonhos, decepções, paixões, esperanças, tristezas, angústias e alegrias vivenciadas ao longo dessa caminhada.

Agradeço, em primeiro lugar, a sociedade brasileira, da qual o suor do seu trabalho me propiciou ter acesso a uma instituição pública ao longo da minha formação acadêmica.

Aos meus pais, cada um exercendo uma função primordial na minha caminhada de vida, desde os primeiros passos até hoje. Meu pai Juarez Bernardino de Castro é o meu exemplo pedagógico de determinação e superação. Já minha mãe, Maria do Rosário Lima Bernardino é meu exemplo de inteligência, bravura e coragem, mas ao mesmo tempo de delicadeza e fragilidade. Sou muito grato por terem construído minha educação com valores libertários e sociais.

Aos professores Valter Cruz, Elias Lopes que aceitaram o convite da banca de defesa e colaboraram para aprimorar a dissertação. *Ao corpo docente e secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFJF*, sobretudo aos professores que colaboraram de alguma forma na composição da pesquisa.

Um agradecimento especial para meu orientador Leonardo de Oliveira, por me aguentar por todos esses anos de graduação e pós, sei que não foi fácil, mas não há palavras para descrever o quanto aprendi com você em todas nossas conversas, trabalhos de campo e mais trabalhos de campo, congressos e orientações. Também aos companheiros de mestrado Alexandra, Fabrício, Gabriela e Leonardo que partilharam das dores e cores de uma pós-graduação.

A Sarah, minha namorada, que me contempla com muito amor, cumplicidade e forte apoio nos momentos mais difíceis, principalmente com sua paciência e cuidado, tornando o caminhar sempre mais leve e feliz.

As Comunidades quilombolas, em especial São Pedro de Cima e a Colônia do Paiol, que sempre nos acolheram de braços abertos e de prontidão para nos apoiar e auxiliar na pesquisa. Foram momentos inesquecíveis de trocas de aprendizado.

RESUMO

Ao longo de cinco anos de pesquisa conjuntamente a comunidades de remanescentes quilombolas um fato que sempre me chamou muito a atenção é a relação que essas têm com o *território*, que deixa de ser somente espaço físico, mas passa a ser também alimento, bens naturais, água, terra e também é cultura e identidade. Para Porto-Gonçalves (2006) é assim território; Natureza + Cultura e isso construindo uma forma de *territorialidade*.

Entretanto, com o passar dos anos de convivência e pesquisas nessas comunidades foi sendo percebido que os territórios e territorialidades estavam sendo modificados, perdendo suas características culturais locais. Esse fato tem início e é observado quando os territórios quilombolas começam a ser apropriados de forma direta ou indireta por uma produção agroindustrial – silvicultura do eucalipto – , assim, havendo uma sobreposição de territorialidades gerando tensões e conflitos territoriais entre os agentes produtores/transformadores do espaço. As mudanças na paisagem, nos usos da terra e no ambiente vão acentuando ao longo do tempo, bem como a desestruturação dos modos de vida desse povo.

Diante disso surgiu a motivação de se pesquisar a dinâmica socioeconômica da Zona da Mata mineira com enfoque principal na produção de eucalipto, sendo que essa tenha envolvimento com território de remanescentes quilombolas.

Para isso, parte-se da premissa que o território é um palco de disputas onde existirá uma correlação de forças dialéticas eternas entre seus agentes produtores/transformadores. Portanto, essa pesquisa objetiva sistematizar o processo espaço temporal da expansão da silvicultura do eucalipto na mesorregião mineira destacando e apresentando a atuação desses agentes.

Concomitante a essa construção geo-histórica serão apresentados os interesses, percepções e relações dos agentes sobre o território com a pretensão de diferenciá-las, para isso trabalharemos com dois agentes distintos, os hegemônicos e contra-hegemônicos.

RESUMEN

Más de cinco años de investigación en comunidades restantes quilombo un hecho que siempre me llamó la atención es la relación que tienen con el territorio, que ya no es sólo el espacio físico, pero ahora también alimentaria, los recursos naturales, agua, tierra y también la cultura y la identidad. Porto-Gonçalves (2006) es, pues, el territorio; Naturaleza + cultura y este edificio una forma de territorialidad.

Sin embargo, durante los años de convivencia y la investigación en estas comunidades se está percibiendo que los territorios y territorialidad se están modificando, perdiendo sus características culturales locales. Este hecho comienza y se observa cuando los territorios Maroons comienzan a ser apropiado directa o indirectamente por un agronegocio - forestal de eucalipto -, así, con una superposición de territorialidades creando tensiones y disputas territoriales entre los agentes productores / procesadores Espacio . El paisaje cambia en el uso del suelo y el medio ambiente va acentuando con el tiempo, así como la interrupción de los medios de vida de estas personas.

Frente a este problema surgió la motivación de la investigación de la dinámica socio-económicos de la minería de la zona de bosque con foco principal en la producción de eucalipto, y esto tiene implicación con el territorio de los remanentes de quilombos.

Para ello, partimos de la premisa de que el territorio es una tierra de controversias donde habrá una correlación fuerzas dialécticas eternas entre sus productores / agentes procesadores. Por lo tanto, este objetivo es sistematizar la investigación proceso de línea de tiempo de expansión forestal de eucalipto en el resaltado de mesorregión minera y con el trabajo de estos agentes.

Concomitante a esta construcción geo-histórica se presentará los intereses, percepciones y agentes de las relaciones sobre el territorio afirmando clarividenciar sus diferencias, para que funcione con dos agentes diferentes, el hegemónico y contra-hegemónico.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

RESUMEN

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1. INTRODUÇÃO	14
2. DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, AO TERRITÓRIO, À TERRITORIALIDADE E AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO EUCALIPTO NA ZONA DA MATA MINEIRA.	21
2.1. A organização e a produção do espaço	21
2.2. Território, territorialidade e processo de territorialização	32
3. A SILVICUTURA DE ECUCALIPTO NO BRASIL	38
3.1. A expansão da silvicultura de eucalipto no Brasil e o papel do Estado.	38
3.2. Silvicultura de eucalipto na Zona da Mata mineira.	45
3.3. Principais agentes hegemônicos responsáveis pela produção territorial da Zona da Mata.	58
3.3.1. Polo moveleiro de Ubá.	58
3.3.2. <i>ArcelorMittal</i> Brasil.	63
3.3.3. Laticínios.	77
3.3.4. Serraria Bias Fortes LTDA.	80
4. COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CONTEXTO HISTÓRICO E RESSEMANTIZAÇÃO DO TERMO ATRAVÉS DA LUTA E R-EXISTÊNCIA.	82
4.1. Por que as áreas de estudo são em comunidades quilombolas?	82
4.2. A dinâmica de escravidão no Brasil e o processo histórico na Zona da Mata mineira.	85
4.3. Ressemantização do termo quilombo e contexto histórico das comunidades através da luta e r-existência.	93
4.3.1. As questões conceituais do termo quilombo e remanescentes quilombolas.	93
4.4. A etnoterritorialidade quilombola na Colônia do Paiol	103
4.4.1. Histórico de Bias Fortes a Colônia do Paiol.	103
4.4.2. Realidade socioeconômica da comunidade.	108
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
7. APÊNDICES E ANEXOS	129

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Modelo simplificado da cadeia produtiva do setor florestal.....	40
Imagem 2: Percentual da área de plantios de eucaliptos por estado, 2011.....	42
Imagem 3: Componentes do projeto de redução de emissões com base em carvão vegetal da <i>ArcelorMittal</i>	65
Imagem 4: Plantio de eucalipto, financiado pela ArcelorMittal (antiga Belgo mineira) no município de Piau/MG.....	68
Imagem 5: Representação do um estéreo de madeira.....	68
Imagem 6: Distribuição das atividades de preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios, por regional.....	72
Imagem 7: Cavaco prontos para o transporte para os fornos da empresa.....	74
Imagem 8: Dados comparativos da população escrava entre as principais regiões mineiras da primeira metade do século XIX.....	84
Imagem 9: Vista panorâmica de comunidade Colônia do Paiol.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Áreas e distribuição de plantios de eucalipto no Brasil, 2011.....	42
Mapa 2: Principais empresas consumidoras da silvicultura na Zona Da Mata mineira.....	53
Mapa 3: Atuação da <i>ArcelorMittal</i> em território brasileiro.....	62
Mapa 4: Localização do PoA.....	66
Mapa 5: Localização georreferenciada dos laticínios nas mesorregiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes.....	71
Mapa 6: Municípios onde estão localizadas as comunidades quilombolas da Zona da Mata Mineira.....	76
Mapa 7: Localização da comunidade pesquisada da Zona da Mata Mineira.....	78
Mapa 8: Limites da Comunidade Colônia do Paiol.....	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.M.S	Associação Mineira de Silvicultura
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABIMÓVEL	Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APL	Arranjo Produtivo Local
CAF	Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CENIBRA	Celulose Nipo-Brasileira S.A
CFI	Complexo Florestal Industrial
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas
EMATER-MG	Gerais
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FCP	Fundação Cultural Palmeares
FEMAP	Feira de Máquinas e Matérias-Primas
FEMMUR	Feira de Móveis e de Máquinas de Ubá e Região
FEMUR	Feira de Móveis de Ubá e Região
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado e Minas Gerais
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FJP	Fundação João Pinheiro
FSC	Forest Stewardship Council
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBDF	Instituído Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INP	Instituto Nacional do Pinho
Intersind	Sindicato Intermunicipal de Indústrias de Marcenaria de Ubá
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MinC	Ministério da Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVEXPORT	Associação dos Exportadores de Móveis de Ubá e Região
OHSAS	Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCF	Fundo Protótipo de Carbono
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PoA	Programa de Atividades
PPF	Programa Produtor Florestal
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIAM	Sistema Integrado de Informação Ambiental
	Sindicato das Indústrias do Mobiliário e Artefatos de Madeira de Minas
SINDIMOV	Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

1. INTRODUÇÃO

“A monocultura é a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca de garantir a segurança alimentar na medida em que por definição, a monocultura não visa alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto [...] a quantidade torna-se qualidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.213).

Esse é um fragmento de texto muito importante em minhas reflexões sobre a temática dessa pesquisa, principalmente pela crítica feita à substituição das práticas de um campesinato negro atrelado a policultura em detrimento de uma produção com um viés estritamente comercial que é monocultura.

Ao longo de cinco anos de pesquisa conjuntamente a comunidades remanescentes quilombolas¹, um fato que sempre me chamou muito a atenção é a relação que essas têm com o *território*, que deixa de ser somente espaço físico, e passa a ser alimento, bens naturais, água, terra e também cultura e identidade. Para Porto-Gonçalves (2006) é assim território; “Natureza + Cultura” e isso construindo uma forma de *territorialidade*.

Entretanto, com o passar dos anos de convivência em pesquisas e extensão nessas comunidades fomos percebendo que os territórios e territorialidades estavam sendo modificados, transformando suas características culturais locais. Esse fato tem início e é observado, para fins da pesquisa em voga, quando os territórios quilombolas começam a ser apropriados de forma direta ou indireta por uma produção agroindustrial – silvicultura do eucalipto, assim, havendo uma sobreposição de territorialidades gerando tensões e conflitos territoriais entre os agentes produtores/transformadores do espaço. As mudanças na paisagem, nos usos da terra e no ambiente vão acentuando ao longo do tempo, bem como a desestruturação dos modos de vida desse povo.

Dentro dessa lógica, a cultura que prevalece nas relações de poder é a da “mono”, que nada tem a ver com o alimento, afinal, nenhum povo ou

¹ Na Zona da Mata mineira, onde é o recorte espacial do trabalho, existe um número de treze comunidades remanescentes quilombolas. Do total, duas haviam trabalhos mais significativos que era a Comunidade de São Pedro de Cima, no município de Divino e a outra é a comunidade Colônia do Paiol, localizada no município de Bias Forte, sendo que, essa última é o nosso foco principal de análise.

comunidade consegue materialmente se reproduzir com monoculturas, sendo estas “mono” para além de uma só cultura, uma cultura “para um só lado” (PORTO-GONÇALVES, 2006:40).

Assim, as comunidades vão recriando suas formas de r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006) no lugar. Nesse contexto, percebe-se uma crescente monetarização dessas populações, principalmente através da venda de sua força de trabalho e/ou cedendo suas terras para o plantio do eucalipto, mas ao mesmo tempo resistem a essas práticas com outros cultivos diversificados.

Além dessa prática de r-existência, existem outras que estão relacionadas à luta pelo território e ao reconhecimento étnico. Essas comunidades aos poucos vão reivindicando seus direitos e denunciando as violações garantindo, portanto, a posse, a propriedade do território e a consolidação de suas práticas culturais, reconstruindo a sua territorialidade.

Diante dessa problemática, surgiu a motivação de se pesquisar a dinâmica socioeconômica da Zona da Mata mineira com enfoque principal na produção de eucalipto, sendo que essa tenha envolvimento com território de remanescentes quilombolas.

Para isso, parte-se da premissa que o território é um palco de disputas onde existirá uma correlação de forças dialéticas eterna entre seus agentes produtores/transformadores.

Portanto, essa pesquisa objetiva sistematizar o processo espaço temporal da expansão da silvicultura do eucalipto na mesorregião mineira destacando e apresentando a atuação desses agentes a partir de um estudo de caso. Essa análise dará base ao entendimento do problema de pesquisa que é a sobreposição territorial e de territorialidade gerado na Zona da Mata mineira, e em especial no território quilombola. Sendo que este se torna um espaço de disputa e conflito que leva a diversas transformações, dentre elas, as e mais observadas são socioeconômicas e simbólicas.

Concomitante a essa construção geo-histórica serão apresentados os interesses, percepções e relações dos agentes sobre o território com a pretensão

de diferenciá-las. Para isso trabalharemos com dois agentes distintos, os hegemônicos² e contra-hegemônicos³.

Para o entendimento dessa dinâmica realizamos pesquisas quantitativas⁴ e qualitativas na comunidade quilombola Colônia do Paiol⁵ e na Serraria Bias Fortes⁶. Segundo Chizzotti (2008), os estudos de casos visam explorar um evento específico ou processos contemporâneos tomados como “caso”, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar, de forma a se realizar uma busca circunstanciada de informações sobre o mesmo.

Suertegaray vai salientar essa presença do pesquisador no movimento da realidade.

...o trabalho de campo, de forma mais ampla, é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo (2002:5).

Ao se recorrer ao instrumento da observação, o observador deve participar em interação constante com o objeto de estudo, em todas as situações, acompanhando as ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e sentidos dessas ações, e interrogando sobre as razões e significados dos seus atos (CHIZZOTTI, 1995). Os registros das observações devem conter todas as informações que ocorreram no curso da pesquisa, tais como as reflexões de campo, as situações vividas (percepções, hesitações, interferências, conflitos), dentre outros.

Como abordagem de campo, optamos pela observação participante, que consiste em uma relação direta com os sujeitos da pesquisa, participando de sua

² Essa nomenclatura cabe às organizações e empresas financiadoras e compradoras do plantio de eucalipto e também o Estado que é o grande mentor e fomentador do processo.

³ As comunidades negras rurais (comunidades de remanescentes quilombolas) pesquisadas, também conhecidos como agentes sociais.

⁴ Observar questionário em anexo.

⁵ Comunidade que foi palco de toda pesquisas.

⁶ Principal agente hegemônico com interface com a comunidade Colônia do Paiol. Essa interface está diretamente relacionada a contratação de mão-de-obra moradores da comunidade para trabalharem na produção de eucalipto.

vida social em seu contexto sociocultural, tendo clara a noção de que sua própria presença enquanto sujeito pesquisador já transforma esse contexto, sendo também transformado por ele (MINAYO, 2009). Fez-se uso de um diário de campo onde as atividades e percepções do dia foram registradas, servindo também como fonte de informações.

Houve também acúmulo de percepções e informações que precederam esta pesquisa nas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão na comunidade estudada e que foram utilizados para a construção do objeto da pesquisa e para as reflexões que fazemos ao longo do texto.

Já a entrevista semiestruturada, é um instrumento de coleta de dados que permite coletar indícios dos modos como cada um dos sujeitos percebe e significa sua realidade, de forma a levantar informações consistentes que permitam descrição e compreensão da lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004).

Além disso, foram utilizados como instrumentos complementares de coleta de dados análise de documentos históricos, teses, livros, periódicos, artigos, boletins e notas técnicas, documentos cartográficos e imagens que favoreceram a coleta de informações de forma pormenorizada, atingindo o objetivo deste estudo.

Em um primeiro momento, fizemos uma revisão bibliográfica inicial de conceitos e categorias geográficas que foram de grande valia na análise e interpretação bibliográfica e também nos trabalhos de campo. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico e leitura sobre as temáticas principais do trabalho como a produção de eucalipto e questões quilombolas no Brasil, Minas Gerais e na Zona da Mata mineira.

O primeiro trabalho de campo na comunidade, para fins desta dissertação de mestrado, foi em março de 2013, esse teve como objetivo principal um levantamento da história da formação do vilarejo e daquele território. Todo levantamento foi feito através de gravação de áudio e vídeo das *histórias orais*.

Segundo Bom Meihy (1996:13), a *história oral* “se apresenta como forma de captação da experiência de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social”. Elas se apresentam,

em algumas formas, como a tradição oral, a história de vida e a história oral temática.

Assim, podemos entender que a *história oral* potencializa a troca entre os sujeitos da pesquisa, sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, possibilitando uma síntese dialética entre os dois polos enquanto polos ativos de reflexão e conceitualização sobre a experiência em questão (CUSICANQUI, 1990 *apud* MIGNOLO 2002:206)⁷.

No segundo trabalho de campo ocorrido em janeiro de 2014 teve como objetivo a aplicação dos questionários em todas as casas da comunidade. Com os dados levantados pretendia entender a relação que a comunidade tinha com a produção de eucalipto e como eles percebiam essa relação. Além disso, com um GPS (Sistema de Posicionamento Global) e o auxílio dos moradores, percorremos os limites territoriais da comunidade e com isso poderíamos produzir um mapa delimitando o território que atualmente está sobre o domínio dos remanescentes.

Por fim, o terceiro e último trabalho de campo, ocorreu em setembro de 2015, esse campo não foi na comunidade, mas sim na Serraria Bias Fostes. O objetivo desse foi produzir uma entrevista com o proprietário da serraria, sendo que essa entrevista tinha o caráter de confronto dos dados obtidos nas entrevistas e nos questionários aplicados na comunidade, principalmente no que se refere a contratação de mão-de-obra. Além disso, entender o processo de produção e comercialização do eucalipto, como produzir, quantidade produzida e principal parceiro comercial de venda⁸.

Para tanto, a pesquisa de campo foi fundamental para entender os processos de horizontalidades, verticalidades, solidariedades e territorialização do plantio de eucalipto, e esse entendimento só foi possível por meio de observações diretas e aplicação de entrevistas semiestruturadas.

⁷ MIGNOLO, Walter. *Desobediência Epistêmica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad*. Colección Razón Política – Ediciones del Signo– 2010

⁸ Vide questionário em anexo.

Nos momentos pós-campo, executou-se a transcrição das gravações, bem como a organização e classificação das informações contidas na mesma. Nesse momento, iniciou-se também o processo de mergulho e aprofundamento bibliográfico e de escrita da dissertação, objetivando um diálogo entre o campo teórico e as informações e experiências vivenciadas em campo; bem como a confecção de mapas.

Na tentativa de sistematização dessas elucubrações o trabalho dispõe de uma organização em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo tecer uma discussão teórica de todos os conceitos e categorias geográficas que auxiliam no entendimento do problema em questão. Ao longo do desenvolvimento do capítulo é possível perceber que cada conceito é apropriado, de forma intuitiva, e aplicado por cada um dos agentes produtores/transformadores do espaço de maneira bem distintas, confirmando que cada um tem interesses e intencionalidades diferentes.

No segundo capítulo, apresentamos um levantamento geo-histórico do processo de produção de eucalipto no Brasil, desde a sua chegada em território nacional até a recente década. Para essa análise, é trabalhado as múltiplas escalas, desde a nacional até a escala local – Zona da Mata mineira, mais especificamente a região do entorno do município de Juiz de Fora.

Além disso, é feito o levantamento e análise das funções dos agentes hegemônicos produtores do espaço que são as organizações e as empresas financiadoras, compradoras e produtoras do plantio de eucalipto e também o Estado, que é o grande mentor e fomentador desse processo através de políticas públicas, projetos/programas de governo e financiamentos.

Por fim, no terceiro capítulo, será apresentado um resgate histórico da escravidão no Brasil, dando enfoque principalmente em Minas Gerais, pois foi o Estado com o maior contingente escravo e especificamente a Zona da Mata mineira. Concomitante a isso, é feita uma discussão da ressemantização do termo quilombo e o contexto histórico das comunidades através da luta e existência para o autoreconhecimento cultural e territorial.

Além disso, é apresentando o histórico da comunidade quilombola Colônia do Paiol que foi foco de toda a pesquisa fazendo a relação com a produção de eucalipto na mesorregião da Zona da Mata mineira.

No quarto capítulo, buscamos abordar as considerações finais da pesquisa que, acreditamos, cumprem mais o papel de sistematizar as principais questões e problemas levantados dentro do estudo de caso, abrindo caminhos de investigação e reflexões sobre o tema.

2. DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, AO TERRITÓRIO, A TERRITORIALIDADE E AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO EUCALIPTO NA ZONA DA MATA MINEIRA.

Esse capítulo tem como objetivo tecer uma discussão teórica de todos os conceitos e categorias geográficas que auxiliam no entendimento do problema em questão. Ao longo do desenvolvimento do capítulo é possível perceber que cada conceito é apropriado, de forma intuitiva, e aplicado por cada um dos agentes produtores/transformadores do espaço de maneira bem distintas confirmando que cada um tem interesses e intencionalidades diferentes.

2.1. A organização e a produção do espaço

Historicamente existe a preocupação com a localização das atividades humanas no espaço e entendimento do processo organizacional, sendo que o espaço era interpretado como o palco das ações humanas, os processos de organização eram entendidos como acomodações feitas para atender às necessidades dessa sociedade. Portanto, cada tipo de organização social produz uma forma que organização espacial. (CARLOS, 2011, p. 63).

Cabe destacar que, a produção do espaço é anterior à lógica capitalista, tendo seu início no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e passa para o processo de criação das condições e dominação da natureza através do seu trabalho. Mas, dentro do modo capitalista, a produção do espaço adquire dimensões diferentes dos momentos históricos anteriores, ampliando-se territorialmente e socialmente.

Nesse contexto,

“... o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos da sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria. A lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realidade da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros desta sociedade.” (CARLOS, 2011, p.64).

A resignificação do espaço no sistema capitalista produz em determinadas situações que o valor de troca se sobressaísse mais do que o valor de uso. Dessa forma, os sujeitos/agentes que compõem esse conceito a se reduzem a meros usuários/consumidores desse novo espaço mercadoria, assim diminuindo as relações de construção de afetividade com o lugar.

Todo o processo de resignificação e reordenamento das práticas e funções sociais são reguladas, na maioria das vezes, por instituições, por códigos, por uma cultura, que se projeta sobre uma realidade micro escalar, como por exemplos, a realidade das comunidades negras rurais pesquisadas. Essas realidades são formadas a partir de uma ordem distante e vertical dominadora, que nesse caso são as empresas produtoras e consumidoras de eucalipto e o próprio Estado que tem um papel crucial.

Lefebvre (2000) concebe o espaço como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Assim, em um processo dialético de análise, a sociedade capitalista produz o espaço através de relações de trabalho, mas ao mesmo tempo sofre interferência dessa modificação ocorrida no espaço.

Desse modo, Carlos (2011, p.68) aponta que

[...] a noção de *produção* traz questões importantes, pois seu sentido desvela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as suas formas de apropriação. [...] Se a produção tem por conteúdo relações sociais, tem também uma localização no espaço. Assim, há produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia.”

Então, podemos compreender que, a produção do espaço contemporâneo é uma constante correlação de forças entre os seus agentes produtores, onde cabe destacar a importância do *Estado* com o seu domínio político, o *capital* com suas estratégias de reprodução e os *sujeitos sociais* que têm o espaço como condição, meio e produto de suas ações.

Analisando cada um desses agentes e iniciando pelo *Estado*, não é correto afirmar que apenas recentemente o mesmo se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia.

O nascimento da Geografia como ciência no séc. XIX através da teoria do geógrafo alemão Friederich Ratzel (1844-1904), faz uma associação entre Estado-Território-Espaço Vital (MORAES, 1990).

O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. [...] O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. (MORAES, 1990:23)

Ratzel afirma que os povos que possuem certo patrimônio cultural e territórios delimitados – inseridos numa escala desenvolvimentista como “civilizados” – organizam-se enquanto Estado, com o objetivo de manutenção de suas posses territoriais:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; [...] Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo. [...] A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado. (apud MORAES, 1990:73-76).

Partindo dessa afirmação de Ratzel, sobre o Estado ser uma personificação da sociedade, essa realidade representaria uma sociedade harmônica, portanto sem conflitos, assim não havendo uma sobreposição de territorialização e interesses. Contudo, em outras leituras sobre a figura do Estado, percebe-se que essa realidade não é harmoniosa, pelo contrário ela é caótica.

Em *A ideologia alemã* Marx e Engels (2009) produzem uma concepção mais geral sobre o Estado, em que se considera como “uma forma independente”, que surge da “contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade”. Essa contradição “sempre se baseia” na estrutura social e, em particular, “nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras”. A partir disso, segue “que todos os conflitos reais das classes lutam entre si”.

Dessa forma, o Estado se origina da contradição entre interesses particulares das classes dominantes e das demais classes, mas, no entanto, tem que assumir um papel de “independência” com o objetivo de garantir o bem-estar comum a toda sociedade. Assim torna-se o lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos.

Contudo, os instrumentos de dominação, em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação, podem ser transformados, pela luta política, em instrumentos para a dominação da classe, onde a classe economicamente dirigente torna-se também a classe politicamente dirigente.

Marx e Engels (2009) sustentam que a classe dirigente “domina também como pensadora, como produtos das ideias, e regula a produção e distribuição das ideias de sua época: assim, suas ideias são as ideias dominantes da época”.

Já o *capital* é a principal ferramenta do sistema capitalista que dá movimento a lógica comercial e reprodutora. Como já foi abordado, no modo de produção capitalista, o espaço, também é uma mercadoria, portanto os agentes que possuem mais esse recurso tendem a dominar a lógica comercial e por consequência regular a (re)produção do espaço. Dessa forma, em uma correlação de forças com outros agentes que são menos providos de capital, a competitividade torna-se desigual/desleal.

Por fim, os *sujeitos sociais* podem assumir diversas funções nessa complexa realidade, dentre elas podemos destacar a função de força de trabalho, de mercado consumidor, mas também podem ser encarados como produtores e produtos dessas relações de produção espacial. Essas funções serão retomadas e explicadas no decorrer do texto.

Dentro dessas duas realidades dicotômicas dos agentes produtores do espaço, percebe-se a correlação de forças entre a produção do espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas e na outra face da moeda, fazendo o par dialético, a reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da vida social (CARLOS. 2011 p. 72).

Fazendo um paralelo com a realidade pesquisada no que se refere à produção do espaço geográfico com o plantio de eucalipto no Brasil, mais especificamente na Zona da Mata mineira, essa realidade é analisada a partir da correlação de forças de dois principais agentes, que nessa pesquisa serão considerados como agentes hegemônicos e contra-hegemônicos.

Analisando a produção do espaço na perspectiva dos agentes hegemônicos, pode-se perceber que os mesmos pensam e arquitetam um plano de ação sobre e para o espaço, onde este é visto como um espaço cartesiano, meramente receptáculo uma planície isotrópica como Corrêa (2008) nos chama a atenção. Entende-se por esse conceito:

“A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo.”

[...]

“Na planície isotrópica a variável mais importante é a distância, aquela que determina em um espaço previamente homogêneo a sua diferenciação.” (CORRÊA, 2008. p.20)

Dentro dessa perspectiva, os agentes hegemônicos são responsáveis pela produção territorial da Zona da Mata mineira através da aplicação das forças verticais e/ou verticalidades, que segundo Milton Santos:

“... podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes. (...) Desse modo ordenado, o espaço de fluxos tem vocação a ser ordenador do espaço total, tarefa que lhe é facilitada pelo fato de a ele ser superposto.” (SANTOS, 2005, p.105-107).

Assim, essas forças produzem o avanço da monocultura⁹ do gênero do *Eucalyptos* sobre outras práticas e modos produtivos. Estão associados a uma lógica de produção distinta daquela adotada pelos produtores que se territorializaram na região, desempenhando uma atividade agrícola fundamentalmente focada na subsistência, na cafeicultura e na pecuária, gerando conflitos culturais e econômicos.

Como estamos trabalhando aqui com duas categorias, o Espaço e o Território, é bom fazer uma pequena diferenciação, para Raffestin (1993, p.143) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e

⁹ As comunidades também podem plantar eucaliptos, mas não o fazem sob a lógica da monocultura, mas integrado à diversidade e aos usos que necessitam, inclusive, não se abstendo de comercializá-los em algumas ocasiões.

informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”, dessa forma, podemos identificar uma característica essencial desse conceito que a inter-relação da sociedade com o espaço, concomitantemente a isso, o território também é marcado pela disputa de poder entre os sujeitos sociais que o disputam. Assim, Raffestin (1993, p.143) coloca o território como sendo “a prisão que os homens constroem para si”, diferentemente do espaço que seria a “prisão original”.

Isso posto, o território da Zona da Mata mineira é meramente levado em consideração e diferenciado devido a sua proximidade escalar com alguns agentes de suma importância que são: a mão de obra, que irá ser força de trabalho na produção dessa mercadoria em questão – o eucalipto; e o mercado consumidor dessa mercadoria, o qual não poderá ser muito distante, pois o custo do transporte encarece a mercadoria.

Nessa linha de pensamento ainda, há uma grande dicotomização entre Natureza e o Homem (Sociedade), sendo que a Natureza é vista como uma *natureza-mecânica e desumanizada* (MOREIRA, 2006), onde devido uma crença da ciência moderna, tudo que é físico é mensurável e quantificado. Levando essa análise teórica para o plano da realidade, a localização de qualquer investimento em produção de eucalipto é determinada por entrecruzamento de fatores de ordem física, previamente conhecidos e analisados como: relevo, geologia, clima, solo e vegetação.

Segundo dados da Associação Mineira de Silvicultura (AMS, 2004), das atuais áreas de expansão e concentração de investimentos e incentivos em florestas plantadas, elas apresentam, em graus variados, restrições à agricultura, associadas a deficiências de fertilidade e hídricas, susceptibilidade à erosão e dificuldades de mecanização, entre outras.

Dessa forma, a Zona da Mata mineira possui alguns fatores que contribuem para o início desse processo produtivo, dentre eles podemos destacar a relativa estagnação econômica da região como o declínio da produção do café no início do século XX; recentemente a diminuição da produção leiteira; o relevo¹⁰ da região com características pouco favoráveis a prática da pecuária extensiva e plantio de grãos. Soma-se a esses modelos de

¹⁰ Mar de Morro, segundo definição de Aziz Ab 'Saber (2003).

aptidões agrícolas e processos históricos, a presença ou proximidade da região aos grandes e pequenos consumidores de eucalipto como metalúrgicas, siderúrgicas, indústrias de papel-celulose, polo moveleiro, além de dezenas de laticínios e pequenas indústrias alimentícias.

Já o Homem (sociedade) entra nesse planejamento ocupando duas funções, sendo uma como força de trabalho, que são os próprios moradores das comunidades, cedendo todos os seus conhecimentos do “senso comum” para aperfeiçoar a produção dessa mercadoria; e a segunda função é do homem como mercado consumidor, sendo este homem, os moradores das comunidades, os atravessadores, as empresas e o Estado.

Em contrapartida, se a produção do espaço for entendida sobre a ótica dos agentes contra-hegemônicos, o processo de entendimento e planejamento da produção do espaço é bem distinto.

Assim, a forma com que percebemos enquanto pesquisadores a relação que esses agentes têm com o espaço é totalmente divergente dos agentes hegemônicos, sendo que, essa interação é entendida por nós agora como um espaço social, portanto uma formação sócio-espacial SANTOS (2012).

Nessas comunidades negras rurais¹¹ perpetuam sua r-existência, a qual dever ser entendida como:

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos **r-existência**, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre as duas lógicas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

Percebe-se que as formas de r-existência dessas comunidades estão intimamente ligadas às práticas sociais locais e territoriais, sendo essas chamadas de forças horizontais ou horizontalidades (SANTOS, 2007) e são essas forças as responsáveis por fazer frente, ou seja, a correlação de forças com as forças verticais.

¹¹Segundo pesquisa realizada no site do INCRA (www.incra.gov.br) foram identificadas na Zona da Mata Mineira, 13 comunidades negras rurais que entraram com pedido de reconhecimento e demarcação de seus territórios junto ao INCRA.

As características do modo de vida dessas comunidades expressam elementos recorrentes das chamadas “comunidades e povos tradicionais”¹². Entre essas características, podemos apontar para: a) ocupação de um território com o qual a comunidade estabelece uma estreita relação, onde se mantém e se reproduz; b) forte relação com a natureza, seus ciclos e bens naturais, apresentando profundo conhecimento sobre sua dinâmica e elementos; c) uso de tecnologias com baixo impacto sobre o ambiente; d) valorização das unidades familiares e terras comunais – quando existe essa disponibilidade de terras, como é o caso da comunidade Colônia do Paiol –, bem como das relações de parentesco, compadrio nas relações econômicas, sociais e culturais; e) uma auto identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta, entre outras (DIEGUES, 2001:84).

Este padrão peculiar de organização e reprodução da existência material, simbólica e afetiva envolve uma relação com a natureza em que esta desempenha o papel de provedora. Esse padrão foi acompanhado pela construção de uma profunda rede de parentesco e trocas materiais e comerciais, religiosas e festivas, de cura e de trabalho, que selam laços de identidade e solidariedade (FERREIRA, 2009: 88)

Esse modo de vida é construído essencialmente vinculado a um substrato material e imaterial, conformando um *território*, em que essas comunidades vão tecendo sua *territorialidade*.

No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e de ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e de vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2010: 43).

¹² A ideia de comunidade e povos tradicionais substitui a de populações no âmbito do debate da Convenção 169 da OIT. Comunidade se aproxima de um viés político no sentido de “base”, de mobilização, que por sua vez se remete a povo (ALMEIDA, 2008: 27). O tradicional se refere tanto ao uso tradicionalmente tecido por essas comunidades, mas também a mobilização do grupo que reivindica seus elementos e práticas identitárias no momento atual (*idem*, p.118/119).

Para Souza (2008: 81), “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território (...), do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”.. A *territorialidade* seria aquilo “que faz de qualquer território um território, ou seja, (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (2001:99).

Entende-se por territorialidade:

o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território ou homeland (LITTLE. 2002, p.52).

A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade e de um período para outro. Dessa forma, ela é resultado de processos de socialização e da inter-relação dos seres humanos com território, assim, pode-se entender que a territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social.

Esse processo dialético e contraditório entre os agentes produtores do espaço resulta – hegemônicos e contra-hegemônicos – um movimento contínuo entre a adaptação, a transformação, as descobertas, o aprendizado e a resistência. Pois,

...o modelo econômico assim estabelecido tende a reproduzir-se, ainda que mostrando topologias específicas, ligadas à natureza dos produtos, à força das empresas implicadas e à resistência do espaço preexistente. O modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente ao seu entorno. Mas este de algum modo se opõe à plenitude dessa hegemonia. (SANTOS, 2007, p.107)

Sendo assim, a dicotomia existente entre Natureza e Homem na perspectiva hegemônica também é questionada, pois os agentes contra-hegemônicos não conseguem analisar um sem o outro, tendo uma análise mais holística de realidade. Cabe ressaltar que essa afirmativa não se dá no sentido stricto das palavras, mas ao observámos esses grupos é identificado isso de maneira empírica.

Portanto, através dessa outra forma de análise da realidade, congregando o orgânico – Natureza – e o inorgânico – Homem – as territorialidades agrárias

são interpretadas em outra perspectiva, surgindo então outras análises e papéis para os sujeitos, agora ativos, envolvidos diretamente nessa realidade.

A Natureza que era vista, pelos agentes hegemônicos, como mecânica desumanizada, agora é percebida como um todo, mas não somente como a soma das partes – relevo, geologia, clima, solo e vegetação – e sim a inter-relação e interdependência das mesmas; já o Homem, deixa de ser meramente força de trabalho e consumidor e volta a pertencer à própria Natureza em uma relação também de interdependência.

Ainda assim, a realidade é mais complexa do que somente essas duas vias de análises, onde uma se contrapõem a outra. A realidade não é somente um mero jogo de forças entre visões de mundo antagônicas, para ENGELS apud KONDER o

... fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação. (KONDER, p.58).

Dessa forma, a realidade da territorialidade agrária e da produção do espaço é a síntese concreta da inter-relação de planos e ações do par dialético – agentes hegemônicos e agentes contra-hegemônicos, onde cada um desses apresenta sua tese¹³, que obrigatoriamente é confrontada com a antítese¹⁴ e, nesse processo de confronto entre afirmação e negação cria-se uma realidade concreta e sintética.

Em uma perspectiva dialética, a forma analítica da categoria espaço assume para si uma definição de condição, meio e produção das ações humanas, assim o espaço é uma produção social (CARLOS, 2011) e também local da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.

¹³ Análise sobre aquela determinada realidade que está imbuída de ideologias.

¹⁴ Visão geralmente antagônica a tese apresentada, mas que também tem suas próprias ideologias.

SANTOS (2012) afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço. Segundo ele, modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes todas essas relações têm os níveis da realidade e as escalas de imbricações que são capazes de fornecer a compreensão das tensões.

Para (CARLOS, 2011) existem três níveis de análise para a produção do espaço, o nível econômico, o político e o social, onde nas três análises o espaço é *condição, meio e produto* na lógica (re)protutiva do espaço.

O *nível econômico* é compreendido a partir das necessidades da reprodução do capital, sendo que o espaço é *condição* para a reprodução econômica através de sua funcionalidade de infraestrutura, concentração, mercado de trabalho e de matéria-prima. É também *meio* para a produção-distribuição-consumo de bens e mercadorias e por fim *produto* onde ele reúne os elementos que permitem a continuidade da (re)produção.

No *nível político* o espaço é *condição* da ação do Estado através das mediações do poder, assim esse Estado desenvolve estratégias para promover a reprodução do espaço como um instrumento político organizado e manipulado. Como *meio* ele é um poder nas mãos da classe dominante que usufrui de políticas públicas para benefício próprio, e como *produto* ele é normatizado e vigiado como forma de construção do espaço estratégico para a reprodução do capital e benefício da elite.

Por fim, como *nível social*, sendo que esse CARLOS (2011) coloca como o mais importante, pois é nesse nível que os anteriores ganham visibilidade em suas relações dialéticas. Assim, o foco de análise recai sobre as relações sociais de um determinado lugar realizando-se enquanto modo do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Dentro dessa lógica dialética e dicotômica das correlações de forças dos agentes produtores do espaço podemos perceber processos que, de um lado, produzem persistência e preservação dos lugares e modos de vida, e, do outro, rupturas e transformações impostas pelo crescimento econômico.

Conseqüentemente, podemos pensar o espaço como *condição* para a realização da sociedade, pois ele é suporte para as relações sociais em suas objetividades e subjetividades. Como *meio* o espaço é um elo entre o público e o privado e a construção de histórias individuais, mas inseridas em um contexto

coletivo. E por fim, como *produto*, onde existe um conflito entre na análise desse espaço enquanto valor de troca e de uso.

2.2. Território, territorialidade e processo de territorialização

O conceito de território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo social não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural desse grupo estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA. 2008)

Portanto, o território deve ser analisado sobre a ótica de um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA. 2008 p. 78), assim, algumas questões são pertinentes como, por exemplo: quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?

Sobre o poder, assim sintetizou Hannah Arendt o seu conceito:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (...), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDR, 1985:24).

Assim, trazendo essa definição de poder para iluminar a análise territorial, pode-se entender que quando um território está sob o domínio de um certo agente social, isso quer dizer que esse é um representante da uma classe dominante, que por sua vez, por estar no poder, consegue organizar e articular o Estado, as leis e os capitais em prol de seus interesses. Deste modo, o agente dominante consegue organizar melhor o território, pois ele detém o poder.

Souza ainda afirma que o território encerra a “materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (2001:108). Sendo assim, ele abrange elementos materiais e imateriais, e diversas dimensões imbricadas nestas relações de poder.

Haesbaert (2012. p.40) identifica essas dimensões a partir das diferentes abordagens que historicamente trabalharam o *território*, sendo elas:

1. **Política ou jurídico política:** o território é visto como um espaço delimitado e controlado a partir de relações de poder, geralmente vinculado ao poder exercido pelo Estado;
2. **Cultural ou simbólico-cultural:** o território é priorizado a partir das relações simbólicas e subjetivas, sendo visto como “produto da valorização/ apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”;
3. **Econômica:** território visto como fonte de recursos e/ou a partir das relações de conflito social, valorizando sua dimensão material;
4. **Concepção “naturalista”:** território como fruto das relações entre tem sociedade-natureza, com ênfase na dimensão da natureza enquanto determinante nessa relação, gerando muitas vezes uma “naturalização” dessa relação.

O geógrafo observa que todas as dimensões presentes nessas abordagens são constitutivas do território, apesar se serem muitas vezes tratadas como excludentes umas das outras, o que faz cair em extremismos e na supervalorização de determinados aspectos. Ao mesmo tempo, essas abordagens são fruto de posicionamentos filosóficos dos pesquisadores.

A partir disso, ele propõe uma abordagem integradora, enfatizando a necessidade de se trabalhar todos esses âmbitos de forma conjugada, buscando nesse mesmo esforço a superação da dicotomia entre o materialismo e o idealismo, sendo assim “(...) imprescindível trabalhar o conceito de território a partir da interação entre as múltiplas dimensões sociais” (HAESBAERT, 2012:24).

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações

sobre o espaço ou o “imaginário social” que não apenas move como integra ou é parte indissociável dessas relações (HAESBAERT, 2012:42).

Haesbaert evoca o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre para explicar dois tipos de relações contidas nos processos territoriais: o de dominação e o de apropriação espacial. Para Lefebvre, ambos caminham juntos nas relações espaciais, sendo a relação de dominação ligada às transformações técnicas, às forças racionalizadoras e controladoras; e a apropriação referente às forças subjetivas, simbólicas, das práticas e saberes do lugar vivido.

Teoricamente, essas esferas deveriam caminhar juntas, mas, no entanto, no sistema capitalista, de lógica estrutural inerentemente desigual, promove junto às relações sociais, a distinção entre essas racionalidades, onde há, muitas vezes, a separação desses processos.

Embora inicialmente tenha havido apropriação sem dominação, gradativamente, com o papel crescente dos exércitos, da guerra e do poder político do Estado, aumentam as contradições e os conflitos entre esses dois processos, e é a dominação que finalmente se impõe, reduzindo drasticamente os espaços efetivamente ‘apropriados’. Assim, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo (HAESBAERT, 2012:96).

A *territorialidade* de um dado grupo pode se realizar desta forma a partir de relações com o território como abrigo (SANTOS, 1998), fonte de garantia da existência e referência simbólica, sendo assim uma relação essencialmente de apropriação, que nesse caso seria a forma de territorialidade das comunidades quilombolas. Por outro lado, a territorialidade de um dado grupo pode se afirmar a partir de um processo de dominação externo, vertical, racionalizador, funcional (SANTOS, 1998), que esse seria a forma de territorialidade Estatal e corporativa.

Para Sack, a *territorialidade* constitui-se na “tentativa, por meio de um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar as pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”, conformando essa área em um território (1986:22).

Além de admitir essa materialidade e sua dimensão de controle, Sack (1986, p. 7) também aponta que “assim como a cultura, a tradição e a história

mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra”.

Raffestin, por sua vez, entende que a *territorialidade* “(...) reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade; pelas sociedades em geral” (1993:158). Define-se assim, numa perspectiva ampliada pelo conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo (1993, p. 160), manifestando-se em várias escalas.

A territorialidade da comunidade quilombola Colônia do Paiol foi tecida essencialmente a partir da apropriação do espaço, através dos saberes e elementos identitários grafados no espaço, que provém de uma série de relações e práticas comuns.

Esses saberes constitutivos desta territorialidade englobam

(...) as categorias nativas¹⁵, que expressam estas formas peculiares de leitura e apropriação do mundo; a observação acerca dos sinais do tempo atmosférico e da fertilidade do ambiente; as práticas de cooperação guiadas pelo princípio da solidariedade e reciprocidade; a cosmologia que orienta o melhor momento para os plantios e o extrativismo – o tempo das águas e os ciclos lunares, buscando a otimização do que o meio pode oferecer; a diversidade de técnicas e materiais utilizados nas construções e produção de artefatos; a diversidade de espécies de alimentos e medicamentos – que revelam uma longa observação, manuseio e experimentação; os conhecimentos acerca da cura corporal e espiritual – expressos pela grande quantidade de medicamentos oriundos da flora e fauna locais, aliados aos benzimentos; a arte de devoção religiosa presente no Baile de Congo [...] e no Jongo, rituais de cunho afro-brasileiro (FERREIRA, 2010: 11/12).

Essas práticas e saberes, construídos ao longo da história grafada no espaço, se constituem então em elementos de apropriação deste espaço. Esse saber deve ser entendido de forma articulada com a ideia de poder, constitutivo da apropriação do território. “Os saberes ligados à terra, os saberes ambientais

¹⁵Simone Ferreira, em seu rico e profundo trabalho sobre a territorialidade quilombola do Sapê do Norte, identifica várias categorias nativas que exemplificam as leituras e apropriações comum desse lugar, tais como: *imprensado, destocar, influído, suntar, terra à rola e terra solta, chegante ou forasteiro, forte ou fraco, perrengue, animal cavalari e animal vacum, gado à grané, sertão, rua e comércio, papaião ou balseiro, brincadeira, pemba, terreiro, ajuntamento e embarreio* (2009: 163).

como coloca Leff (2000), se transformam em estratégia de sobrevivência e reprodução de um modo de vida, assim, estratégia de controle do território” (ITABORAHY, 2012:13).

Esse complexo de elementos que compõem a territorialidade se aproxima da ideia de *cosmografia* (cosmologia grafada no espaço), entendida por Little (2001) como o conjunto de saberes ambientais e ideologias que, criados coletivamente e situados no tempo, são utilizados para o estabelecimento e a manutenção do território dos grupos sociais. Essa cosmografia abarca os tipos e usos da terra, as relações de afeto e a memória coletiva do território, bem como o uso social e as formas de defesa do mesmo.

Essa apropriação, imbricada ao modo de vida desse povo, revela elementos de uma identidade comum. A identidade pode ser conformada por elementos que se referem à origem e à cultura de um dado grupo— etnicidade- e que marcam sua diferença, estabelecida de modo contrastante em relação ao outro, estabelecendo fronteiras sociais e simbólicas materializadas no território. Como afirma Souza, “o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (...) e os ‘outros’” (2001: 86).

A fronteira, os limites, a alteridade, a interioridade e exterioridade são aspectos inerentes ao território e revelam sua natureza relacional. O território e sua territorialidade, qualidade necessária à constituição dos territórios, são entendidos sempre a partir de uma relação com o outro, estabelecida pelos limites, pelo controle e domínio, advindos das relações sociais de poder, situadas temporalmente. O território não se constitui em um espaço absoluto em si, cristalizado materialmente; ao mesmo tempo, não se deve relativizar sua materialidade ao ponto de negligenciá-la.

Nesse sentido, é necessário delimitar historicamente este território, pois essas relações são dinâmicas, e o território também se modifica, se desfaz, se reconstrói historicamente. “Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material (...)” (HAESBAERT, 2002: 26).

Os territórios analisados na pesquisa demonstram um processo de territorialização bem complexo e expressa uma dualidade e disputa entre os agentes hegemônicos e contra-hegemônicos, onde cada um desses agentes contém o seu processo de territorialização e territorialidade.

Os agentes contra-hegemônicos têm a construção de uma territorialidade de um campesinato negro, onde as relações impressas no território demonstram uma realidade holística, complexa e solidária, muita das vezes caracterizando práticas não capitalistas, pois não envolvem valor de troca, nem comercial e nem na contratação de mão-de-obra como será apresentado de maneira mais profunda nos próximos capítulos.

Já, o processo de territorialização e construção da territorialidade dos agentes hegemônicos são bem distintos. A territorialização é bem mais contemporânea, se comparada aos atores contra-hegemônicos, e todo processo se dá de uma forma mais intensa, ignorando uma lógica anteriormente territorializada, existindo uma tensão territorial e uma disputa. As territorialidades desses agentes são construídas e estão expressas no território a através de relações mais lógica-formal, portando mais atomística, focada, na maioria das vezes, na maior exploração maior do elemento econômico que o território tem a oferecer.

Todo processo de territorialização e territorialidade dos agentes serão abordados nos capítulos subsequentes, onde teremos a oportunidade de ampliar e aprofundar a análise.

3. A SILVICULTURA DE ECUCALIPTO NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é fazer um levantamento geo-histórico do processo de produção de eucalipto no Brasil, desde a sua chegada em território nacional até a presente década. Para essa análise, é trabalhado as múltiplas escalas, desde a nacional até a escala local – Zona da Mata mineira, mais especificamente a região do entorno do município de Juiz de Fora.

Além disso, é feito o levantamento e análise das funções dos agentes hegemônicos produtores do espaço que são às organizações e empresas financiadoras, compradoras e produtoras do plantio de eucalipto e também o Estado que é o grande mentor e fomentador desse processo através de políticas públicas, projetos/programas de governo e financiamentos.

3.1. A expansão da silvicultura de eucalipto no Brasil e o papel do Estado

As florestas de eucalipto nativas ocorrem principalmente na Austrália, mas também na Tasmânia e em outras ilhas da Oceania. No entanto, o gênero *Eucalyptos* é um dos exemplos mais impressionantes de dispersão pelo globo devido a atividades humanas.

Devido à sua grande capacidade de adaptação a diferentes condições geológicas, principalmente em áreas tropicais, e às numerosas possibilidades de uso, com destaque como matéria-prima da indústria de papel e celulose, o cultivo de eucalipto para fins produtivos tem sido implantado em diversos países, inclusive no Brasil (FREITAS, 2011).

Os gêneros florestais que mais se destacaram foram *Pinus* e *Eucalyptus*, principalmente devido ao rápido crescimento, à boa qualidade da madeira e à adaptabilidade ao clima e ao solo das Regiões Sul e Sudeste (ANTONÂNGELO e BACHA, 1998).

O estudo e entendimento da prática da silvicultura¹⁶ se faz necessário para que possa compreender o rápido crescimento do reflorestamento em tempo

¹⁶ Plantio e a exploração das florestas.

relativamente curto no cenário nacional. Segundo Coopercotia (1965), em 1964 a área reflorestada no Brasil era próxima de 500 mil ha. Entre 1967 e 1984 foram reflorestados quase 5.600 mil ha de terra com incentivos fiscais.

Em 1980, a silvicultura gerou 1,2% do valor bruto da produção da agropecuária (VALENTE et al. 1988, p. 8), que, por sua vez, representou 10,8% do PIB a custo de fatores. Segundo dados do Censo Agropecuário do Brasil de 1980, 1,4% da área aproveitáveis¹⁷ dos estabelecimentos agropecuários era ocupado por matas plantadas.

Resende e Neves (1988, pg. 258), destacam que em 1986 "a área dedicada ao reflorestamento já ocupa o terceiro lugar, superando culturas tradicionais como feijão, arroz, trigo, algodão e café", ficando abaixo das áreas ocupadas como milho e soja.

Pode ser observado pelos dados demonstrados que houve um significativo crescimento nesse setor produtivo no Brasil em poucas décadas, e um dos fatores principais que justifica essa grande expansão são os incentivos fiscais que têm como objetivo desenvolver reflorestamentos para abastecer as indústrias consumidoras, que nesse momento são as indústrias de papel e de celulose e a siderurgia a carvão vegetal, e isso se faz necessário, pois as reservas florestais naturais próximas dessas indústrias estão ameaçadas pelo enorme processo de exploração.

Em seu artigo intitulado "*A expansão da silvicultura no Brasil*", Bacha (1991, p.2) destaca que

A partir de 1974, os incentivos fiscais para o reflorestamento e a política de expansão industrial do governo se complementam. A substituição energética e o crescimento da produção de papel e celulose e de produtos siderúrgicos como carvão vegetal, incentivados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elevaram a demanda por toras de madeira e carvão vegetal. A oferta foi incentivada pela concessão de incentivos fiscais ao reflorestamento. Expressiva parcela desses incentivos foi apropriada pelas próprias empresas industriais consumidoras de madeira e carvão, que criaram subsidiárias para o reflorestamento.

Como o Estado também é um agente produtor do espaço, nesse momento, aliado ao capital nacional e internacional, ele está cumprindo seu

¹⁷ É a área com lavouras, pastagens, malhas e florestas, e as áreas não-utilizadas.

papel, pois essas políticas de incentivos fiscais nada mais são do que indutores de um processo de reflorestamento que terá impacto sobre o território, desencadeando todo processo de territorialização e construção de uma territorialidade Estatal e corporativa focada na silvicultura de eucalipto.

A necessidade de criação de políticas públicas para criação de florestas artificiais se dá pelo esgotamento progressivo das reservas florestais naturais próximas às principais regiões consumidoras, que no caso pode-se destacar o Sudeste e o Sul. Esse processo de intensa exploração das florestas naturais teve início no período de desenvolvimento industrial no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, em que a exploração das florestas era destinada à produção de carvão vegetal para suprir as necessidades das indústrias de base que surgiam.

A realidade brasileira de Política Florestal até 1965 funcionava através das medidas governamentais regimentadas por leis que tinham o objetivo de regulamentar, reflorestar e organizar a atividade florestal, tentando também diminuir a devastação. Bacha (1991) sinaliza que essas políticas eram controladas por instituições que dentre elas podemos destacar o instituído Serviço Florestal do Brasil, criado em 1921; a criação do decreto nº23.793 que deu origem ao primeiro Código Florestal, em 1934; e em 1941 foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP).

Os estímulos e a organização do setor adquiriram maior eficácia a partir da promulgação do novo Código Florestal, em 15 de setembro de 1965 (Lei nº 4.771). Esse Código já previa a possibilidade de descontar do Imposto de Renda devido às aplicações realizadas no reflorestamento. Esse instrumento de estímulo ao reflorestamento (incentivos fiscais) foi muito utilizado nas décadas de 70 e 80, sofrendo modificações com o intuito de adaptar o reflorestamento aos objetivos nacionais e de direcioná-lo para certas áreas. (BACHA, 1991. p. 149-150)

Cabe ressaltar que no período de 1967 a 1984 foram reflorestados no Brasil quase 5.600 mil ha de terra com incentivos fiscais (BACHA, 1991). Os valores anuais desse reflorestamento variaram em proporção direta às modificações da sistemática de concessão dos incentivos fiscais para reflorestamento e da política de desenvolvimento industrial para papel e celulose, siderurgia a carvão vegetal e substituição energética.

Todo esse incentivo Estatal à produção da silvicultura, principalmente de Eucalipto e Pinus, refletiu-se diretamente na relação das indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima e geração de energia e a silvicultura.

Essa relação direta entre indústria e silvicultura foi intensificada, segundo Bacha (1991), pelo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15.9.65), no seu art. 20 e também pela Portaria Normativa nº 242 do IBDF, de 17.8.1988 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão criado em 1967 que estabelece que as empresas industriais, grandes consumidoras de matéria-prima florestal, têm que plantar todas as suas necessidades em terras próprias ou de terceiros.

Essa relação de indústrias e silvicultura já existia como destaca (BACHA 1991, p. 156)

Geralmente, as grandes empresas industriais consumidoras de madeira (seja na forma de toras, lenha ou carvão vegetal) não baseiam seu consumo apenas em fornecedores autônomos (integrados ou não). Elas procuram garantir parcela de seu consumo, criando firmas subsidiárias reflorestadoras. A atuação de algumas dessas empresas como reflorestadoras antecede ao início dos incentivos fiscais.

Segundo Siqueira (1988), 73% da madeira consumida no Brasil entre 1974 e 1982 foram utilizadas para produzir carvão e lenha, 15% para a produção de serrados e laminados, 10% para a produção de polpa e partículas e 2% para a produção de outros produtos. Lenha e carvão vegetal são importantes formas de fornecimento de energia no setor industrial. Em 1986, esses dois produtos forneceram 6,6 % e 9,0%, respectivamente, do consumo de energia no setor industrial.

Trazendo a análise da produção da silvicultura para conjunturas mais recentes, Freitas (2011) destaca que o contexto atual de alta produtividade de eucalipto no Brasil é resultado de um longo processo histórico de investimentos técnicos, científicos, financeiros e legais. A cadeia produtiva do setor brasileiro de florestas plantadas caracteriza-se pela grande diversidade de produtos, compreendendo um conjunto de atividades que incluem a produção, a colheita e a transformação da madeira até a obtenção dos produtos finais. O esquema abaixo ilustra o modelo simplificado da produção florestal, enfatizando seus principais produtos e serviços.

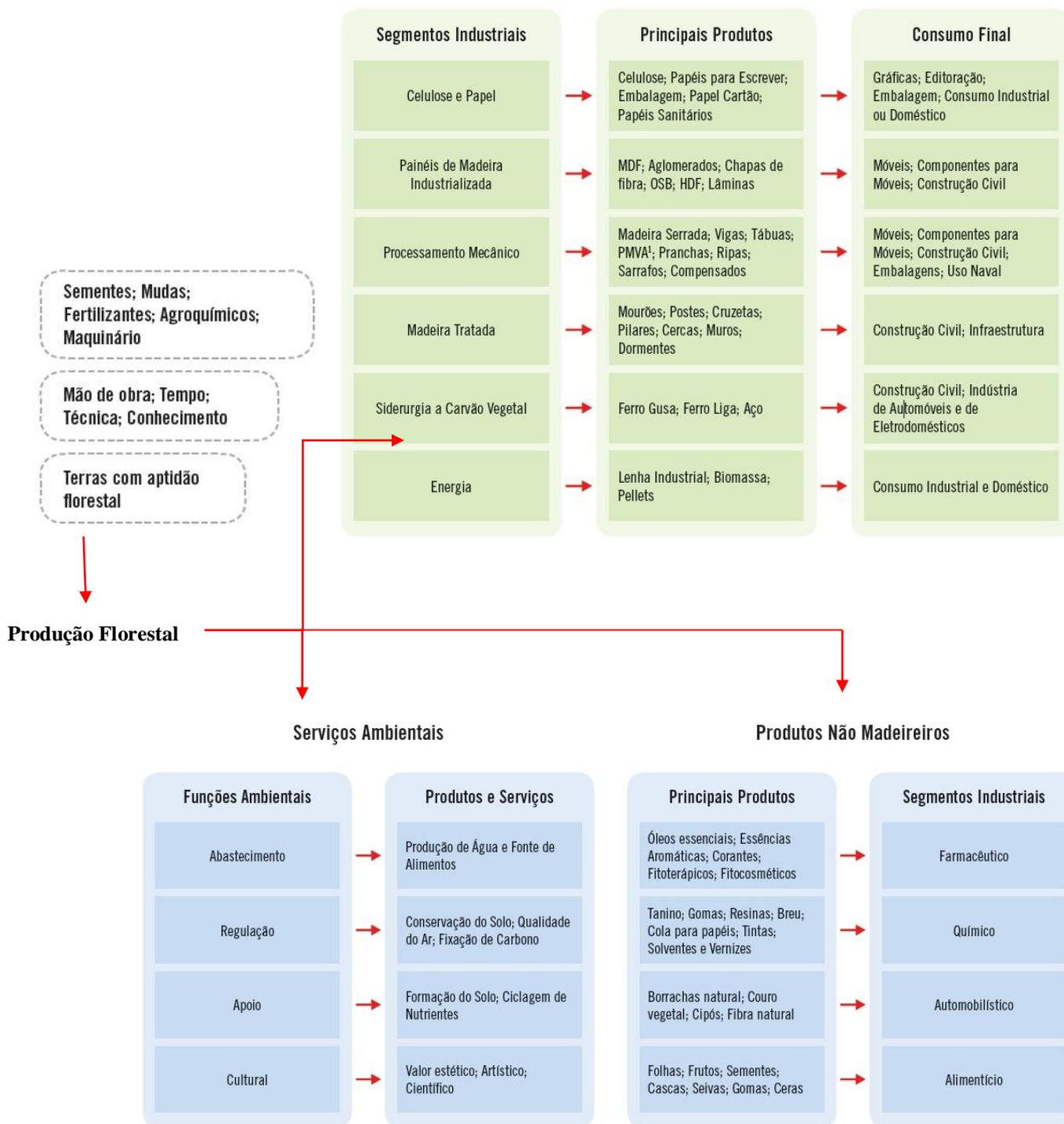


Imagem 1: Modelo simplificado da cadeia produtiva do setor florestal.

Fonte: ABRAF. Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011.

1 PMVA (Produtos de Maior Valor Agregado) – portas, janelas, molduras, pisos, dormentes, outros.

Segundo a ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada (2012), no Brasil, os produtores florestais estão divididos em três grandes grupos:

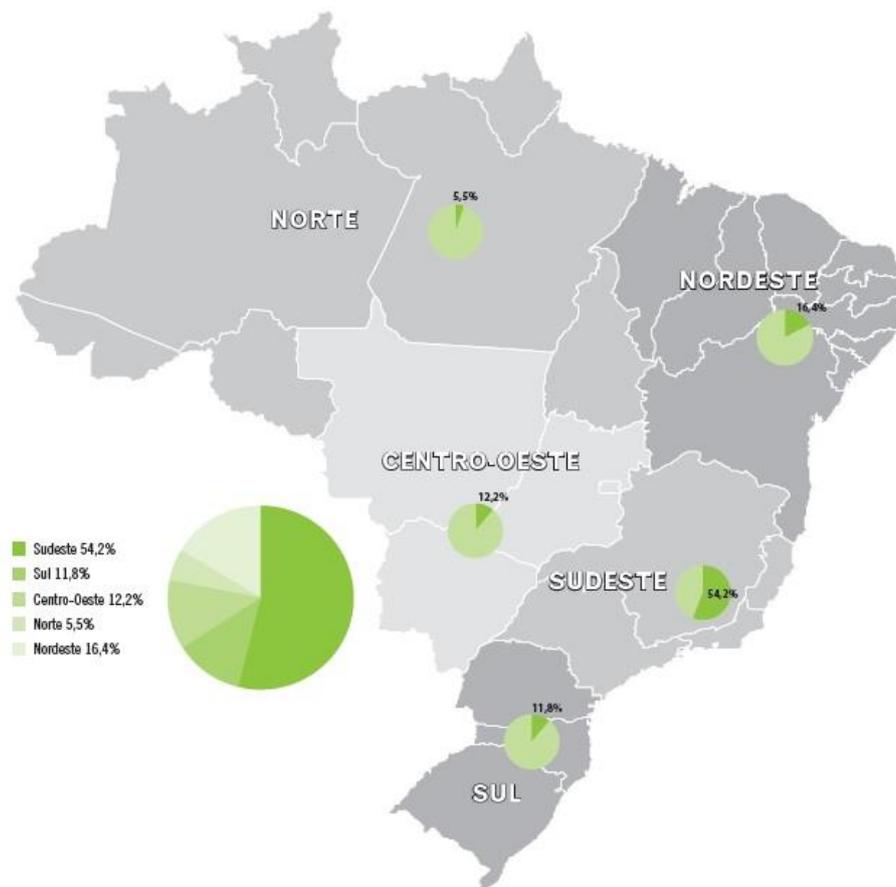
Produtores independentes que são proprietários de terras (pequenos e médios produtores) que investem em plantios florestais como fonte de renda a partir da comercialização da madeira em tora. Podem estabelecer contratos de suprimento, sistemas de parceria operacional (fomento, principalmente) ou atuar independentemente no mercado; os **Timber Investment Management Organizations (TIMOs)** empresas de gestão de investimentos florestais, vinculadas ou não aos fundos de pensão estrangeiros, que adquirem ativos florestais para atuar como reflorestadoras independentes no mercado. Fazem a intermediação entre os investidores e os consumidores de madeira de florestas plantadas; e **empresas verticalizadas**, são empresas consumidoras de matéria-prima florestal própria. Geralmente possuem equipe própria para as operações florestais, de modo a garantir a qualidade da matéria-prima que será consumida na fábrica. Os excedentes de produção florestal geralmente são comercializados no mercado. (ABRAF. 2012. p.83).

No Brasil, 36,1% de toda a madeira produzida são utilizados para a produção de celulose, ao passo que a produção de serrados, a siderurgia a carvão vegetal, os painéis de madeira industrializada e os compensados consomem, respectivamente, 15,2%, 10%, 7,4% e 3,7% do total de madeira, o restante (26,3%) e destinado à produção de lenha e outros produtos florestais.

Cabe ressaltar que, com exceção da lenha, do carvão vegetal e dos painéis de madeira industrializada, cujo consumo está basicamente concentrado no mercado interno, os demais produtos destinam-se, prioritariamente, ao mercado externo. Atualmente, o país é o 3º maior produtor mundial de celulose, entre os anos de 2000 e 2011, a produção nacional de celulose aumentou 87,7% e as exportações cresceram 190,4%¹⁸.

O mapa e o gráfico a seguir contêm dados que demonstram as áreas e distribuição de plantios de eucalipto em nosso país no ano de 2012.

¹⁸ Todos os dados utilizados nesses parágrafos foram retirados do Anuário estatístico da ABRAF (2012).



Mapa 1: Áreas e distribuição de plantios de eucalipto no Brasil, 2011.

Fonte: Associadas individuais e coletivas da ABRAF (2012) e diversas fontes compiladas por Pöyry Silviconsult (2012)

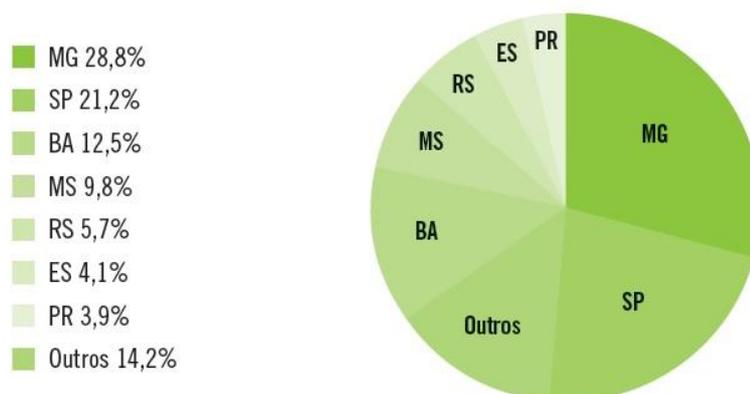


Imagem 2: Percentual da área de plantios de eucaliptos por estado, 2011.

Fonte: Associadas individuais e coletivas da ABRAF (2012) e diversas fontes compiladas por Pöyry Silviconsult (2012)

Analisando o mapa e gráfico, podemos observar que, do total de produção efetuado no Brasil os estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná são responsáveis por 85,8%

dos plantios do gênero *Eucalyptos*, sendo que o estado de Minas Gerais contém a produção mais expressiva.

3.2. Silvicultura de eucalipto na Zona da Mata mineira.

Como tantas outras cidades Metalúrgica da Mantiqueira e do vale do Paraíba fluminense, os municípios da atual Zona da Mata Mineira tiveram suas origens vinculadas à criação do “Caminho Novo das Gerais”, que ligava Vila Rica (Ouro Preto) ao Rio de Janeiro.

Esta rota foi criada com o intuito de estabelecer uma ligação mais rápida entre as áreas mineradoras e a Corte.

Ao longo do Caminho Novo, desenvolveu-se número considerável de ranchos e roças, gerando uma economia de alimentos de significativa importância (milho, arroz, feijão, aguardente e queijo). Estes gêneros eram vendidos ao grande número de tropeiros que trafegavam pela estrada. (GUIMARÃES, 2006. p.51)

A Capitania de Minas Gerais, a partir de meados do século XVIII, contou com o fato mais importante para o seu povoamento que foi o surto da mineração que ocorreu na região central do seu território. Até o declínio desse processo, todas as outras regiões mineiras, direta ou indiretamente, a ela se subordinavam. Entretanto, após a diminuição da mineração houve em Minas um redimensionamento – econômico, demográfico e político – que se expressou na importância atribuída a outras microrregiões mineiras e, desta forma, ganhou importância a Zona da Mata.

Para um melhor entendimento sobre a história da “fundação” da Zona da Mata é necessário recordar as linhas gerais dos ciclos da mineração e do café. Pode-se afirmar que, a mineração foi a grande responsável pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento da região mais central de Minas, onde os recursos minerais eram/são abundantes. Todos os esforços por parte do governo foram direcionados na busca de ouro e de pedras preciosas.

O pioneirismo da Zona da Mata mineira era construído por

...famílias de prestígio, vinculadas à decadente atividade mineratória e relacionados com as atividades mercantis na Corte, no Sul de Minas e no vale do Paraíba. Quando pensamos aqui nos pioneiros não nos referimos aos eventuais primeiros habitantes isolados desta região.

(...) O acompanhamento da trajetória de várias destas famílias possibilita a compreensão da expansão das atividades cafeeiras na Zona da Mata. (...) Blasenheim, ao estudar detidamente o povoamento da Zona da Mata, demonstra que a elite de plantadores desta região emigrou do Centro ou Sul da província diretamente para a Mata, ou via província do Rio de Janeiro. (...) [como, por exemplo,] os fundadores de Juiz de Fora, incluindo a família Tostes, Vidal Leite, Barbosa e Cerqueira Leite, todos ligados por casamento entre si e aos colonizadores originais de outros municípios da Mata. (LANNA; 1988. p.31-32).

O movimento de desbravamento do vale do rio Paraibuna remonta ao princípio da exploração do ouro na antiga região das minas. Muitos proprietários de escravos instalaram-se ao longo da estrada do Rio de Janeiro para Vila Rica, visando abastecer, especialmente, os viandantes e animais em suas jornadas às minas. (CARNEIRO & MATOS; 2008. p.14)

A Zona da Mata não se constituía em uma região homogênea, pois possuía algumas diferenças dentro de seu próprio território. Recebeu esse nome em função da densa floresta de Mata Atlântica que ainda cobria seu território na virada do século XVIII. Desde o início do século XIX, os diferentes processos de ocupação territorial influíram nos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias, bem como na natureza distinta de cada um dos processos de produção estabelecidos nas sub-regiões da Zona da Mata, denominadas: Sul, Central e Norte.

A distinção entre as regiões da Zona da Mata de Minas Gerais não é recente. Ao estudar os dados do censo de 1940, Elza de Souza (1951) traçou um perfil das propriedades rurais em Minas Gerais no século XX, bem como de sua distribuição segundo suas áreas médias em hectares. Desta forma, a autora distinguiu três sub-regiões: norte, central e sul.

No que corresponderia à Zona da Mata Norte, a autora assinalou que a área média de propriedade era inferior a 60 hectares, 40% da sua área produtiva estava destinada à agricultura, sendo aí muito importante a exploração de madeiras para lenha e carvão para a indústria siderúrgica. Cerca de 60% de seus territórios eram ocupados por propriedades rurais e 30% por matas virgens. Esta região compreendia ainda uma parcela de uma autêntica zona de fronteira, onde apenas metade da área possuía sítios e fazendas que compartilhavam as estruturas fundiárias com o norte do Espírito Santo. A Zona da Mata Central, constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo, situava-se na isaritma de 60 hectares, isto é, a área média de propriedade era menor que esse valor. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras) tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupada por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região. Nesta sub-região a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares. Na

Zona da Mata Sul — vales do Paraíba e dos seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba — as propriedades eram menos divididas. A área média era superior a 79 hectares, e possuía em média menos de 34 habitantes por km². Desta sub-região participavam os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont. Mais de dois terços desses municípios eram ocupados por pastagens (SOUZA; 1951. p. 52-53).

Ao longo do século XIX, a densa vegetação de Mata Atlântica foi sendo derrubada para dar lugar à cafeicultura, que também atravessou a divisa com a Província do Rio de Janeiro. Foi a produção de café, segundo Douglas C. Libby (1988), que fez da Zona da Mata a região economicamente mais dinâmica da Província. Cabe ressaltar que o suporte para sustentar o café se deu por meio da renda proveniente do plantio e comércio de outros gêneros, que possibilitaram aos produtores começar a investir em suas plantações (NERO; 1992).

Com relação aos aspectos geográficos da Zona da Mata mineira, e que em muito propiciaram o plantio de café, Orlando Valverde (1958. p.17) aponta que:

(...) em seus limites horizontais, a formação vegetal de que se originou o nome Zona da Mata se unia à floresta do médio Paraíba, ao sul, e ao norte à do vale do rio Doce, sem sofrer solução de continuidade. Os campos naturais do Sul e do centro de Minas constituíam o limite a oeste. O relevo teve uma importante consequência econômica: suas altitudes de 800-900 metros até 1.200 foram positivas para a cultura do café, ensejando maior duração e melhores rendimentos.

Durante o ciclo da mineração, a região da Zona da Mata teve como papel mais importante o de inibidora do contrabando, na realidade, a área foi utilizada como barreira natural ao comércio ilegal, já que a Coroa Portuguesa tinha proibido a exploração e povoamento da Mata Mineira (FREIRE; 2009).

O fato de não contar com grandes reservas minerais e possuir uma floresta densa e montanhas quase intransponíveis tornavam-na uma barreira natural às povoações. Quando acabou o ouro facilmente encontrado no leito e nas margens dos rios e veios, houve a necessidade de se encontrar outra fonte de riqueza. A criação e as lavouras conquistaram novas áreas, principalmente as que ficavam entre o centro mineiro, São Paulo e Rio de Janeiro.

Desta forma, a região sul e a Zona da Mata vão ser povoadas por outra forma de exploração econômica, pois

(...) com a decadência da mineração é a agricultura, em especial a criação de gado, que vai amparar a população portadora de títulos de sesmaria. Verifica-se a progressiva ruralização da população [...] a mata mineira, ainda não efetivamente penetrada, despertou então interesse. Frustradas as ambições do ouro, aqui o café se tornou a opção do minerador e o motivo de penetração, desbravamento e povoamento da região. (RESENDE; 1942. p.84).

Para Mercadante (1973), as origens das propriedades rurais na Zona da Mata Mineira tiveram profunda ligação com a política de doação de sesmarias. De acordo com ele:

A propriedade rural na Mata tem as suas origens nas sesmarias. As primeiras têm início no começo do século XVIII, nas proximidades do divisor geográfico Minas-Rio, ou seja, o Paraibuna. (...) Na Mata, pois, desde os primórdios de seu devassamento e colonização, a grande propriedade latifundiária se consolida. Os municípios formam-se graças à proteção de um fazendeiro, chefe político local e muitas vezes um futuro barão. (MERCADANTE; 1973 p.15)

A partir dos anos de 1850 inicia-se na Zona da Mata, o plantio do café em larga escala para a exportação. Exigente quanto às condições de clima e de solo, necessitando de terras férteis, temperatura sem oscilações excessivas, pluviosidade bem distribuída durante todo o ano, sem épocas de seca prolongadas, o café encontrou em localidades como Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, etc. seu habitat ideal.

A planta obteve, junto das florestas da Zona da Mata, o bom solo para o seu cultivo e a farta mão-de-obra escrava liberada pelos mineradores. Para Libby (1988, p.48), mais importante ainda é constatar que, com seu considerável plantel de escravos, a Zona da Mata estava apta a absorver o surto de cafeicultura, cuja chegada não tardaria.

Ainda sobre o desenvolvimento cafeeiro Anderson Pires (1993; p.72) esclareceu que:

Vindo do Rio de Janeiro através do Caminho Novo, o café penetra em Minas Gerais pela Zona da Mata, onde a cultura se desenvolveu inicialmente nos vales dos rios Pomba e Paraibuna; mais tarde, sob influência da expansão do Vale do Paraíba paulista, atinge o sul de Minas e, já bem adentrado o século XIX, a cultura se expande no nordeste – vales dos rios Doce e Mucuri – e sudeste do estado. Já na primeira metade do século XIX a produção, apesar de poder ser considerada muito incipiente, passa por um evidente processo de expansão. A primeira referência estatística relativa à produção de café em Minas Gerais foi fornecida por Eschwege, para o ano de 1818/19 quando Minas Gerais produziu 9.739 arrobas, das quais 9.259 com procedência da Zona da Mata. A partir daí a produção atinge 81.400 arrobas, o que representa uma produção 735% superior ao do período

anterior; em 1839/40 esta chegou a 243.473 arrobas, representando, por sua vez, uma elevação de 370%, também em relação ao período anterior.

O surto cafeeiro responsável pelo movimento de expansão e povoamento da Mata Mineira teve suas origens muito próximas com as do Vale do Paraíba fluminense. Foi o café, devido à elevação de seus preços e sua lucratividade, associado a terras disponíveis, o responsável pelo dinamismo de ambas as regiões e que ao mesmo tempo lhes conferiu uma “identidade” (FREIRE; 2009. p.30).

Assim como o ouro foi o responsável pela grande migração para a Capitania mineira no período colonial, o café possibilitou um rearranjo populacional interno na Província.

Segundo o geógrafo Orlando Valverde (1958; p.27):

Faltava ainda a mola econômica, representada pelo surto cafeeiro, que iria desencadear o maior movimento pioneiro jamais realizado em terras de Minas Gerais. Este movimento é mais que gêmeo, é xipófago [sic] do que se verificou no médio Paraíba. Tem com estas ligações espaciais – regiões contíguas; históricas – na mesma época: a partir da década de 1830; econômicas – o mesmo produto comercial: o café; a mesma estrutura agrária e social: o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata; demográficas e raciais – o estoque luso brasileiro vindo do centro de Minas, superposto à camada escrava de negros africanos.

De acordo com Anderson Pires (1993), foi essa a região mineira responsável pela principal riqueza no século XIX – café – detendo as maiores proporções na produção. Em 1880 o produto representava cerca de 90% do produzido em Minas, e em 1920 por volta de 70%. A Zona da Mata foi responsável por 60% do total das exportações mineiras entre os anos de 1870 e 1930.

O principal produto mineiro de exportação respondeu pela maioria dos impostos oriundos das exportações, 60% na década de 70 dos oitocentos e 78,2% nos anos 1920.

Apesar de constituir com seus 35.000 km² apenas 5% do território mineiro, a Zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica da província, posteriormente, estado de Minas Gerais, por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do produto que na época era a principal riqueza do país. (...). Mais do que isso, a região se encontrava próxima ao Vale do Paraíba fluminense, por sua vez, pelo menos até o final do século XIX, a região economicamente mais dinâmica do país, dinamismo esse provocado pelo vertiginoso avanço

da cultura cafeeira e pela presença da capital do país no Rio de Janeiro, centro comercial e financeiro por excelência durante todo o período aqui considerado [1870 -1930]. Esta proximidade fará com que a Zona da Mata se articule, ou mais do que isto, se identifique, na esteira da expansão cafeeira, com as estruturas sociais e econômicas desenvolvidas no Vale do Paraíba fluminense, apesar desta identidade não subtrair da região, que fique bem claro, sua autonomia frente ao “complexo” fluminense, autonomia, esta pelo menos relativa e delimitada, em grande parte, por sua inclusão no universo político-administrativo mineiro ao qual teria que se submeter em relação a aspectos significativos (política econômica, relações inter-regionais de distribuição de poder e recurso, política tarifária, etc.). (PIRES; 1993, p. 21-22).

Antônio Henrique Duarte Lacerda (2006; p. 42-44), baseando-se em relatos de viajantes, apontou três momentos pelos quais passou o que ele chamou de economia pré-cafeeira na Mata Mineira. O primeiro estaria ligado à “existência de atividades agrícolas voltadas para o abastecimento de alimentos (as roças)”. No segundo, “a economia da região vivenciou um período de expansão seguido de um declínio”. E finalmente houve um terceiro momento com “o redirecionamento da economia agrícola de Minas para o Rio de Janeiro”

Como já foi dito, a localidade começou a se estabelecer como importante polo econômico a partir da abertura do Caminho Novo. Entre o final do século XVIII e início do XIX, aquela região foi local de parada dos tropeiros e suas bestas, além de local para o abastecimento deles.

A jovem cidade abrigava os viajantes e, principalmente, os tropeiros que circulavam pelas Gerais, transportando o gado, os gêneros, os manufaturados, o café e outros, trazendo movimento. Os ranchos, ‘eram uma instituição que parecia eterna’, e que se multiplicavam nas proximidades da cidade. Os rancheiros e os tropeiros prosperavam, trazendo progresso e alegrias, mas também desavenças e ambições. (GUIMARÃES; 2006 p.46)

Posteriormente, em meados do século XIX, com o advento do café, que provocou uma profunda transformação socioeconômica, a localidade se tornou um importante centro econômico e político, se consolidando como tal na segunda metade do século XIX. A criação da Estrada de Rodagem União e Indústria (1861) e a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II (1869) foram exemplos fundamentais dessa consolidação. Por meio delas o escoamento do café pôde se proceder de maneira mais rápida e eficiente.

Sua posição de destaque se manteve até o momento em que a produção cafeeira começou a declinar, e as cidades passaram a contar fortemente com

outras matrizes econômicas, em especial relacionadas à indústria, crescendo novamente e passando a ser conhecida como a “Manchester Mineira”.

A economia mineira teve seu processo de desenvolvimento calcado na exploração de recursos minerais devido à grande disponibilidade que o estado tem desses recursos. Esta atividade orientou o processo de ocupação do território mineiro, inicialmente localizado na sua parte central (FJP/CEI, 2003).

Por outro lado, a diversificação econômica teve seu início com a expansão da cafeicultura, a partir das fronteiras com o Rio de Janeiro – porção sudoeste – e São Paulo – porção sul –, no decorrer do Século XVIII. Assim, ao longo desse século, as regiões mineradoras passaram a dedicar-se exclusivamente à exploração do minério de ferro, consolidando a constituição da indústria siderúrgica de grande porte, além de um segmento de metalurgia mais diversificada, com destaque na produção de ferro gusa (FJP/CEI, 2003).

Na década de 1960, o Estado de Minas Gerais permanecia num plano secundário em relação ao desenvolvimento industrial do país, sendo apenas grande fornecedor de insumos e matéria-prima para os outros centros. A partir da década de 70, o Estado passou por um amplo processo de transformação na sua estrutura produtiva, que resultou na expansão da indústria e na diversificação e integração econômica do seu parque produtivo. Em consequência desse processo, a economia mineira deixou de ser predominantemente agrícola para se tornar essencialmente industrial.

Na década de 1980, Minas Gerais se apresentou como uma das economias regionais mais dinâmica do país, constituindo um parque industrial moderno e competitivo em setores estratégicos. O Estado chegou aos anos 1990 com resultados extremamente favoráveis em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e às exportações.

O crescimento econômico significativo de Minas Gerais no cenário nacional em grande parte se deve à agroindústria que contou com o auxílio das algumas medidas tomadas pelo Estado, dentre elas podemos destacar

...entre 1920 e 1930 implantou-se a cultura do eucalipto em Minas Gerais através de programas governamentais e da ação das usinas siderúrgicas. Em 1946 foi estabelecido um convênio de cooperação técnica entre o Ministério da Agricultura e a Rede Mineira de Viação, objetivando instalar um horto nas terras da ferrovia. Em 1947, um convênio de reflorestamento foi firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo de Minas Gerais. Em 5.1.1962 foi criado o

Instituto Estadual de Florestas (IEF), cabendo-lhe planejar, coordenar e executar a política florestal de Minas Gerais; administrar parques e reservas biológicas estaduais; cuidar da educação florestal; e promover a fiscalização e o policiamento florestal do estado. Coincidindo com o novo Código Florestal, foi lançado em março de 1966, pelo Governo Magalhães Pinto, a Campanha Integrada de Reflorestamento, de pouco resultado prático. (BACHA, 1991, p. 158-159).

Além dessas medidas podemos destacar outras com tamanha importância. A Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e, posteriormente, a ACESITA, instalada em 1949, criaram os seus serviços florestais que foram os embriões de suas empresas subsidiárias operando no setor de reflorestamento com eucaliptos. Assim, a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira criou a Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAF) e a ACESITA criou a hoje ACESITA ENERGÉTICA (GUERRA, 1995).

Em meados da década de 1970, dentro do contexto do Programa Nacional de Papel e Celulose, criado pelo Governo Federal, surgiu a primeira fábrica de celulose no estado, a Celulose Nipo-Brasileira S.A (CENIBRA). Com o advento da instalação de um parque fabril voltado para a produção de celulose e papel, o reflorestamento ganhou novo impulso, orientado pela grande demanda por madeira para a produção de fibra. Assim, a área plantada no estado sofreu um aumento significativo (GUERRA, 1995).

Outro vetor de difusão da cultura do eucalipto, que também contribuiu para o aumento da área plantada no estado, foi a criação e implantação de programas de fomento florestal específicos para os pequenos e médios produtores rurais, iniciados em 1976 pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) com apoio financeiro do Banco Mundial e do governo mineiro.

Embora todas essas investidas do estado tenham sido e grande valia para o impulsionamento do reflorestamento em Minas Gerais, o mesmo só adquiriu maior dinamismo a partir de 1967 com os incentivos fiscais e sua utilização pela indústria que utiliza grande montante de madeira como matéria-prima e fonte de energia.

Bacha (1991) destaca que o governo mineiro lançou alguns planos de reflorestamento, apoiando pequenos e médios produtores, dentre eles foi o caso do Prodemata/Reflorestamento, cujo objetivo foi recuperar terras impróprias para

a agricultura e estimular pequenos e médios proprietários da Zona da Mata a produzirem a madeira e a lenha de que necessitavam e algum excedente.

O Prodemata/Reflorestamento iniciou-se em 1976. Em ação conjunta do Prodemata, IEF, Emater-MG e IBDF, ele atingiu proprietários de até 100 ha, dando-lhes de graça insumos (fertilizantes e defensivos), mudas e assistência técnica. O MG-I1, o Planoroeste-I1 (ambos os programas estaduais) e o Repemir (Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais, que foi um programa do IBDF com recurso do Fundo Energético Nacional) incentivaram o reflorestamento em pequenos e médios estabelecimentos rurais mineiros em outras áreas além da Zona da Mata. Na tabela 6, temos os resultados desses programas de reflorestamentos em pequenos e médios estabelecimentos de Minas Gerais. (BACHA, 1991. p. 159).

No período de 1976 a 1993 foram plantados, em média, 3.398 ha/ano, de 1988 a 1993 esta média foi de 4.891 ha/ano e, mais recentemente, de 5.007 ha/ano, entre 1998 e 1999, de florestas produtivas (VIANA et al., 2002).

Segundo dados do IEF, estes programas de reflorestamento para pequenos e médios produtores rurais, desenvolvidos pelo instituto, beneficiaram cerca de 45.000 agricultores com cerca de 90.000 ha de área plantada com eucaliptos.

A área média dos estabelecimentos silvicultores agropecuários em Minas Gerais, entre os anos de 1970, 1975 e 1980 era, respectivamente, 92,53 ha, 96,27 ha e 96,46 ha. Já em 2006 o número de estabelecimentos é de 30.670 e isso se reflete em 435.872 há de terra produtoras.¹⁹

Dentro do panorama apresentado na produção do gênero *Eucalyptos* no Brasil, cabe chamar a atenção para a importância que o estado mineiro tem. Em análise documental referente ao Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais, produzido pela AMS – Associação Mineira de Silvicultura, publicado no ano 2004, as plantações florestais no Brasil ocupam uma área aproximada de 5 milhões de hectares, o equivalente a 0,6% do território nacional e a área com florestas plantadas em Minas Gerais, a maior entre os estados brasileiros, é de 1,47 milhão de hectares (28,8% do total nacional)²⁰, segundo dados da ABRAF (2012).

¹⁹ Todos esses dados foram retirados do Censo agropecuário do IBGE 1970, 1975, 1980 e 2006.

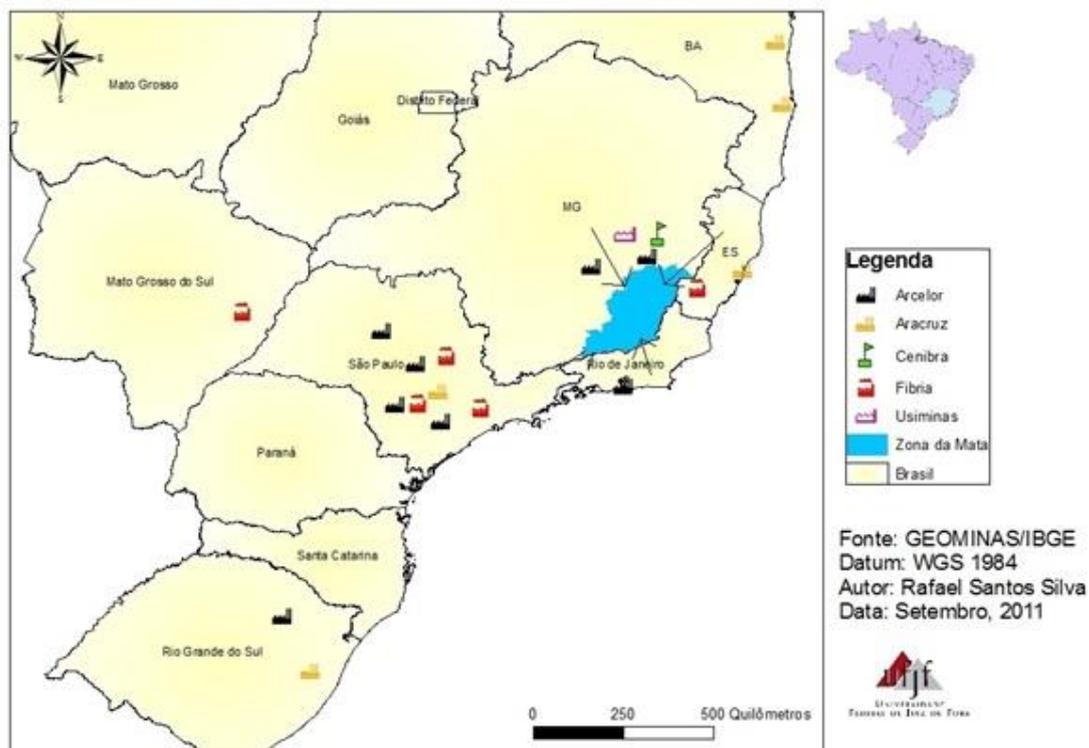
²⁰ Todos os dados utilizados nesses parágrafos foram retirados da Associação Mineira de Silvicultura. O Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais (2004).

As atuais áreas de expansão e concentração de investimentos e incentivos em florestas plantadas, segundo a AMS (2004), apresentam, em graus variados, restrições à agricultura, associadas a deficiências de fertilidade e hídricas, susceptibilidade à erosão e dificuldades de mecanização, entre outras.

Dessa forma, a mesorregião da Zona da Mata mineira possui alguns fatores que contribuem para o início desse processo produtivo, dentre eles podemos destacar a relativa estagnação econômica da região como o declínio da produção do café no início do século XX; recentemente a diminuição da produção leiteira; o relevo²¹ da região com características pouco favoráveis a prática da pecuária extensiva e plantio de grãos mecanizado. Soma-se a esses modelos de aptidões agrícolas e processos históricos, a presença ou proximidade da região aos grandes e pequenos consumidores de eucalipto como metalúrgicas, siderúrgicas, indústrias de papel-celulose, polo moveleiro, além de dezenas de laticínios e pequenas indústrias alimentícias.

O mapa a seguir demonstra a proximidade de algumas empresas com a Zona da Mata mineira, as quais necessitam dessa matéria prima ou fonte de energia em sua produção.

²¹ Mar de Morro, segundo definição de Aziz Ab 'Saber (2003).



Mapa 2: Principais empresas consumidoras da silvicultura na Zona Da Mata mineira.

Pode ser observado, a partir da análise do mapa, como o território da mesorregião da Zona da Mata mineira vem sofrendo com a ação de forças verticais e/ou verticalidades atualmente (Santos, 2005), mas para entender a realidade atual deve-se olhar para o passado.

Dentre os vários programas de reflorestamento para pequenos produtores rurais desenvolvidos pelo Instituto Estadual de Florestas em Minas Gerais (IEF), o PRODEMATA foi um programa voltado para o desenvolvimento da região da Zona da Mata, que possibilitou o plantio de 24.500 hectares, beneficiando cerca de 14.000 produtores rurais (GUERRA, 1995).

Historicamente, a Zona da Mata mineira foi a região menos reflorestada do estado. A economia da região, tradicionalmente, está apoiada na atividade agropecuária, que representa 9% do PIB do setor agropecuário estadual (FJP, 2002), que abastece a agroindústria.

Um dado relevante a ser destacado a respeito do contexto econômico e produtivo é que

O setor madeireiro tem como seu maior representante o polo moveleiro de Ubá, que juntamente com mais oito cidades da região, constitui o terceiro polo moveleiro do Brasil e o primeiro de Minas. Com isso, o polo moveleiro de Ubá tornou-se referência de um polo produtivo de

móveis. O setor é responsável por 33,74% dos empregos gerados pelo setor de móveis no Estado de Minas Gerais e 61% do emprego disponível na indústria da região. A maior parte das empresas é de pequeno e médio porte. O produto interno bruto (PIB) da região é de mais de R\$ 773 milhões, resultado direto do desempenho da indústria moveleira. Apenas Ubá responde por 51% desse valor. Por tudo isso, entidades como o Sistema Fiemg, através do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Sebrae, Finep, Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região, Sindicato Intermunicipal de Indústrias de Marcenaria de Ubá (Intersind) e Universidade Federal de Viçosa se uniram para trabalhar numa única direção, a de posicionar melhor esse polo produtivo nos mercados nacional e internacional. (VALE. 2004, p.4)

De acordo com Abreu et al. (2002), do total de madeira sólida para a movelaria utilizada no município de Ubá, 52,4% é proveniente de reflorestamento (36,2% de eucalipto e 16,2% de pinus) e 47,6% de florestas nativas. O volume estimado de eucalipto mensal, segundo os dados do SEAPA (2008), é de 4.500 m³. As principais espécies de floresta plantada (eucalipto e pinus) são fornecidas pela Zona da Mata mineira responsável por 48%, Paraná 25%, Espírito Santo 15% e outros estados 12%.

As principais espécies provenientes de florestas nativas são Angico, Sucupira, Cedrinho, Cedrorama, Cerejeira, Cumaru, Garapa, Louro e Mogno, que são fornecidas, em grande parte, pelos Estados do Pará e de Rondônia (ABREU, 2000).

Vale ressaltar que não só o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que incentivou o plantio de 14 mil hectares de florestas em pequenas propriedades rurais nos anos passados, mas também grandes empresas, como a CENIBRA, o Grupo Siderúrgico Gerdau e a Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio têm firmado parcerias com agricultores (ABREU, 2000).

Algumas atividades antrópicas e a ocupação desordenada do solo, ocasionada pela expansão da fronteira agrícola e pelo estabelecimento de pastagens, concorreram para um processo de fragmentação da cobertura florestal nativa (MEIRA NETO et. al., 1995). A substituição da cobertura vegetal, juntamente com práticas inadequadas de cultivo, tem levado os solos da região à degradação, seja pela perda de fertilidade ou diretamente pela perda de solo por meio de processos erosivos. Como consequência disso, pode-se observar redução na vazão de mananciais hídricos e o assoreamento de córregos, rios e lagos. No entanto, a principal consequência é a diminuição da viabilidade da

atividade agrícola, o que gera um impacto direto no homem do campo, uma vez que, grande parte da população rural da região vive da agricultura de subsistência.

A Zona da Mata, pela sua própria natureza apresenta vocação florestal, entretanto, tendo em vista o caráter de longo prazo da atividade florestal e o fato de a maioria dos agricultores serem imediatistas com relação aos investimentos e sofrerem limitação de capital de giro e de investimento, o cultivo do eucalipto em sistema de monocultura pode se tornar uma opção pouco viável do ponto de vista socioeconômico, quando comparado com outras atividades agrícolas que oferecem retornos em curto prazo.

Para atender à progressiva demanda de produtos agropecuários e florestais, ou seja, da agricultura, silvicultura e pecuária, com as características exigidas pelo mercado, o uso da terra foi intensificado. Por causa disto, novas fronteiras foram abertas em detrimento de uma degradação dos recursos naturais, promovendo uma drástica redução da biodiversidade, em substituição a plantios homogêneos. As monoculturas sucessivas provocaram uma queda da fertilidade natural dos solos e, conseqüentemente, uma produtividade incompatível com o esperado.

O uso indiscriminado dos solos com práticas intensivas e degradantes, ocasionando produções vegetais muito aquém das desejadas, e isso exigiu esforços consideráveis dos pesquisadores no sentido de definir técnicas para se obter uma produção vegetal com rendimento economicamente viável, de maneira que a sociedade como um todo tenha disponível no mercado produtos vegetais com qualidade e preço compatíveis com as suas exigências e possibilidades.

O sucesso da agricultura, sob um ponto de vista mais moderno, depende de um uso racional das terras, obtendo uma sustentabilidade com um maior rendimento, sem degradar os solos, que é o nosso maior patrimônio.

É importante lembrar ainda que a evolução dos modelos atuais de agricultura para sistemas mais intensivos de uso do solo só pode ser realizada de forma mais gradativa, sem grandes modificações no sistema tradicional. Qualquer sistema alternativo para ser bem-sucedido deve envolver, ao nível do agricultor, o plantio de culturas de subsistência e comercial capazes de induzir um processo de captação em benefício do produtor rural (VALE, 2004).

Sendo assim, na perspectiva dos agentes produtores/transformadores do espaço, a agrossilvicultura com eucalipto aparece como uma alternativa para o desenvolvimento florestal sustentável da Zona da Mata, uma vez que proporciona a diversificação da produção, possibilidade de obtenção de renda com o cultivo de espécies agrícolas durante o período de crescimento da floresta na mesma unidade de área e geração de empregos no campo. Em uma definição geral, a agrossilvicultura oferece diferentes modalidades de uso mais racional do solo, onde se associam culturas e, ou, animais com a finalidade de maximizar o lucro por unidade de área.

3.3. Principais agentes hegemônicos responsáveis pela produção territorial da Zona da Mata

Como já foi apresentado no texto, a produção espacial/territorial é concebida por dois principais agentes, sendo eles os hegemônicos e os contra-hegemônicos. Nessa parte, irá ser apresentada os principais agentes hegemônicos, dentre eles o polo Moveleiro de Ubá; algumas siderúrgicas Arcelor Mittal, Gerdau e Votorantim; Laticínios e mais especificamente, próxima a comunidade estudada tem uma Serraria.

3.3.1. Polo moveleiro de Ubá

A atividade de marcenaria em Ubá e região já existe desde o início do século XX e está relacionada com a entrada na região de imigrantes italianos, que, além da mão de obra para trabalhar nas lavouras de café e de fumo, trouxeram vocação profissional para a manufatura. No entanto, o setor moveleiro surgiu na década de 1960, como alternativa ao problema da crise econômica que a cidade e a região enfrentavam em virtude da perda de significância do fumo e do aumento do desemprego na região (OLIVEIRA, 2010).

Com o surgimento das primeiras fábricas de móveis, o setor moveleiro foi considerado o mais promissor na região (INTERSIND, 2004). Atualmente, essa atividade responde por 65% da renda gerada na região (ANDRADE, 2007).

Ao longo dos anos 1960, as empresas do setor moveleiro de Ubá tiveram crescimento significativo, em especial a DOMANI, que, por meio da obtenção de

financiamentos do Estado, conseguiu ampliar sua capacidade de produção e de venda e desempenhar um papel significativo no crescimento e desenvolvimento do polo moveleiro da região chegando a empregar 1.200 pessoas na produção (MENDONÇA, 2008).

De acordo com Oliveira (2010, p.18), as estratégias de produção, comercialização e distribuição adotadas que as empresas tinham eram com base na produção de móveis populares, com pouca tecnologia de produção e investimento em frota de caminhões próprios, proporcionando rapidez de entrega, permitiu a rápida expansão.

No início da década de 1970, os produtos da DOMANI estavam sendo vendidos em 16 estados brasileiros, e além disso, havia 13 lojas do grupo Parma espalhadas em Minas Gerais e em outros Estados. Em meados dos anos 1970, o proprietário partiu para o ramo de fabricação de madeira aglomerada, abrindo a MINASPLAC que seria, a princípio, instalada em Ubá, contudo, em virtude da falta de eucalipto na cidade e região, aliada ao tempo para implantação do projeto, a empresa foi instalada em Uberaba, no Triângulo Mineiro, local que possuía grande plantação de eucalipto. Com a transferência da MINASPLAC, houve o cancelamento das atividades da DOMANI (MENDONÇA, 2008).

Com isso, Oliveira (2010, p.19) destaca que

O fechamento da Domani, em meados dos anos 70, levou à abertura de micro e pequenas empresas por parte dos empregados, que aproveitaram a mão de obra disponível, o acesso à tecnologia e à localização em uma região já conhecida pela produção de móveis. A região era conhecida tanto pela produção de móveis populares da Domani e dos Irmãos Parma, quanto pelos móveis em aço, para cozinha, da Itatiaia. À medida que tais empresas se desenvolveram, muitos ex-empregados dessas novas empresas acabavam montando outras microempresas.

Já no início dos anos 1980, pode-se observar que o número de empresas nessa região cresceu muito, porém de forma desorganizada. Uma característica bem marcante também desse momento é que a produção apresentava características artesanais, com pouca tecnologia. Como o processo de desenvolvimento fabril era muito recente, os empresários tinham pouco conhecimento do setor e resistiam a qualquer tentativa de reunião para a troca de informações, temendo que suas estratégias fossem copiadas pelos demais concorrentes.

Em meados dessa mesma década, em virtude da desorganização do setor, aliada aos problemas relacionados com os altos índices de inflação, alguns empresários começaram a falar da necessidade da criação de um sindicato de classe. Isso viabilizaria a organização do setor e a busca por melhores oportunidades e novos mercados e também acesso a fontes de financiamento mais acessíveis. A necessidade de se agruparem para buscar soluções se intensifica com o desabastecimento da matéria-prima da indústria do setor moveleiro.

Uma das soluções rápidas para o problema foi a criação, em junho de 1986, da Associação dos Fabricantes de Móveis de Ubá, formada inicialmente por 20 empresas. O primeiro desafio dessa associação foi solucionar o problema da matéria-prima; o segundo foi conseguir linhas de crédito para as empresas do setor. Essa associação durou até 1989, quando os empresários fundaram, em 22 de novembro de 1989, o INTERSIND (Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá), com o objetivo de organizar as ações do setor moveleiro, no sentido de auxiliar os empresários na busca de soluções para o crescimento do polo (INTERSIND, 2004).

De acordo com Mendonça (2008), a década de 1990, para as indústrias do setor, foi marcada pela capacitação de pessoal e de empresários, pelos trabalhos de parceria coordenados pelo INTERSIND e pelos investimentos na renovação do parque de máquinas e equipamentos. Isso contribuiu para que as empresas enfrentassem a abertura de mercado e buscassem novas estratégias competitivas a partir de 2000.

Alguns trabalhos foram desenvolvidos em prol do setor moveleiro na década de 1990, merecendo destaque:

a) a criação, em maio de 1991, do SINDIMOV (Sindicato das Indústrias do Mobiliário e Artefatos de Madeira de Minas Gerais), resultado da fusão de vários sindicatos de serrarias, marcenarias, carpintarias e estofados; b) a criação, em 1992, da ABIMÓVEL (Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário), que tem por finalidade reunir fabricantes de móveis e fornecedores de insumo para a cadeia produtiva de todo o País; c) a instalação, em maio de 1993, da unidade SENAI de Ubá, considerada até hoje como uma das instituições imprescindíveis para formação da mão de obra e tecnologia para a indústria moveleira; d) a realização, em setembro de 1994, pelo INTERSIND, da primeira FEMMUR (Feira de Móveis e de Máquinas de Ubá e Região), com a finalidade de fazer com que os produtos de Ubá e região fossem conhecidos em todo o território nacional; e) a divisão da FEMMUR, a partir de 1995, em FEMUR (Feira de Móveis de Ubá e Região),

realizada nos anos pares, e a FEMAP (Feira de Máquinas e Matérias-Primas), realizada nos anos ímpares, cujo objetivo era oferecer tecnologia em forma de matéria-prima, máquinas, equipamentos e prestação de serviços especializados. Ambas as feiras contribuem para o aumento da inovação no polo. (OLIVEIRA, 2010. p.21)

Como consequência desses trabalhos, aliada a uma política de financiamento voltada para o setor, durante toda a década de 1990, houve investimentos significativos aplicados na renovação do parque industrial, por meio da importação de máquinas e equipamentos, provenientes, em sua maior parte, da Itália e da Alemanha. Foram ainda elevados os investimentos em automação e controle de qualidade, os quais se fizeram acompanhar do aumento de escala de produção das principais empresas do setor e do incremento da profissionalização de suas administrações. A tecnologia trouxe para Ubá a alta produção e melhoria na qualidade dos produtos e dos processos produtivos. Hoje a produção de Ubá se encontra em primeiro lugar no Estado e em terceiro no País (OLIVEIRA, 2010).

Os benefícios trazidos pelo fortalecimento do polo não se restringiram apenas às fábricas de móveis. Eles se estenderam aos fornecedores de matéria-prima e de tecnologia moveleira, que, a partir de 2002, aos poucos, foram se instalando em Ubá, a fim de fornecer matéria-prima, tecnologia de ponta e insumos. Atualmente, há 132 fornecedores – embalagens, ferragens, vidraçarias, prestadores de serviços – e 45 lojistas do setor de móveis, sem contar os números de escritórios de representação de grandes fornecedores, com matrizes localizadas em outros estados brasileiros, para atender às necessidades de madeira, aglomerados e MDF (MENDONÇA, 2008).

A partir dos anos 2000, os trabalhos coordenados pelo INTERSIND tinham como objetivo projetar o polo moveleiro no cenário internacional, para isso, em 2001, nasceu o MOVEXPORT (Associação dos Exportadores de Móveis de Ubá e Região), fruto da parceria entre INTERSIND/SEBRAE, com um grupo formado por 8 empresas, produzindo 145.000 peças por mês, gerando 2.500 empregos diretos. O MOVEXPORT funcionou durante um período dentro das instalações do INTERSIND e se emancipou em 2003. Em 2002, iniciou-se um projeto de incremento à exportação, com o apoio do PROMÓVEL, visando uma parceria para participação de empresas brasileiras em feiras de móveis na Inglaterra (OLIVEIRA, 2010).

Em 2003, a FIEMG, por meio do IEL (Instituto Euvaldo Lodi)²², apresentou os resultados do diagnóstico do polo moveleiro de Ubá, iniciado em 2002. Esse documento gerou subsídios para a realização do Planejamento Estratégico, com o intuito de oficializar o APL (Arranjo Produtivo Local) em 2004. Com a consolidação do APL e o seu desenvolvimento, hoje, existe uma infraestrutura institucional montada para funcionar em prol do arranjo.

Em dezembro de 2004, aconteceu a sexta edição da FEMUR, com a “Coleção Ubá, Móveis de Minas”, voltada para transformar a imagem do polo copiator em polo inovador. Nesse mesmo ano, um grupo de 14 pessoas representando o INTERSIND, SEBRAE e os fabricantes visitaram Rio Branco, no Acre, para negociar a compra de matéria-prima de área certificada, para atender às exigências de legislação ambiental para concessão da licença ambiental, atendendo às exigências do mercado externo.

Com todo esse crescimento do polo Moveleiro de Ubá e região que observado e relatado gerou algumas mudanças significativas também no mercado de produtos florestais. Algumas mudanças podem ser observadas como, por exemplo,

Os preços da madeira e derivados sofreram aumentos devido ao descompasso entre oferta e demanda e acredita-se, devido ao ciclo de produção prevalecer por mais alguns anos. Aumentos de preços, decorrentes de escassez na oferta está aumentando a atratividade pelo negócio florestal provocando a expansão das áreas plantadas tanto pelas empresas consumidoras, na modalidade de fomento, quanto de produtores rurais independentes de parcerias ou contratos, inclusive os agricultores familiares. É cada vez maior a utilização diversificada de madeiras em geral na indústria moveleira. (OLIVEIRA, 2010. p.13)

As empresas do setor, sustentadas no crescimento do mercado interno e nas cotações internacionais, montam estratégias de produção e competitividade. A necessidade de redução de custos e ampliação da competitividade levou os diversos segmentos a aquisições, incorporações e fusões e também à realização de investimentos que aumentassem a produção.

²²É a instituição do Sistema FIEMG que atua como interlocutora e promotora da interação entre empresas e centros de conhecimento em Minas Gerais. Sua missão é promover a competitividade da indústria mineira por meio de soluções em inovação, capacitação e interação entre empresas e centros de conhecimento, universidades e instituições de fomento. FONTE: <http://www7.fiemg.com.br/iel/mais-iel>

Segundo Oliveira (2010), em função dessa relação de necessidade de redução de custos, aumento da competitividade e gerando o aumento da produção florestal, principalmente o eucalipto, existe um déficit anual entre 20 e 40 mil estádios/ano de madeira de florestas plantadas, no período 2008-2014, para atender a demanda diversificada de vários setores consumidores em Minas Gerais.

Para que esse déficit seja diminuído, Oliveira (2010. p.14) demonstra a necessidade de ampliação, nos próximos sete anos, das plantações para algo próximo de 200 mil hectares/ano, entre novos plantios e reformas, contra os atuais 150 mil hectares/ano, visando a atender à crescente demanda e assim reduzir o consumo de madeira de vegetação nativa, reduzir o impacto ambiental e a evasão de receitas e, sobretudo, minimizar os efeitos de um possível colapso na oferta de madeira de plantações florestais ou “apagão florestal”.

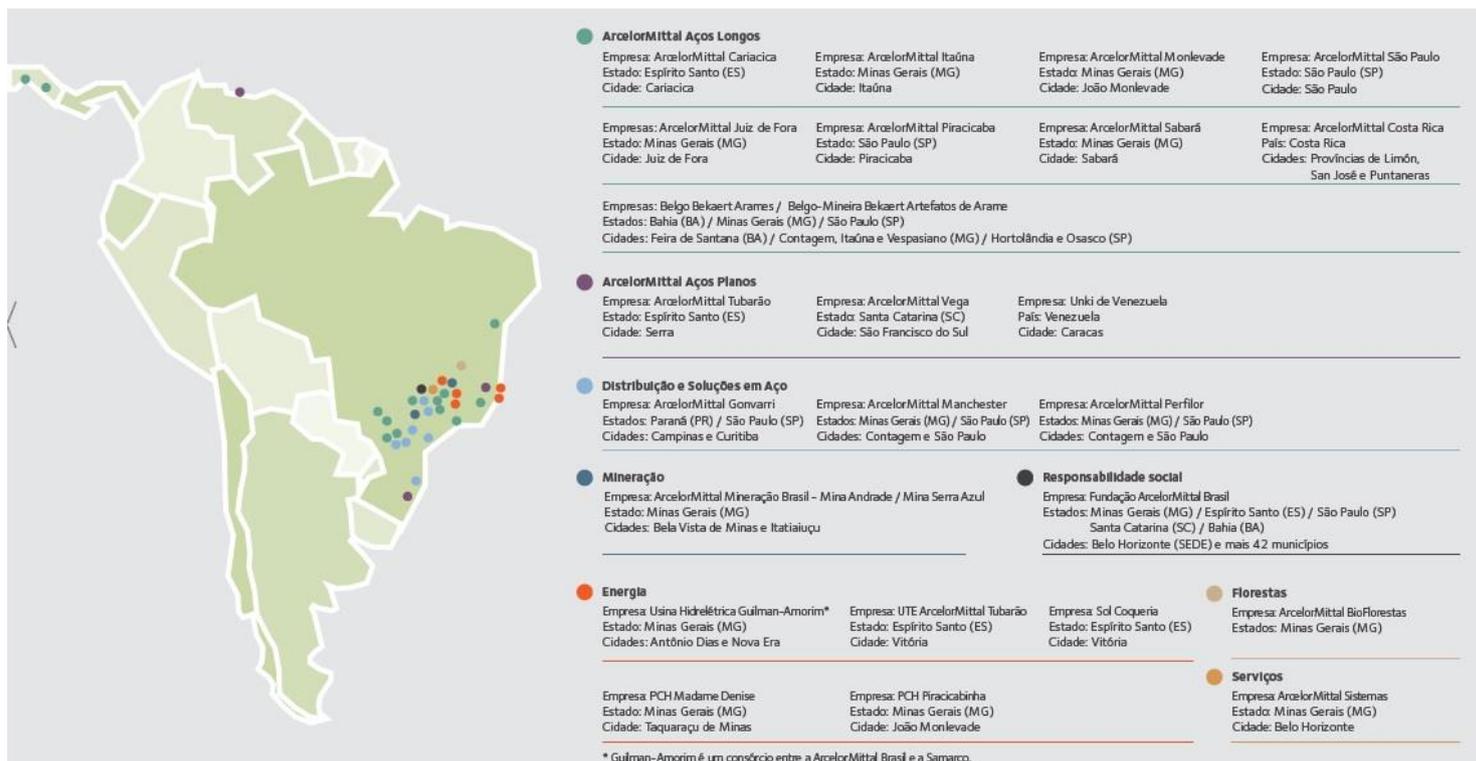
3.3.2. *ArcelorMittal* Brasil²³

Por meio da fusão das empresas *Mittal Steel* e *Arcelor*, foi constituída, em 2006, a *ArcelorMittal*, a maior empresa siderúrgica do mundo, com cerca de 230 mil funcionários em 60 países e produção de 91,2 milhões de toneladas de aço e 58,4 milhões de toneladas de minério de ferro em 2013, o que correspondeu a cerca de 10% do total produzido no mundo; a empresa registrou, ainda em 2013, receita de vendas de US\$ 79,4 bilhões.

Além disso, detém a liderança nos principais mercados mundiais de aço, incluindo o automobilístico, de construção, de eletrodomésticos e de embalagens. Conta com fontes próprias de matérias primas - produz 45% de todo o minério que consome.

Observando o mapa abaixo se pode ter noção da grandiosidade e influencia dessa multinacional, no que se diz respeito à organização territorial e produtiva no Brasil.

²³As informações sobre o histórico da siderúrgica estão baseadas nos dados do Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa – 2013.



Mapa 3: Atuação da *ArcelorMittal* em território brasileiro.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa - 2013

Dentro de toda essa grandiosidade, um dos principais desafios da atividade siderúrgica, de maneira geral, é atuar no sentido de mitigar os impactos inerentes ao tipo de operação. Dessa forma, para assegurar o equilíbrio entre a produção industrial do aço e o uso dos recursos naturais, a *ArcelorMittal* tenta reforçar sua visão de que a sustentabilidade é um importante diferencial para o sucesso de seus negócios. Por conseguinte, existe a busca por desenvolver processos que diminuam o impacto à biodiversidade em seu entorno e busca modernizar suas instalações, recircular quase que a totalidade da água que utiliza e reciclar os resíduos de sua produção.

Portanto, para a *ArcelorMittal*, a sustentabilidade é

a qualidade de ser sustentável, aquilo que se pode suportar e manter; suportável. Mais que um termo ou um adjetivo, a sustentabilidade é uma condição fundamental para a manutenção do modo de vida atual do homem e para a perpetuação de seus empreendimentos. Basicamente, é a capacidade de um indivíduo ou de um grupo se manterem inseridos em um ambiente, suprimindo as suas necessidades atuais, sem afetar a capacidade de esse ambiente prover os insumos para as sociedades do futuro. (ARCELORMITTAL. 2013)

A história da empresa com programas de sustentabilidades tem início com criação da *ArcelorMittal BioFloresta* que traz em sua trajetória na produção de

carvão vegetal a partir de florestas renováveis de eucalipto, marco de pioneirismo e busca pela melhoria contínua em suas atividades. Essa busca começou antes, no ano de 1939, quando iniciou os primeiros plantios de florestas, utilizando a espécie nativa, no município de Santa Bárbara-MG. Somente após essa experiência com espécies nativas que vieram as experiências iniciais com o eucalipto, na região de João Monlevade-MG.

Como indicativo de sua consolidação, de 1972 a 1979, as áreas de reflorestamento da empresa tiveram significativo aumento, ultrapassando a região do Rio Doce e chegando às regiões centro-oeste, norte de Minas Gerais e ao extremo sul da Bahia. Nesse período, a empresa vivenciou considerável aumento em sua produção de madeira de eucalipto.

Hoje a empresa *ArcelorMittal BioFloresta* é sediada em Belo Horizonte – MG, ela possui operações em diversas regiões do Estado de Minas Gerais. Seu principal objetivo é atender às unidades industriais de Aços Longos, que usam carvão vegetal em seus processos siderúrgicos.

O carvão vegetal é produzido a partir de florestas renováveis de eucalipto. É certificada pela FSC (Forest Stewardship Council – organização que emite o selo de certificação florestal), OHSAS (Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 14001 (conjunto de normas internacionais relativas à gestão ambiental). Em 2013, foram produzidas 350 mil toneladas de carvão vegetal (ARCELORMITTAL, 2013).

Para garantir a sustentabilidade no crescimento das atividades industriais com foco na preservação ambiental, a empresa mantém a proposta do Programa Produtor Florestal (PPF), sendo que esse funciona em parceria com produtores pequenos rurais que produzem o plantio de eucalipto na região sul, Zona da Mata e na região centro-oeste de Minas Gerais. Esse projeto visa garantir o fornecimento sustentável de carvão vegetal para a empresa.

Como referência de programa sustentável no Brasil, especificamente de florestamento e de reflorestamento, pode ser citada a empresa Plantar S/A. Atuante nos mercados brasileiro e internacional de siderurgia na produção de ferro-gusa, desenvolveu, em 2001, em parceria com o *Prototype Carbon Found* (PCF – Fundo Protótipo de Carbono) do Banco Mundial, o primeiro projeto brasileiro de mitigação de gases de efeito estufa.

Esse projeto foi aprovado pelo Banco Mundial com o objetivo de garantir o uso de combustível renovável (carvão vegetal de floretas plantadas próprias), no lugar de combustível fóssil (carvão mineral), ou não renovável (carvão vegetal de florestas nativas), na indústria de ferro-gusa do estado de Minas Gerais (ARCELORMITTAL, 2013).

Segundo Esteve (2010), a *ArcelorMittal* para contemplar o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) apontado pelo Protocolo de Kyoto como uma das possibilidades de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa, cria o Programa de Atividades (PoA) que tem como objetivo produzir atividades de projetos de pequena escala referentes a florestamento e, segundo os critérios e exigências nele previstos.

A empresa *ArcelorMittal* BioFloresta consolidou e submeteu a registro o programa denominado Coopflos. A Coopflos é a cooperativa que viabiliza a adesão de fazendeiros locais ao programa e submete a registro o referido programa PoA.

Implantado desde 2005, o programa visa

...à recuperação ambiental e social da região da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, prestando assistência técnica e financeira a pequenos proprietários com o objetivo de estabelecer plantios renováveis de eucalipto em áreas degradadas de suas propriedades. Desde dezembro de 2010 encontra-se em fase de validação e aprovação dos órgãos e entidades designadas no "Ciclo do Projeto de MDL". (ESTEVE. 2010, p.69).

De acordo com Miranda *et al.* (2010, p. 3-4)

O Programa de Atividades (PoA) é uma evolução do conceito original do MDL e visa a potencializar a contribuição do MDL para a mitigação da mudança global do clima. Atividades de projetos no âmbito de um PoA podem ser registradas com uma única atividade de MDL, desde que certas condições sejam observadas. Entre as vantagens do PoA estão a redução dos custos de transação e o potencial para ampliar a possibilidade de obtenção de créditos de carbono para o setor industrial. Evidentemente, trata-se de uma ferramenta nova cujas regras devem ser estudadas e aprimoradas enquanto se avaliam potencial, barreiras e soluções.

O PoA tem como partes envolvidas em seu desenvolvimento e implantação duas entidades, sendo que uma tem a funcionalidade de executora que é a empresa *ArcelorMittal* BioFloresta, responsável pelo planejamento, coordenação, controle e auditoria de todas as operações florestais realizadas no

PoA, e a outra entidade é a gestora, representada pelos fazendeiros participantes membros da referida Coopflor.

O PoA se propõe a estimular a geração de sumidouros²⁴ na região da Zona da Mata de Minas Gerais em pequenos estabelecimentos rurais que tenham o terreno com pastagens degradadas. Esse projeto representa o principal passo de substituição de combustíveis fósseis por carvão vegetal da *ArcelorMittal BioFloresta*.

O esquema abaixo ilustra o funcionamento do PoA com suas etapas de execução.

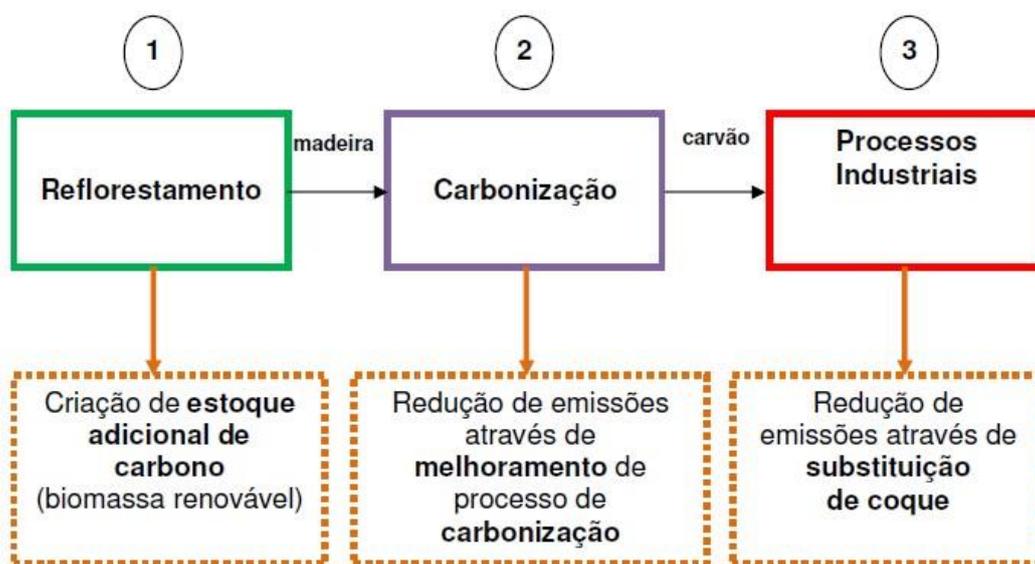


Imagem 3: Componentes do projeto de redução de emissões com base em carvão vegetal da *ArcelorMittal*. Fonte: *ArcelorMittal Bioenergia* (2010b).

A *ArcelorMittal BioFloresta* presta assistência técnica e financeira aos pequenos fazendeiros (agricultores locais), para plantios de biomassa nas áreas de pastagens degradadas, preexistentes em suas respectivas propriedades. Pode ser destacado que o objetivo do PoA é a implantação de florestas sustentáveis pelos pequenos produtores e desenvolvimento local e criação de empregos (ARCELORMITTAL, 2013).

Entre os principais benefícios do PoA proposto, podem-se citar: a criação de estoque adicional de sumidouros de carbono; a garantia de fornecimento de

²⁴Qualquer processo, atividade ou mecanismo que retire gases de efeito estufa da atmosfera, armazenando-os por um período de tempo. Atuam como ralos retirando da atmosfera mais carbono do que emitem. São sumidouros de carbono as florestas e os oceanos.

biomassa renovável para altos-fornos; e a recuperação econômica, social e ambiental da região.

Dentro dessa longa apresentação do discurso da empresa *ArcelorMittal* sobre preocupação ambiental, sustentabilidade e crédito de carbono cabe tecer algumas críticas.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2011) em seu livro intitulado “O desafio ambiental” constrói críticas a respeito de vários desses conceitos já abordados. Para ele o conceito de desenvolvimento

[...] é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, se desenvolvido é o urbano, é o ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. (Porto-Gonçalves, 2011. p.24).

Nesse fragmento de texto o autor deixa evidente que a utilização do conceito de desenvolvimento atrelado a uma preocupação de conservação é paradoxal, pois inerentemente o próprio sempre foi atrelado ao progresso.

Nos últimos 30 a 40 anos, com o período da globalização neoliberal e através da revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, houve a imposição de um mesmo discurso em escala planetária. Estamos hoje, diante de um sistema-mundo moderno-colonial, já que é sistema-mundo porque cada vez mais interdependente, e moderno-colonial porque esta interdependência está organizada com base em um sistema de relações hierárquicas de poder (PORTO-GONÇALVES, 2006.p. 14).

Em 1973, o conceito desenvolvimento sustentável recebeu sua primeira definição – a partir do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) –, buscando conjugar desenvolvimento econômico e preservação (FONSECA, 2005, s/n). Nota-se que a expressão parte de uma racionalidade que procurava manter os padrões hegemônicos de desenvolvimento e apenas direcionar um olhar mais atento às questões ambientais, ou seja, almejava-se produzir cada vez mais utilizando menos recursos.

A partir da década de 1980, de acordo com Porto-Gonçalves (2006, p. 299), o ambientalismo começa a escapar dos conteúdos técnico-científicos e se expande para novos protagonistas provenientes “de baixo”, como os

seringueiros da Amazônia. Cabe neste ponto trazer à discussão a divisão que Moreira (2004, s/n) faz entre sustentabilidade ambiental e socioambiental.

Para o autor, a primeira refere-se à sustentabilidade natural e da biodiversidade, enquanto que a segunda considera níveis de pobreza e suportes sociais às populações de baixa renda. No primeiro sentido, a defesa do meio ambiente e os movimentos ecologistas são “coisa de rico”. Já os movimentos dos pobres, sob o significado da sustentabilidade socioambiental, tendem a rejeitar a alcunha de ecologistas, mas são ambientalistas na medida em que, ao defender as condições de subsistência social, defendem a dinâmica da biodiversidade.

Um dos exemplos citados pelo autor quanto à sustentabilidade socioambiental é o dos seringueiros da Amazônia. Neste cenário, o ambientalismo passa também a interessar cada vez mais ao andar “de cima”, nas palavras do autor.

Moreira (2004, s/n) afirma que o conceito de sustentabilidade carrega uma indeterminação que o autor denomina como nebulosa ambientalista:

... apesar de originalmente a crítica ecológica e ambientalista radical visualizar a ruptura da produção e a negação da ordem social das sociedades industriais, o que estava em curso era a construção de um capitalismo ecológico. (...) as regulações ambientalistas dos usos dos recursos naturais – e do conhecimento tecnológico – não rompiam com a existência da propriedade privada e nem com a busca da lucratividade capitalista, ou seja, não rompiam com a lógica da ordem capitalista, ao mesmo tempo em que reconhecia que a existência de movimentos ambientalistas e sócio ambientalistas tencionavam os usos da propriedade privada, particularmente aqueles associados à propriedade da terra e da natureza. Paradoxalmente, a sustentabilidade incorporaria, assim, uma insustentabilidade intrínseca às contradições do próprio capitalismo.

De fato, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade carregam contradições que devem ser analisadas com cuidado. Assim, é necessário identificar de onde vem o discurso para que possamos saber qual a intencionalidade que se encontra por trás do mesmo²⁵. Para Milton Santos

²⁵ De fato, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade carregam contradições que devem ser analisadas com cuidado. Como dissemos, é necessário identificar de onde vem o discurso para que possamos saber qual a intencionalidade que se encontra por trás do mesmo.

(1997), toda ação é repleta de intencionalidade. O autor acredita que “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar” (p. 65).

Isso posto, é percebido que no atual período de globalização neoliberal, o padrão da divisão do trabalho internacional ainda é basicamente o mesmo do período colonial, ou seja, ainda há a dependência de matérias-primas dos países tidos como industrializados.

A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder (PORTOGONÇALVES, op. cit, p. 25).

Ademais, os países do polo dominante no padrão de poder mundial, nas palavras de Porto-Gonçalves (op. cit), criaram um novo mecanismo ainda mais eficiente do que a exploração direta dos recursos naturais dos países situados no polo dominado no padrão de poder mundial, a atuação dos organismos multilaterais:

A aceitação da supervisão do FMI e de seus planos de ajustes estruturais garantem os créditos que vão, não só alimentar a dívida, como também alimentar as caldeiras das indústrias com carvão, petróleo e gás, as indústrias, em geral, com ferro, bauxita, cobre, zinco, manganês... (PORTO-GONÇALVES, op. cit, p. 45)

Desta maneira, o esforço dos países pobres em participar desse sistema de crédito acaba por levar a uma ampla utilização dos recursos naturais desses países. Nota-se desde já uma contradição do discurso do desenvolvimento sustentável. Afirma-se que a responsabilidade sobre a crise ambiental atual é de todos e que todos devem agir (individualmente, diga-se de passagem) da mesma forma a fim de tentar resolvê-la, quando, na realidade, as responsabilidades sobre o problema não são as mesmas para todas as pessoas e povos de todos os países. Há uma dívida ecológica histórica e contemporânea dos países dominantes para com os países dominados que se encontra ausente dos discursos oficiais, principalmente daqueles que provêm dos organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas.

Ou seja, o que está em questão não é, de maneira alguma, o padrão de desenvolvimento imposto pela lógica dominante, mas, ao contrário, questiona-se como fazer para que esse padrão possa ser mantido indefinidamente.

Devemos abordar também a contradição existente entre o termo desenvolvimento e o termo sustentável. Segundo Acsehrad e Leroy (1999, p. 15),

a crise do desenvolvimento é a crise de um modelo de integração homogeneizadora das sociedades periféricas ao capitalismo central. Hoje se sabe que os padrões de desenvolvimento norte-americano e europeu chegaram aos seus limites. Todavia, o discurso do desenvolvimento sustentável pouco questiona as raízes e essências destes padrões. Apenas apregoa-se subliminarmente que a produção dos bens de consumo continue sendo a principal atividade das sociedades, porém agora utilizando-se de menos recursos ambientais e com maior justiça social. Como um desenvolvimento que é sinônimo de crescimento pode ser sustentável? Herman Daly, em 2004, publicou um artigo no qual argumenta que o desenvolvimento sustentável é impossível enquanto for utilizado como equivalente ao crescimento sustentável. O autor afirma que a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito e fechado, por isso o crescimento sustentável é impossível. É preciso que seja feita uma distinção entre crescer e desenvolver. Enquanto a primeira, segundo o dicionário, significa “aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através da assimilação ou acréscimo”, a segunda significa “expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor”. O ecossistema desenvolve-se, mas não cresce.

O conceito inicial de desenvolvimento se baseia na ideia da sucessão evolutiva de estágios, onde, tal qual a natureza, as sociedades humanas evoluiriam de formas inferiores para superiores. Segundo Layrargues (1997, p. 5), parte-se de um modelo de sociedade rudimentar que culminaria no modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal. Paulo Freire (1987), quando fala sobre a pedagogia do oprimido, afirma que os países de terceiro mundo (oprimidos) têm-nos de primeiro mundo (opressores) o seu testemunho de desenvolvimento, e há uma irresistível atração pelo opressor e pelos seus padrões de vida. Cabe aqui resgatar o sentido da palavra *des-envolver*:

(...) tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens entre si e destes com a natureza; não só separar os homens da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81)

Segundo Lefebvre (1991), este é o espaço dominante de uma sociedade, no qual as concepções tendem para um sistema de signos verbais elaborados intelectualmente. A ideologia dominante entra aqui como principal agente de produção deste espaço. As representações do espaço possuem alcance considerável e influencia específica na produção do espaço. O meio técnico-científico-informacional é continuamente desenvolvido a fim de manter a hegemonia através das representações espaciais. A grande mídia possui, de modo geral, o papel de contribuir firmemente para a concepção do espaço a nível mundial, muitas vezes através da manipulação de fatos e imagens. Nessa nova realidade, surgiram os especialistas do discurso que se utilizam da retórica para desenvolver um discurso das ações que levam a legitimação das mesmas. Esta se tornou necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita e se torne mais ativa na vida social.

A criação de espaços de representação que questionem as representações hegemônicas implica a busca de territorialidades alternativas, de acordo com Rúa (2007, p. 161), que persistem, mesmo que muitas vezes estejam sufocadas pela força da lógica hegemônica. Deste modo, podemos falar em desenvolvimentos e sustentabilidades. É necessário que questionemos que tipo de desenvolvimento queremos, e cada povo, cada territorialidade, possui objetivos próprios e reais pelos quais deve lutar, ou seja, cada povo almeja um Desenvolvimento, de acordo com a sua cultura. A existência de desenvolvimentos nos leva a considerar a existência de padrões de sustentabilidades.

Deveria deixar-se aos habitantes de cada lugar (em sua heterogeneidade social, econômica, cultural), em uma integração multiescalar que alcance o Estado nacional, o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades e de definir os padrões de sustentabilidade, escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento (RUA, *op. cit.*, p. 171).

Neste contexto, a sustentabilidade é um processo, está em movimento, e algo a ser construído, e não um conceito acabado, conforme nos quer fazer crer o poder dominante através do discurso do desenvolvimento sustentável. Leff (2001, p. 66) afirma que o desenvolvimento sustentável não se limita a tornar compatíveis a conservação e o desenvolvimento, mas sim leva a pensar um desenvolvimento alternativo que integre a natureza e a cultura como forças

produtivas. Deste modo, devemos pensar em fundar uma outra racionalidade produtiva, que esteja fundada nos potenciais da natureza e da cultura.

Após tecer essa crítica a ideia de desenvolvimento sustentável, retomamos a discussão inicial. Dessa forma, o programa está localizado na região sul do estado de Minas Gerais, na mesorregião da Zona da Mata e, parcialmente, na mesorregião de Campo das Vertentes. Essas áreas podem ser visualizadas no mapa a seguir.



Mapa 4: Localização do PoA.
Fonte: *ArcelorMittal* Bioenergia (2010b).

Segundo o programa PoA:

De acordo o Diário do Comércio de 13/05/2008, o estado de Minas Gerais possui déficit de 100.000 ha de florestas plantadas. Metade do carvão vegetal consumido no país ainda é produzida a partir de florestas nativas, muitas delas exploradas de forma ilegal. Esta situação, de falta de biomassa renovável para produção de carvão vegetal, é comum no Brasil. A região do estado de Minas Gerais, onde o Programa de Atividades proposto está localizado, é povoada em sua maioria por pequenos produtores, cuja principal atividade econômica é a produção de leite em pastagens degradadas de baixa produtividade. Este Programa de Atividades prevê uma solução que estabelece

plantios renováveis em terras degradadas. Isso resulta em garantia de fornecimento de biomassa renovável para as necessidades industriais da Entidade Executora²⁶ e uma atividade econômica alternativa, com receitas adicionais, para os pequenos agricultores locais. (FRONDIZI, 2009).

Na “entidade executora”, a empresa *ArcelorMittal* Bioenergia, até 2004, vinha produzindo aço a partir de sucata e de ferro-gusa de mercado, dados da própria empresa, e produz ferro-gusa, basicamente, utilizando nas suas operações o carvão mineral como agente redutor.

A partir de então, a empresa tomou uma ação e transformou a sua unidade de Juiz de Fora em uma instalação de produção integrada de aço e ferro-gusa, a partir de carvão vegetal renovável.

Os produtores locais da unidade de Juiz de Fora da empresa *ArcelorMittal* BioFloresta estão estabelecidos em áreas próximas da usina de produção da empresa, na região da Zona da Mata, Minas Gerais. E, para garantir a demanda de carvão vegetal, no processo produtivo de aço da empresa, ela mantém contrato de fornecimento de madeira com os referidos fazendeiros que, por questões de Compliance (cumprimento das normas internas da empresa, eliminando-se anglicanismos), não pôde ser divulgado. (ARCELORMITTAL, 2013).

As exigências e características para que um fazendeiro se associe à cooperativa para atuar como produtor florestal estão definidas pelas cláusulas contidas no Estatuto da Coopflos da Zona da Mata, do estado de Minas Gerais, de julho/2009.

Vale ressaltar que, uma vez feita a adesão contratual pelo fazendeiro à Coopflos, subentende-se estar sua respectiva área (CPA) totalmente legalizada perante as condições estabelecidas para a sua contratação, legalização esta proporcionada pela entidade executora (*ArcelorMittal* BioFloresta) do programa.

²⁶ Entendemos como *ArcelorMittal*.



Imagem 4: Plantio de eucalipto, financiado pela ArcelorMittal (antiga Belgo mineira) no município de Piau/MG.

A madeira no Brasil costuma ser comercializada com base em seu volume, em geral em volume empilhado e um metro cúbico de madeira empilhada é chamado de estéreo, como está representado na imagem a seguir.



Imagem 5: Representação de um estéreo de madeira

Segundo Soares et al. (2003, p. 1), a maneira mais comum de estimar o volume sólido de uma pilha de madeira é “através da medição das suas dimensões, com as quais se obtém o volume em estéreo, que multiplicado por um fator de conversão médio, denominado de fator de empilhamento, fornece o volume sólido de madeira”. No entanto:

Características como os diâmetros e o comprimento dos toros de madeira, a presença ou não de casca, a maneira de empilhar a madeira, a espécie e a idade das árvores afetam o empilhamento de tal forma que a utilização de um fator médio, obtido em uma condição

diferente daquela que se trabalha, pode acarretar erro na estimação do volume sólido da pilha (SOARES et al. 2003, p. 1).

Neste estudo, 1,5 estéreo de madeira equivale aproximadamente a 1,0 m³ sólido de madeira, visto que o volume de empilhado unidade estéreo) não é totalmente sólido. Da mesma forma, 1,0 estéreo de madeira equivale a aproximadamente 0,67 m³ sólido de madeira (ARCELORMITTAL BIOENERGIA, 2010b).

Mesmo diante de todas as barreiras enfrentadas na sua implantação, o programa apresenta retorno financeiro para os fazendeiros de cerca de R\$ 8.500/6 anos/ha, conforme informado pela *ArcelorMittal Bioenergia* (2010b).

Apesar de não divulgadas no presente estudo as cláusulas e condições do “Contrato de Fornecimento de Madeira” firmado entre fazendeiros locais da Zona da Mata e a *ArcelorMittal BioFloresta*, o “Departamento de Gestão Ambiental” da empresa oficializou que, entre as condições, estão previstas as seguintes garantias:

- a) A *ArcelorMittal BioFloresta* garante, ao fazendeiro produtor florestal, a compra de 95% da produção de eucalipto. Os 5% restantes permanecem de posse do fazendeiro, para necessidades de subsistência da fazenda.
- b) Garantia de financiamento para os fazendeiros, de recursos para implantação do programa, por meio do Banco Votorantim, que anteriormente era mantido pelo Banco Itaú. Do valor negociado com os fazendeiros, relativo à compra do eucalipto, a empresa *ArcelorMittal BioFloresta* garante que parte do dinheiro a ser pago aos fazendeiros pela madeira será destinada ao pagamento junto ao Banco que financiou o programa.
- c) Garantia de que 50% das cotas de carbono eventualmente geradas com o PoA poderão ser negociadas no mercado de carbono pela empresa *ArcelorMittal BioFloresta* (Participantes do Programa 1 - PP1) e a outra metade fica a cargo dos fazendeiros (Participantes do Programa 2 - PP2) negociar por meio da Coopflos. A adesão dos fazendeiros à Coopflos é condição que lhes garante negociar RCEs no mercado de carbono, a partir da verificação e certificação feitas pela EOD (Entidade Operacional Designada). Vale ressaltar que, sem a participação da “entidade gestora” (Coopflos), possivelmente os fazendeiros, de maneira autônoma, não conseguiriam promover a referida negociação de crédito de carbono. A contratação das partes (*ArcelorMittal BioFloresta* versus fazendeiros locais da Zona da Mata) é feita independentemente da adesão dos fazendeiros à Coopflos.

As atividades previstas pelo PoA são implantadas em comunidades de baixa renda e, tratando-se de ganhos gerados a partir de áreas improdutivas e degradadas de suas propriedades, o resultado pode ser considerado relevante para os fazendeiros.

3.3.3. Laticínios

Atualmente a produção de leite configura-se como um dos mais importantes negócios agrícolas no país e, em especial, no estado de Minas Gerais. De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), o mundo produziu aproximadamente 754 bilhões de litros de leite em 2012, desse montante o Brasil é responsável por aproximadamente 35 bilhões de litros de leite, ocupando assim a 3ª posição no ranking mundial, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos.

O estado de Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil, com 27,6% da produção nacional (IBGE, 2012), destacando-se os municípios de Patos de Minas, Ibiá, Unaí, Patrocínio e Coromandel.

Segundo o Censo Agropecuário, em 2006 havia em Minas 223.073 estabelecimentos rurais que produziram leite naquele ano, correspondendo a cerca de 40% do total de estabelecimentos. Destes, 167.153 (75%) foram classificados como agricultores familiares, segundo critério estabelecido na Lei n.º 11.326²⁷; e 55.920 (25%) como não familiares.

A história econômica da Zona da Mata mineira registra o início de um ciclo de desenvolvimento com a expansão das lavouras de café, ainda na primeira década do século XIX e seu apogeu ocorreu entre os anos de 1880 e 1897, quando se instalou a primeira grande crise de preços de café, devido à superprodução.

Nesse momento, a pecuária surgiu como alternativa econômica, ocupando terras com cafezais abandonados ou degradados, onde a pastagem crescia com facilidade. A proximidade com a província e a cidade do Rio também favoreceram o surgimento e desenvolvimento, já a partir de 1900, da pecuária leiteira e de laticínios, assim como outras atividades agropecuárias, que

²⁷ Pela Lei n.º 11.326/2006 são considerados agricultores familiares aqueles que: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

diversificaram a economia regional e reduziram a dependência e, ralação ao café.

Segundo dados da FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (2010), a Zona da Mata participa atualmente com 10% do volume de leite produzido no estado de Minas Gerais e isso tudo se deve ao tamanho do rebanho de vacas que, em 2008 chegou a maca de 486,5 mil. O Censo Agropecuário 2006 identificou na Zona da Mata 28.448 estabelecimentos que produziram leite - aproximadamente 32,9% do total produzido no estado – e produção de 559 milhões de litros, com média anual de 19.650 litros por propriedade.

Por causa dessa importância produtiva na região da Zona da Mata mineira tem o desenvolvimento de um grande número de indústrias/laticínios que processam o leite, configurando-se como uma das mais importantes cadeias do agronegócio mineiro. Observe o mapa a seguir ilustrando a territorialização dos laticínios na mesorregião da Zona da Mata e Campo das Vertentes.



Mapa 5: Localização georreferenciada dos laticínios nas mesorregiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes (fonte: Polo de Excelência de Leite e Derivados, 2009)

Analisando o mapa, pode-se perceber a importância da produção de leite e seus derivados. É de suma importância destacar que o estado também tem uma significativa produção de queijos regionais. Segundo historiadores, os primeiros queijos do Brasil surgiram no Sul de Minas em 1920, produzidos por imigrantes dinamarqueses. Estima-se que existam cerca de 27.000 produtores de queijos artesanais em Minas Gerais, que produzem aproximadamente 73.000 t/ano (EMATER-MG).

Segundo dados do Guia Técnico Ambiental da Indústria de Laticínios (2014) produzido pela FIEMG²⁸, dos empreendimentos que realizam a preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios, 48% estão localizados na região da Zona da Mata e do Sul de Minas, demonstrando a forte vocação dessas regiões para a indústria de laticínios.

PREPARAÇÃO DO LEITE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LATICÍNIOS

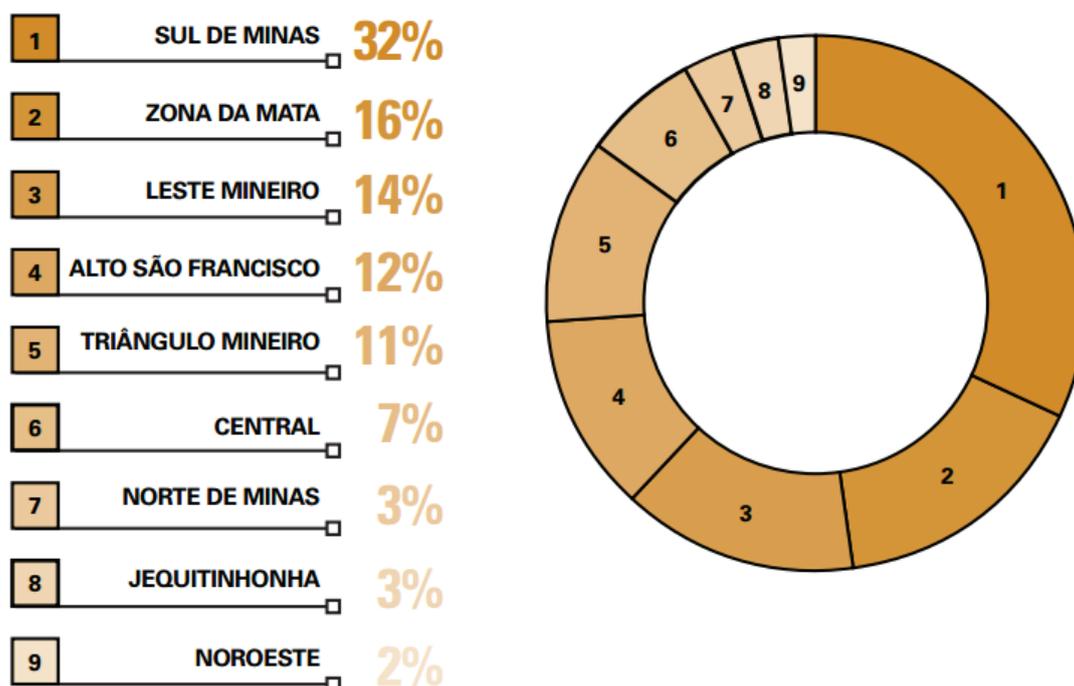


Imagem 6: Distribuição das atividades de preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios, por regional | Fonte: SIAM, 2014.

²⁸ Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Em todo processo de industrialização do leite²⁹, que obrigatoriamente passa pelos laticínios utiliza-se o carvão vegetal como fonte de energia. Esse carvão é utilizado nos geradores de vapor, comumente chamados de caldeiras nas indústrias de laticínios que são utilizadas na vaporização da água.

3.3.4. Serraria Bias Fortes LTDA

A Serraria Bias Fortes Ltda. é uma empresa de pequeno porte, situada na Fazenda São Domingos, zona rural de Bias Fortes/MG, cuja atividade consiste na produção de eucalipto e no desdobramento de madeira e no tratamento químico para preservação de madeira – alto clave.

Em entrevista com o dono da serraria o Sr. Célio Antônio Borges da Silva, ele disse que desde que abriu a empresa, a aproximadamente 18 anos, o objetivo era fornecer as matérias-primas³⁰ proveniente do eucalipto para o mercado consumidor da região.

Atualmente a empresa conta com uma dimensão territorial de 3.800ha que é equivalente a 38 km² com aproximadamente 3.800.000 mil pés de eucalipto. Esse cálculo é feito, segundo Sr. Célio, com uma proporção de 1.000 pés de eucalipto por cada hectare de terra.

Em fala do proprietário da serraria, ele confessa que foi o pioneiro no processo de produção de eucalipto na região e por isso tem a maior produção que é consumida atualmente, principalmente como fonte de energia através do cavaco, pela empresa Paraibuna de Embalagens³¹. A empresa tem uma demanda mensal aproximadamente 14.000 m³ por mês de cavacos a um valor de 50 reais o m³.

²⁹ A industrialização do leite pode ser: o envase do leite, a produção de queijo, a produção de manteiga, a produção de iogurte e bebidas fermentadas, a secagem de leite – leite em pó, a produção de requeijão cremoso, a produção de doce de leite e a concentração e secagem de soro de leite.

³⁰ As matérias-primas são: carvão vegetal, cavaco ou chips de eucalipto, madeira tratada (mourão, cerca e poste) e madeira cerrada (régua e ripa).

³¹ A empresa Paraibuna de Embalagens, há mais de 50 anos no mercado, está entre os dez maiores fabricantes de papeis para embalagens e papelão ondulado. Utiliza o cavaco para produção de energia na produção dos papeis. Fonte: <http://www.paraibuna.com.br/home/>



Imagem 7: Cavaco prontos para o transporte para os fornos da empresa.
Fonte: Acervo pessoal.

Além da grande produção de eucalipto na região, a Serraria Bias Forte LTDA tem uma grande importância nesse trabalho por outro motivo. Dos 60 funcionários que emprega diretamente na operação de máquinas 30 são provenientes da comunidade quilombola Colônia do Paiol, localizada em Bias Forte/MG.

Segundo Sr. Célio, todos os seus funcionários têm carteira assinada e ganham salários que variam entre 1.000 reais e 1.500 reais, dependendo da função que desempenha. Além disso, o proprietário declara que fornece treinamento para todos os seus funcionários que chegam para trabalhar sem qualificação nenhuma. Em suas palavras “se colocar uma enxada e uma foice na mão eles sabem o que fazer, mas pra mexer nas máquinas não. ”.

4. Comunidades quilombolas: contexto histórico e ressemantização do termo através da luta e r- existência.

Nesse capítulo irá ser apresentado um resgate histórico da escravidão no Brasil, dando enfoque principalmente em Minas Gerais, pois foi o estado com o maior contingente escravo e especificamente a Zona da Mata mineira. Concomitante a isso é feito uma discussão da ressemantização do termo quilombo e o contexto histórico das comunidades através da luta e r-existência para o autoreconhecimento cultural e territorial.

Além disso, é apresentando o histórico da comunidade quilombola Colônia do Paiol que foi foco de toda a pesquisa fazendo a relação com a produção de eucalipto na mesorregião da Zona da Mata mineira.

4.1. Por que as áreas de estudo são em comunidades quilombolas?

A preocupação e o interesse de se trabalhar com a questão agrária e, mais especificamente, com as comunidades quilombolas surgem em minha vida acadêmica em meados dos anos 2007 em um trabalho de campo da disciplina Geografia Agrária feita na Comunidade quilombola de São Pedro de Cima localizada no município de Divino. Assim, após o ocorrido, vários projetos de pesquisa e extensão foram sendo criados por professores e alunos do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que contemplavam essa temática.

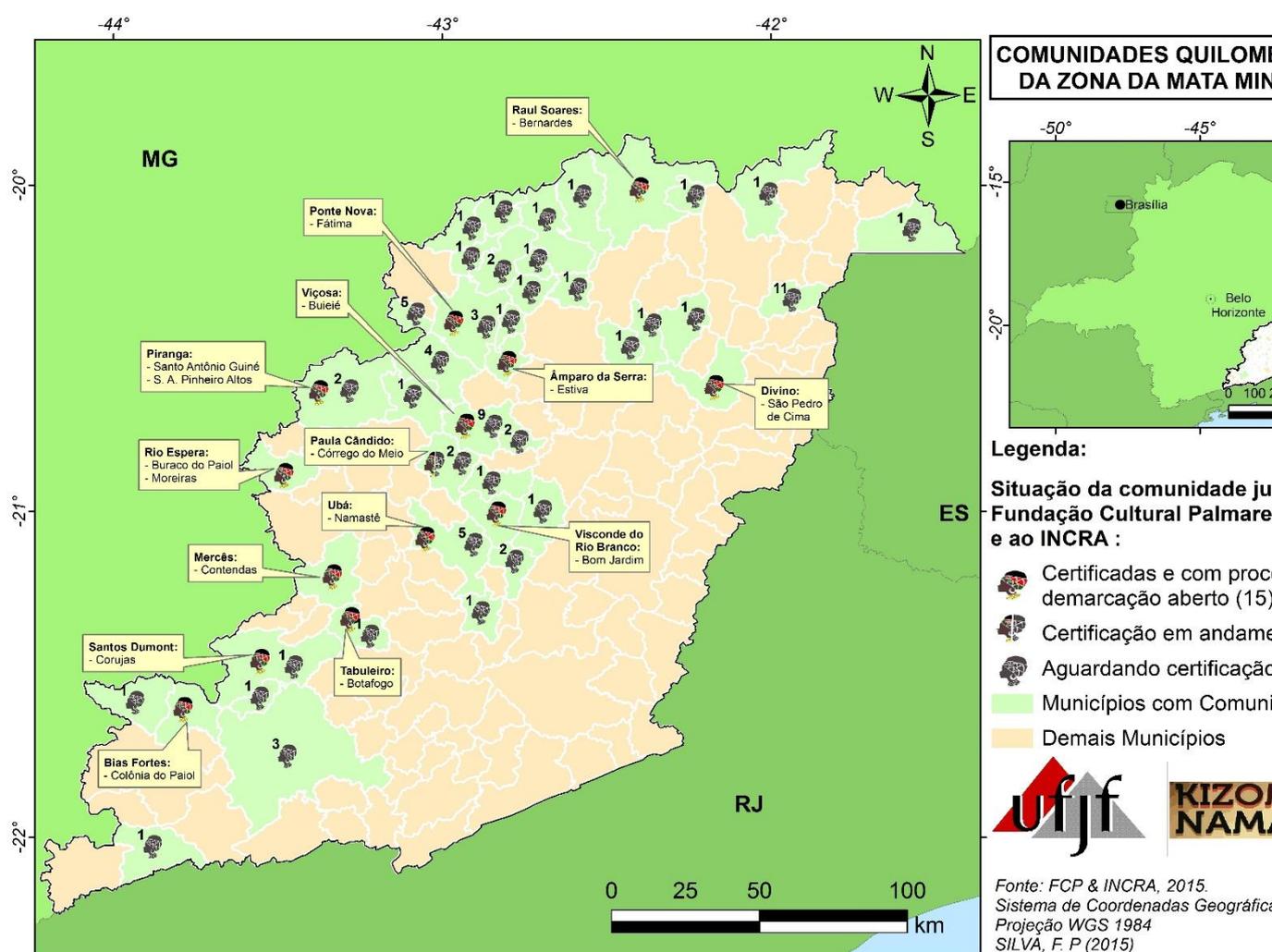
Em específico, um projeto em 2010 intitulado “Comunidades negras rurais na Zona da Mata mineira: Banco de dados documentais, etnográficos e territoriais” que tinha como objetivo principal a confecção de um banco de dados sobre as comunidades quilombolas da Zona da Mata mineira, assim, a primeira tarefa que tínhamos éramos descobrir o número exato de comunidades que havia nessa mesorregião.

Para isso, recorreremos a dois órgãos responsáveis que iriam fornecer esses dados, o primeiro é a Fundação Cultural Palmeares (FCP)³², cujo um dos

³² Entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) que comemora um quarto de século de trabalho por uma política cultural igualitária e inclusiva, que busca contribuir para a valorização

objetivos principais é a emissão de certidões de auto reconhecimento das comunidades quilombolas. O segundo órgão é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³³, cuja função principal nesse campo de atuação é a titulação dos territórios.

A partir dessa pesquisa, levantamos que na Zona da Mata mineira havia 15 (quinze) comunidades remanescentes quilombolas já com a certidão de auto reconhecimento da FCP e com processo aberto no INCRA para a demarcação e titulação das terras, e distribuídas nos municípios abaixo discriminados no mapa.



das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. (<http://www.palmares.gov.br/>)

³³ A missão é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. (<http://www.incra.gov.br/>)

Mapa 6: Municípios onde estão localizadas as comunidades quilombolas da Zona da Mata Mineira
Fonte: Kizimba Namata.

Após a coleta de dados nos órgãos responsáveis e o mapeamento dos municípios em que as comunidades se localizam, o próximo passo da pesquisa era visitar e estabelecer contatos com algumas delas. Partindo desses pressupostos, o critério que foi utilizado na escolha das comunidades foi à proximidade ao município de Juiz de Fora, exceto a comunidade de São Pedro de Cima situada em Divino (270 km de Juiz de Fora), com a qual já havíamos iniciado trabalhos em 2007.

Dessa forma, começamos a observar que, em alguns aspectos, as comunidades eram bem parecidas como, por exemplo, a forma de auto reconhecimento, sendo que esse processo foi germinado de “fora para dentro”³⁴; as práticas agrícolas culturais semelhantes; e a presença de plantios de eucalipto nas comunidades ou no entorno. Todos esses fatores, possivelmente são responsáveis pela interferência direta ou indireta na organização social das comunidades e principalmente no que se refere a identidade, trabalho e renda familiar.

A partir dessas observações, surge o interesse de entender todo o processo de expansão do cultivo de gênero *Eucalyptos* na Zona da Mata mineira, focando principalmente em uma das quinze comunidades de remanescente quilombola que é a comunidade da Colônia do Paiol, localizada em Bias Fortes.

³⁴ O processo de autoreconhecimento não se dá de uma forma espontânea entre o próprio moradores da comunidade, mas sim pessoas que tem um convívio social com essas comunidades e começam a identificar traços culturais, simbólicos e históricos que levam a investigação e conclusão de que aqueles territórios e população são remanescentes de quilombolas.



Mapa 7: Localização da comunidade pesquisada da Zona da Mata Mineira.

A escolha da comunidade não foi aleatória, existem vários motivos que podemos destacar, dentre eles estão a proximidade geográfica com Juiz de Fora; a relação com a produção do eucalipto, principalmente pela venda da força de trabalho para uma serraria³⁵; e também por ser uma comunidade em que já existia uma relação de anos através de projetos de pesquisa desenvolvidos na graduação.

4.2. A dinâmica de escravidão no Brasil e o processo histórico na Zona da Mata mineira

A expansão ultramarina do recém-formado Estado Territorial Português nos séculos XV e XVI terá como objetivo a acumulação de capital através da expansão da atividade mercantil, oriunda da dominação e exploração de outros

³⁵ Serraria Bias Forte, a maior produtora de eucalipto da região, próxima a Juiz de Fora segundo o seu proprietário Sr. Célio.

territórios não-europeus. No território que seria denominado pelos portugueses, no caso o continente Americano, o povo testemunho, os indígenas, foram subjugados e/ou exterminados, as riquezas naturais, como madeiras e metais preciosos, foram saqueadas e a terra, monopolizada pelos latifúndios monocultores destinados à exportação.

Nesta nova ordem econômica imposta, a Coroa Portuguesa difundia sua ocupação sobre o novo território por meio de concessões de terras a pessoas de sua confiança, originárias da nobreza, do clero e da burguesia, que seriam exploradas pelo trabalho escravo dos povos indígenas da América e, sobretudo pelo enorme contingente de povos negros arrancados do continente que foi denominado África.

Dessa forma iniciava-se a colonização, estruturada sobre a concentração da propriedade de terras nas mãos de alguns poucos europeus de confiança da Coroa, que acumulavam suas riquezas a partir da exploração da mão-de-obra escrava de indígenas e de uma massa de negros africanos despossuídos.

Cabe ressaltar que,

A escravidão não deve ser definida como um status, mas sim como um processo de transformação de status que pode prolongar-se uma vida inteira e inclusive estender-se para as gerações seguintes. O escravo começa como um estrangeiro [outsider] social e passa por um processo para se tornar um membro [insider]. Um indivíduo, despido de sua identidade social prévia, é colocado à margem de um novo grupo social que lhe dá uma nova identidade social. A estraneidade [outsidedness], então, é sociológica e não étnica (KOPYTOFF. 1982).

Um dos processos mais cruéis que a humanidade já presenciou foi a escravização e o tráfico de milhões de pessoas da África negra, destinadas ao trabalho forçado nas terras dominadas e colonizadas pelos europeus. Essa população negra foi desterritorializada e transformada na principal mercadoria lucrativa do comércio no século XV – o tráfico negreiro – que desestruturou as organizações sociais, econômicas, políticas e culturais desse continente.

Separado de seus laços familiares e afetivos, ignorante da língua e dos costumes da nova terra, e submetido a um regime de trabalho marcado por profunda violência, os africanos escravizados tornam-se sujeitos “sem história” (FERREIRA, 2009).

Escravidão, o negro africano passava a representar uma grande fonte de acumulação de riquezas ao capitalismo mercantil, pois enquanto trabalhador, o

negro escravizado produzia toda a riqueza que era acumulada pela Coroa Portuguesa. Além disso, o escravo foi transformado na mercadoria, sendo capturado, vendido e comprado, em relações comerciais altamente lucrativas entre os séculos XV e XIX.

Ao ser escravizado, o africano transforma-se em “coisa”, mercadoria apta a satisfazer as necessidades produtivas e acumulativas de outras pessoas, que para Marx (1987[1889]. p.41) “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas,

Transformado em mercadoria, sem direitos, sem vontades e “sem história”, o africano negro, no entanto, jamais aceitou suas novas condições de vida sem protestar. De variadas maneiras, expressava sua angústia e sua resistência frente a este processo que queria lhe arrancar a dignidade. O banzo³⁶ era uma delas, talvez a que expressasse de forma mais profunda a dor do escravizado, acompanhado de outras cotidianas subversões da ordem que lhe era imposta, que aconteciam tanto no espaço da casa grande, como na senzala e no espaço urbano das vilas: a negativa ao trabalho, os assassinatos de senhores, feitores e capitães-do-mato, os abortos provocados pelas escravas, e também a compra da alforria, as articulações das irmandades negras, as rebeliões, as fugas e a formação dos quilombos. (FERREIRA, 2009, p.34).

Nos séculos que se seguiram ao colapso do Império romano, a escravidão não desapareceu por completo na Europa ocidental e mediterrânea, mas no decorrer da Baixa Idade Média, a escravidão como sistema de trabalho deixou de existir no Ocidente europeu. A recriação do escravismo, com o emprego massivo de escravos nas tarefas agrícolas, seria realizada por portugueses e espanhóis só após a segunda metade do século XV, com a introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas orientais (Canárias, Madeira, São Tomé), e, no século XVI, com a colonização da América (MARQUES, 2006).

Com a experiência acumulada na fabricação de produto nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a Coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil a partir da década de 1530. Mas até os anos 1570, os portugueses encontraram grandes dificuldades para desenvolver as bases sólidas de uma rede de engenhos no litoral. Dentre os problemas podem

³⁶ Nostalgia que fazia o negro cair em profunda depressão o levando à morte.

ser destacados o recrutamento da mão-de-obra e falta de capitais para financiar a montagem dos engenhos.

Com a superação dessas dificuldades e a vinculação da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu.

A mão-de-obra empregada, inicialmente, na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil foram predominantemente indígena e os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI.

Marques (2006, p.111) destaca que,

Após 1560, com a ocorrência de várias epidemias no litoral brasileiro (como sarampo e varíola), os escravos índios passaram a morrer em proporções alarmantes, o que exigia reposição constante da força de trabalho nos engenhos. Na década seguinte, em resposta à pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coíbiam de forma parcial a escravização de índios. Ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico, sobretudo após a conquista definitiva de Angola em fins do século XVI. Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar.

No período do final do século XVI e meados do século XVII houve uma instabilidade política, econômica e territorial entre Portugal, Inglaterra e Holanda, essa instabilidade se resume na ocupação territorial das capitâncias hereditárias da Bahia e de Pernambuco pelos holandeses; invasão de Angola, principal centro fornecedor de escravos para o Brasil; o entendimento econômico e produtivo da cana-de-açúcar pelos holandeses e ingleses e o início de uma concorrência; o declínio da produção açucareira no Brasil.

Algumas evidências sugerem que, nesse período conturbado da economia açucareira, as alforrias ganharam impulso. É certo que a alforria de escravos se fez presente na Colônia desde os primeiros anos. No entanto, a existência de documentação seriada da prática apenas na segunda metade do

século XVII talvez indique que ela tenha se disseminado só após essa época. (MARQUES, 2006).

Com as descobertas auríferas na virada do século XVII para o XVIII, nas Minas Gerais, ampliando-se geograficamente o padrão demográfico que havia se estabelecendo na região nordeste, ou seja, a prevalência da população negra escrava – proveniente do tráfico negreiro – sobre a branca lusitana.

Esse período histórico é marcado pelo primeiro grande fluxo migratório demográfico interno, sendo que esse foi motivado pela a possibilidade de enriquecimento rápido. Além do fluxo migratório interno, a descoberta de recursos minerais atraiu para o Brasil uma quantidade ainda maior de imigrantes portugueses, calculada em cerca de 400 mil indivíduos durante todo o século XVIII e também o volume do tráfico transatlântico de escravos para a América portuguesa, duplicou na primeira metade do mesmo século.

Entre 1701 e 1720, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292 mil africanos escravizados, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760. (MARQUES, 2006. p.114)

Esses números servem como base de dados para análise e exemplo do quão forte foi a expansão do tráfico negreiro e, além disso, o quanto a economia lusitana e brasileira era dependente desse tipo de mão-de-obra no período histórico relatado.

O enorme avanço territorial e demográfico ocorrido no século XVIII no Brasil se fez acompanhar por um aumento correspondente das tensões econômicas, sociais e políticas.

No caso específico de Minas Gerais, capitania criada em 1720, o processo tumultuário de ocupação de seu território se traduziu no aguçamento dos conflitos: carência alimentar, que provocou fomes terríveis nos primeiros anos e a que se sucederam ações especulativas no abastecimento de gêneros de primeira necessidade para a região; embates entre os primeiros descobridores-povoadores (paulistas) e os adventícios, tanto da Colônia como do Reino, que explodiram na Guerra dos Emboabas; esforços da Coroa para impor seu poder na região, com a criação de vilas e a instalação de um aparato burocrático, acompanhados em contrapartida por resistência aguda dos colonos a tal política de normatização. (MARQUES, 2006. p.114).

Além dessas tensões e conflitos sociais, planos mais amplos de resistência dos escravos também ocorreram e essas foram proporcionadas

pelas condições particulares da atividade mineradoras. A dispersão espacial das jazidas, a possibilidade de os trabalhadores se apropriarem de parte dos resultados da extração ou o próprio controle que detinham sobre o processo de trabalho ampliaram sobremaneira a autonomia escrava e essa influenciou no aumento significativo de fugas; como consequência a formação de quilombos e também o número de alforrias.

Generalizando os dados demográficos disponíveis, a população colonial brasileira no início do século XIX guardava as seguintes proporções: 28% de brancos, 27,8% de negros e mulatos livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados, 5,7% de índios. (MARQUES, 2006. p. 118).

Analisando a historiografia da Zona da Mata mineira no período do século XIX, mais especificamente 1870, os estudos mostram que essa região, tendo Juiz de Fora como município preeminente, desenvolveu-se como principal produtora e exportadora de café em Minas Gerais sendo responsável por 60% da arrecadação provincial.

O processo de desenvolvimento econômico, social e ocupação territorial da Zona da Mata Sul³⁷ se deu principalmente pela construção da estrada Caminho Novo que foi construído durante o período colonial, ou mais precisamente, no início do século XVIII, ligava as regiões mineradoras ao porto do Rio de Janeiro, e sua principal função era escoar metais preciosos até o litoral carioca (PINHEIRO 2005).

A história dessa região começa a se imbricar mais intensamente com o tráfico de escravos após a instalação da família real e a Corte em 1808.

Este ano é um ponto fundamental para se iniciar o estudo sobre o tráfico de escravos na região matense³⁸, pois a crescente demanda por alimentos e outros produtos para a recém sede da Coroa lusitana proporcionaram uma série de medidas executadas por D. João VI, além disso, trata-se de um marco onde se conheceu – com a abertura dos portos – um grande volume de desembarques de africanos, crescendo ainda de forma espantosa no ano seguinte. (PINHEIRO, 2005. p.4).

³⁷ O que PINHEIRO (2005) chama de Zona da Mata Sul pode ser considerado a região de Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora e os municípios do entorno, ou seja, integrante do Campos das Vertentes e da Serra da Mantiqueira.

³⁸ Referente à Zona da Mata mineira.

Com a mineração entrando em crise, final do século XVIII, e a chegada da família Real o fluxo de mercadorias na estrada alterou. O que era rota destinada a passagem dos recursos minerais, naquele momento transforma-se em rota de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos e queijos, além de outros gêneros de subsistência e, além disso, o tráfico intenso de negro que como destino as fazendas produtoras desses gêneros alimentícios, para exploração de sua mão-de-obra.

Os dados encontrados na tabela abaixo são do recenseamento de 1831/32, esses números levantados por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy³⁹ são sobre a composição regional da população escrava em Minas Gerais.

Nível Desenv.	Regiões	Razão de sexo	População em idade produtiva 15- 44 porcentagem	Cor/origem Africano porcentagem	Condição social Escravos Porcentagem	Média de escravos por fogo	Fogos com escravos Porcentagem
Médio	Mata	180,5	64,5	52,5	39,5	7,6	40,2
Alto	Diamantina	223,4	62,0	49,9	40,0	6,3	37,7
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	147,8	60,1	41,8	36,8	6,6	38,3
Alto	Mineradora Central Oeste	160,9	60,4	43,3	34,2	6,8	32,3
Alto	Sudeste	152,3	59,9	49,2	38,3	7,9	32,8
-----	Província	159,0	60,1	43,4	33,1	6,6	32,3

Imagem 8: Dados comparativos da população escrava entre as principais regiões mineiras da primeira metade do século XIX.

Fonte: Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. PINHEIRO (2005) Apud.PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães.⁴⁰

Observando os dados, podemos perceber que a Mata, ou seja, Zona da Mata mineira teria sido uma das responsáveis pela maior parte dos escravos importados pela província mineira durante a primeira metade do século XIX.

³⁹ Esses autores são mencionados no artigo de PINHEIRO, Fábio W. A. **A Zona da Mata mineira e sua participação no tráfico de escravos para Minas Gerais (1808-1850): uma proposta de pesquisa.** Anais do I Colóquio do LAHES – Laboratório de História Economia e Social – Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

⁴⁰ Os próprios autores chamam a atenção para os dados, pois os mesmos não refletem fielmente a realidade. Isso devido à ausência de informações e a inexistências de alguns dados, como por exemplo, áreas geográficas da província.

No que diz respeito ao contingente escravo utilizado nas zonas cafeeiras, a historiografia foi unânime durante algum tempo ao afirmar que o estoque de escravos negros utilizados nessa microrregião mineira era proveniente da região central da Capitania/Província. Esses trabalhadores vinham das localidades em que esta mão-de-obra era subutilizada ou ociosa – áreas de declínio de exploração de recursos minerais –, e esse “padrão” se deu tanto no período de desenvolvimento quanto no de expansão da cafeicultura. Nos dizeres de Celso Furtado:

(...) existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira (...). Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços. (FURTADO. 1967, p.122 - 123).

Essa vertente historiográfica foi contestada por Roberto Borges Martins (1983), sendo apontada em seu estudo sobre a escravidão em Minas Gerais a ideia aposta a já apresentada a passagem de escravos do setor minerador para a cafeicultura. Segundo ele, a hipótese de Furtado (1967) devia ser totalmente descartada, pois há tempos que o setor minerador não contava com número suficiente de escravos, fato que não forneceu às lavouras cafeeiras um número considerável de cativos provenientes das lavras esgotadas.

Desta forma, de acordo com Martins (1983:183), fica claro “que a ideia de que a história da escravidão na Minas no século XIX possa ser sintetizada como uma passagem da mineração ao café é francamente absurda”. A explicação do autor para o alto número de escravizados nas Minas Gerais tem suas raízes no tráfico de escravos africanos remetidos à Minas Gerais a partir do Rio de Janeiro.

O pesquisador atentou para o fato de que o Brasil na primeira metade do século XIX importou mais escravos do que qualquer outro momento de sua história, e que era essa importação a responsável pela gama de escravos encontrados no território Mineiro.

De acordo com Martins (1983, p.183):

(...) um número bem superior a um milhão de africanos entrou nos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo na primeira metade do século. Essa, e não os supostamente “redundantes” escravos de Minas Gerais, foi a fonte de mão-de-obra para o período formativo do setor cafeeiro. O tráfico oceânico e os primórdios da grande lavoura cafeeira são intimamente ligados.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que a produção cafeeira juiz-forana realmente se expandiu, e junto com ela também se fortaleceram as grandes propriedades e a concentração da mão-de-obra cativa. Desta forma, houve um acréscimo e não um decréscimo da população escrava.

4.3. Ressemantização do termo quilombo e contexto histórico das comunidades através da luta e r-existência.

O quilombo constitui questão relevante no desenvolvimento da história em nosso país desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 1970, durante a redemocratização do país (LEITE, 2000). Assim, falar dos quilombos e quilombolas na contemporaneidade brasileira é falar também de uma luta política e por consequência uma reflexão e construção científica ainda em processo.

Nas últimas décadas, os afrodescendentes organizados em associações quilombolas reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse e propriedade das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade.

Antes de enveredarmos nas discussões contemporâneas da temática vamos entender o processo de formação e desenvolvimento do conceito de quilombo e remanescentes quilombolas.

4.3.1. As questões conceituais do termo quilombo e remanescentes quilombolas.

Quando deparamos com o termo *quilombo* sendo utilizado, pode-se perceber uma vastidão de significados que sustentam aparatos simbólicos específicos de acordo com as condições sócio históricas. O seu significado

original vem dos bantos africanos⁴¹, mas o mesmo sofreu diversas modificações através dos tempos.

A palavra kilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sócio-política militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola (MUNANGA, 1996, p.58).

Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em um agrupamento militar composto pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lunda (do Zaire) no século XVII: A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundo, kongo, wovimbundo etc. (RATTS, 2001, p.310).

Para além das origens do termo quilombo na África, é imprescindível relatar a transformação de significado do termo de acordo com as definições. Segundo as definições do Conselho Ultramarino de 1740, é considerado quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (LEITE, 2000).

Segundo FERREIRA (2005), para os colonizadores portugueses, qualquer organização vista como um espaço livre em uma recusa à escravidão, portanto uma afronta e subversão a ordem colonial era considerado quilombo.

Esse caráter polissêmico do termo dificulta a chegar em uma definição essencial e lúcida do termo, mas, de maneira geral, essa definição foi feita desde o período escravista disseminando-se nas tradições populares e pelo senso comum a ideia de “reduto de escravos negros fugitivos”: o quilombo ou mocambo.

Dentro dessa perspectiva polissêmica, Ferreira apresenta que

A conotação e o significado do termo é adjacente ao contexto histórico de sua enunciação. Percorrendo diversos usos históricos, de acordo com as circunstâncias, o fenômeno é interpretado evocando

⁴¹*Banto* ou *bantu* é um termo utilizado para se referir a um tronco linguístico, ou seja, é uma língua que deu origem a diversas outras línguas no centro e sul do continente africano. O termo acabou sendo aproveitado para se referir ao conjunto de 300 a 600 grupos étnicos diferentes que povoam a mesma área. Sendo assim, essa denominação trata-se de uma classificação baseada na semelhança linguística, e por isso, a palavra banto não se refere a um povo, nem sequer a uma etnia.

determinados sentidos e aparatos simbólicos. A partir de meados do século XX, o conceito perpassa um processo de ressemantização, com as contribuições dos estudos científicos sobre o campesinato no Brasil, os avanços e conquistas das lutas do movimento negro e a institucionalização jurídica, passando a adquirir novos conteúdos em seu processo de enunciação. ” (FERREIRA, 2005, p.28).

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo,

...ora associado a um lugar (“quilombo era um estabelecimento singular”), ora a um povo que vive neste lugar (“as várias etnias que o compõem”), ou a manifestações populares, (“festas de rua”), ou ao local de uma prática condenada pela sociedade (“lugar público onde se instala uma casa de prostitutas”), ou a um conflito (uma “grande confusão”), ou a uma relação social (“uma união”), ou ainda a um sistema econômico (“localização fronteira, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos”). (LEITE, 2000, p.336).

Independentemente de qual é a variação que enquadra, historicamente, os negros enfrentaram/enfrentam muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar, o qual seria organizado conforme seus costumes, cultos e valores. Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a Abolição (1888), os negros têm sido desqualificados e os lugares em que habitam são ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos com maior poder e legitimidade junto ao estado (LEITE, 2000, p.334).

Esse processo tem início logo com a *primeira Lei de Terras* brasileira datada 18 de setembro de 1850 em seu art. 1º estabelecendo que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. ” (LEI nº 601). Assim, a partir da aplicação dessa lei, exclui-se os africanos e seus descendentes a permanecerem em suas terras, pois os mesmos não tinham poder aquisitivos para tal compra.

Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos e violência que a cor da pele anuncia os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Cabe a reflexão de que o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta pela sobrevivência.

À vista disso, tudo se esclarece, principalmente a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações, sendo que a quilombagem era uma das formas de resistência ao sistema escravagista.

Assim, com essas informações, os quilombos atuais passam por uma releitura, tendo uma função não somente de resgate de um passado a ser lembrado, mas também um direito a ser reconhecido e recompensado.

Para essa inaugurada demanda ou nova pauta na política nacional, afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas. (LEITTE, 2000, p.335). Sendo que, o termo quilombo era de uso quase exclusivo de historiadores e demais cientistas sociais que em pesquisas procuravam construir novas abordagens e interpretações mais verossímeis sobre o tema.

Mas, esse termo só adquire uma significação mais atual em nossa história a partir da Constituição brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual confere direitos territoriais aos “*remanescentes de quilombos*” que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O’DWYER, 2002).

Este foi o texto aprovado pela Constituinte:

Artigo 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos. (BRASIL, 1988).

O texto final do artigo 68 da Constituição Federal, ao mencionar “remanescentes das comunidades dos quilombos” irá, inicialmente, dificultar a compreensão do processo e criar vários impasses conceituais. Conforme Leite (2000, p.341), a noção de “remanescente”, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de “quilombo”, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se extremamente restritiva. Mas foi principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos.

Na tentativa de minimizar o problema conceitual, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada pelo Ministério Público para dar o seu parecer em relação às situações.

Assim, a ABA emitiu um documento que procurou desfazer os equívocos referentes à suposta condição remanescente, assim negando a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos

insurrecionais. Concomitantemente o documento também se posicionava criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade. (LEITE, 2000, p.341).

Esse artigo causou grande mobilização por parte dos quilombos existentes no país, o que surpreendeu a todos os estudiosos devido ao grande número de comunidades que passaram a reivindicar seus direitos. O Brasil desconhecia a existência de tantos territórios quilombolas e a injusta situação em que a maioria vive, sem os títulos definitivos das terras que ocupam por décadas ou séculos.

Dentro dessa realidade, o que podemos perceber é que, por muito tempo, a invisibilidade e o silêncio foram as estratégias dos quilombolas para resistirem sem serem percebidos ou incomodados pela sociedade hegemônica, a partir da Constituição de 1988 eles começaram a se tornar cada vez mais perceptíveis.

Arruti (2003, p.1) confirma essa ideia afirmando que da parte do Estado,

...o “reconhecimento” de um grupo como os quilombolas é ato de nomeação oficial que fixa uma identidade política, administrativa e legal é também um ato de criação, na medida em que vem instituir, junto a uma série mais extensa e complexa de atos e enunciações, um novo sujeito social. Mas, como condição de realização prática daquela recontextualização, tal “reconhecimento” é também uma ameaça permanente a ela, ao instituir um novo sistema de identificação modelizante, pronto a recapturar e englobar aquelas subversões classificatórias.

O “artigo 68” não apenas reconheceu o direito que as “comunidades remanescentes de quilombos” têm às terras que ocupam, como criou tal categoria política e sociológica, por meio da reunião de dois termos aparentemente evidentes.

Todo esse contexto de “quebra da invisibilidade” dos quilombos e seus remanescentes é percebido através do número de comunidades quilombolas que têm obtido o reconhecimento da FCP e ingressado com os pedidos de demarcação fundiária e titulação definitiva das terras junto ao INCRA. Contudo, há um grande descompasso entre diferentes levantamentos, parcialmente explicada pela morosidade dos processos de reconhecimento, demarcação e

titulação definitiva das terras nas diferentes autarquias federais responsáveis por estes.

Isso fica nítido se observarmos os próprios números das comunidades da Zona da Mata mineira, sendo que as treze comunidades são reconhecidas e certificadas pela FCP, mas nenhuma ainda com a titulação definitiva expedida pelo INCRA.

O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES (2008) contabiliza, por exemplo, 439 comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais, estando 16 delas situadas na Zona da Mata mineira. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fala em 109 comunidades contabilizadas em Minas Gerais, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) – instituído da função de demarcar e titular as terras quilombolas desde o ano de 2003 - contabiliza 123 processos de demarcação de terras quilombolas abertos, ao passo que a Fundação Cultural Palmares expediu 126 certidões para comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais, até então.

O descompasso entre os dados levantados pelo CEDEFES e as certificações e aberturas de processos nas autarquias do Governo Federal pode ser explicado, em parte, devido à falta de pessoal qualificado e à falta de recursos para efetuarem os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), indispensáveis à análise e certificação da Fundação Cultural Palmares, sem a qual não se pode dar entrada no pedido de demarcação e titulação elaborados pelo INCRA.

É interessante notar que muitas comunidades que se negavam a falar sobre sua origem, agora passaram a buscar as memórias perdidas de seu passado quilombola ou, em muitas delas, esse despertar da memória está sendo construído de fora para dentro para poder atestar sua identidade e se afirmar como legítimos merecedores das políticas estabelecidas pelo governo federal.

Esse fato de o resgate identitário ter ocorrido através de terceiros percebemos nas duas comunidades em questão. Na comunidade de São Pedro de Cima ocorreu através da professora Cida, a qual fez valer a Lei 10.639/03 que define que as escolas devem ensinar história da África e dos africanos no Brasil. A partir de 2003, a valorização da cultura africana despertou para uma tomada de consciência acerca do passado de resistência quilombola e pela busca por direitos constitucionais na comunidade de São Pedro de Cima.

Já na comunidade da Colônia do Paiol, a moradora Maria José (Zezé) comenta em uma entrevista⁴², que os moradores antigos até sabiam que eram descendentes de “baiano”, mas que esse resgate somente acontece com a chegada do Padre Jonas e o Padre Djalma Silva⁴³.

Assim, pode-se concluir que

... é difícil encontrarmos uma comunidade que diga ‘eu sou quilombola’. Só quando há autoconhecimento, autodiscussão com o movimento negro, quando há um trabalho de base - aí sim você vai encontrar. Mas numa comunidade que nunca foi visitada, que seja pouco acessível ou pouco conhecida, jamais vai dizer que lá é um quilombo. [...]

Eu digo que sou quilombola porque é resultado de um trabalho do movimento negro, com pesquisas e documentos. Conseguimos documentos desde 1792 e eles explicam para a gente que naquela época existiam quilombos naquelas localidades. Vimos, então, que ali existiu um quilombo, porque eu não acredito que naquela época todos nós fôssemos do fazendeiro, alguém era revolucionário e a minha família era revolucionária porque eu sou revolucionário, então por isso eu sou um quilombola.⁴⁴

É nesse sentido que Carneiro (2008) aponta o termo “requilombamento” apresentando que se muitas comunidades estavam se esquecendo de seu passado, hoje, a maioria delas tem empenhado inúmeros esforços para fortalecer a identidade e o orgulho quilombola, e nesse sentido, muitas tradições são revividas, relidas e reinventadas.

A identificação e a politização na questão quilombola surgem como possibilidade e continuidade. Esses processos são, contudo, carregados de tensões falsamente paradoxais e precisam ser mais bem compreendidos pelo Estado e pela sociedade.

Schmitt (2002) argumenta que:

a tarefa de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e [...] seu acesso à terra, trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terra por grupos negros que ultrapassaram o binômio fuga-resistência. (SCHMITT et al, 2002, p.1-2)

⁴² Depoimento gravado em uma conversa com a comunidade no dia 18/01/2014.

⁴³ Esse padre foi o responsável pela construção de uma Tese de Doutorado chamada de “O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano”, defendido na PUC/SP.

⁴⁴ Ivo Fonseca (apud. ARRUTI, 2003, p.21-22) no “Seminário Técnico de Mapeamento...” da FCP (Revista Palmares, 2000: 77-8)

Dessa forma, existe uma necessidade de fazer o reconhecimento teórico e encontrar o lugar conceitual do passado no presente. Assim, a partir do século XX, o termo quilombo passou por uma reestruturação, sendo essa embasada em três principais fatores destacando algumas formas de resistência, como destaca FERREIRA (2005).

Primeiramente, nas pesquisas científicas com ênfase no paradigma culturalista, a interpretação do fenômeno da quilombagem como resistência cultural: nesse caso, preocupava-se em que medida, no seu processo de invenção das tradições, a formação dos diversos nichos culturais seriam criações originais e propriamente (afro)americanas, ou em que medida teriam correlações étnicas com populações africanas, reproduzindo certos elementos de algumas de suas sociedades, e assim conservando identidades culturais africanas (afrodescendentes). [...]

...a partir de uma análise sociológica rigorosa e crítica das relações de poder, apoiada na perspectiva dialética, considerando o processo de aquilombamento, como um processo de resistência política – um ato de desobediência civil às relações de poder hegemônicas do regime escravista.

[...]

... considerado como fenômeno de resistência racial. Nesse sentido, ainda mantém implícito o significado de seu papel de resistência, mas é organizado sob outros moldes e referências, agora como símbolo da 'resistência negra', e a luta de Zumbi no Quilombo dos Palmares é tomada como emblemática, assim como a denúncia sofrida pela 'raça negra'. (FERREIRA, 2005. p.30-32).

Dentro desse universo de resistência, o termo quilombo passa por uma ressemantização, ou seja, ressignificação, a qual tem uma função fundamental no resgate histórico, mas ao mesmo tempo lidando com os fatos da contemporaneidade. Sendo assim, ratificada pela constituição o termo se distancia do significado de perseguição no período colonial e aproxima-se da sua consagração como patrimônio cultural, garantindo às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras.

Para Arruti (2003, p.20) o termo quilombo, em vários momentos da história teve um caráter repressivo.

Tal caráter teria adestrado os camponeses das terras de preto a negar tal vinculação - que fatalmente deslegitimaria suas posses - e adotar as autodenominações que remetem às modalidades de "uso comum" (Terras de Índio, de Santo, de Preto etc.). Assim, a ressemantização do quilombo começa pelo seu avesso, como uma ressemantização daquelas autodenominações relativas às diferentes modalidades de uso comum, que passam a ser vistas como narrativas míticas, legitimadoras dos grupos e de suas territorialidades que, de qualquer forma, foram criados pelo sistema colonialista e escravocrata. Por isso, a assunção do rótulo quilombo, hoje, estaria relacionada não ao que o

grupo de fato foi no passado, mas à sua capacidade de mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania.

Dentro desse caráter polissêmico do conceito, a resignificação não acontece somente com o passar do tempo e com os acontecimentos geohistóricos de conquistas do movimento negro e quilombola, mas existem as peculiaridades, ou seja, as resignificações que acontecem dentro das próprias comunidades, sendo que cada uma terá uma intencionalidade política e/ou cultural ao refletir e construir uma identidade em cima do conceito de quilombo e quilombola.

Com essas diferentes formas de resistência apresentadas, o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves trabalha com um conceito de *r-existência*, que entendemos

... mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos **r-existência**, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre as duas lógicas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

Como podemos perceber, a r-existência vai além da mera reação de auto afirmativa cultural, política e racial das comunidades remanescentes quilombolas, passando a existir também uma r-existência epistemológica influenciada diretamente pela realidade territorial local, ou seja, as territorialidades produzidas por essas comunidades, as quais contribuem para a construção de uma leitura da realidade deslocada de um conhecimento universal sobre os fatos, com caráter racional, moderno e eurocêntrico.

Na concepção do geógrafo Sack (1986) o território incorpora as projeções simbólicas à medida que o ser humano o preenche com suas vivências, com suas afetividades, e o organiza segundo suas caracterizações culturais. Assim, nesse processo de territorialização do lugar, segundo Carneiro (2009), podemos entender que há uma “lugarização” do território, pois o lugar – espaço de memórias, vivências e projeções existenciais – se torna alvo de estratégias para controlá-lo, para protegê-lo, e, assim, ele se torna território – espaço de dominação e de poder. Por outro lado, no território dominado projetam-se vivências, existências e memórias, que terminam por transformá-lo em lugar.

Um exemplo dessa r-existência são as terras de uso comum que pela análise dos agentes hegemônicos são formas atrasadas e condenadas ao

desaparecimento, sendo meros vestígios do passado que continuam a recair sobre os camponeses. Pode-se perceber que são formas residuais ou de sobrevivências de um modo de produção desaparecido.

Apesar da força dessas representações, marcadas por forte viés evolucionista, tais formas de territorialidade teriam permanecido e se convertido em objeto de luta e mobilização política e, por isso, de investigação. (ARRUTI, 2003, p.19)

No território, coexistem relações de (re)produção, de solidariedade e de identidade em processos contínuos e transformadores. O território é tanto fruto das relações socioculturais e econômicas, mas é também formador dessas relações, ou seja, em um processo dialético ele é marca e matriz da sociedade. Podemos perceber isso nas práticas cotidianas dos moradores da comunidade quilombola estudada, pois existem determinadas relações culturais e até mesmo de trabalho que não conseguem ser explicadas sobre uma ótica capitalista de mercado.

Podemos destacar como exemplo dessas práticas o que as comunidades chamam de mutirão ou troca de dia. Na época de colheita, para não contratarem mão de obra, os moradores da comunidade trocam dias de trabalho em diversas lavouras, ajudando os vizinhos e parentes para que depois venham ser ajudados, assim, os moradores atingem o objetivo final que é uma colheita rápida e sem custos de mão de obra. Para (OLIVEIRA, 2007) essa relação ganha o nome de “relação não capitalistas de produção”, isso ocorre devido o controle que o trabalhador ainda possui sobre processo produtivo do trabalho não envolvendo capital.

Dessa forma, o território é uma das categorias fundamentais para a compreensão e a discussão sobre identidade e sobre direito social, uma vez que ele é um dos mais eficazes formadores de identidade e de reprodução social. Por isso, compreenderemos os quilombos no Brasil na atualidade como processos de identidade étnico-territorial e de (re)produção campesina. Compreendemos esse duplo processo pela designação do termo “etnoterritorialidade quilombola”.

Carneiro (2009) coloca que a etnoterritorialidade é um híbrido entre as territorialidades de comunidades negras remanescentes de quilombo e de comunidades campesinas. É imprescindível para compreender a questão

quilombola, uma vez que os quilombolas passam por caminhos muito próximos ao campesinato brasileiro, onde a relação com a terra e as perspectivas de reprodução do grupo passam pela produção familiar de alimentos, pequenas propriedades, práticas de agricultura tradicional, entre outras características.

4.4. A etnoterritorialidade quilombola na Colônia do Paiol

4.4.1. Histórico de Bias Fortes a Colônia do Paiol.

A comunidade Colônia do Paiol está localizada no município de Bias Fortes, na mesorregião da Zona da Mata mineira, a aproximadamente 80 km do município de Juiz de Fora, onde sua principal fonte de renda é a pecuária leiteira. Situa-se no entroncamento entre dois rios, denominados Quilombo e Vermelho.

Sabe-se que em 1819 foi iniciada a construção da igreja de Nossa Senhora das Dores do Quilombo; em 1826, o povoado – também denominado Quilombo – já gozava da categoria de distrito. Em 1896, a partir da Lei nº 5 do Conselho Distrital, o povoado passou a chamar-se União (SILVA, 2005, p.219).

A alteração do nome não foi pacífica. Ela foi estrategicamente feita numa fase em que os fazendeiros avançavam para a região, principalmente em busca de novas áreas para o cultivo do café – e presume-se que a escolha de *União* tentasse representar a aliança, teoricamente harmoniosa, entre antigos (população negra) e novos moradores (população branca). Os negros queriam que permanecesse Quilombo, para manter a origem de sua identidade quilombola, mas os brancos queriam mudar para União.

Ironicamente, segundo relatos orais, a *união* custou caro para as lideranças negras locais. Conforme descreve Ajesus Aleixo,

No passado, nós sabemos da história aqui, que o negro chegou primeiro, foi Quilombo, depois, União, hoje, Bias Fortes. Pra passar a União, nós sabemos que teve dois líderes que se chamavam Tibúrcio e Manoel Aleixo. Eles não quiseram negociar a mudança do nome com os fazendeiros da época. Esses dois eram negros, né, eram líderes. Então aconteceu que eles foram mortos. Um indo pra Tedexana. Hoje o tempo não estava bom, mas essa semana, eu vou até a cruz deles. Tá dentro de uma cava, realmente onde foram mortos. Quem falou pra

mim a história foi um branco. A gente estava conversando em três. O branco sabia, ele que tem oitenta anos... Eu que era pra saber não sabia. O que passou pra mim falou: 'Quando eu passeava com minha mãe a cavalo naquele lugar, ela sempre falava nessa cruz; aqui morreu um negro' (SILVA, 2005, p.: 222).

A mudança do nome é símbolo da conquista e estava ligado à dominação do espaço quilombola pelos fazendeiros. Ajesus continua a narrar:

E os negros iam se afastando, né. Quando eles quiseram passar isso aqui prá União, aí o pessoal se revoltou, falaram "não vai", né. Então prá eles entrar, né, no setor deles, tiveram que matar, porque eles eram líderes, né. Porque depois eles fizeram da turma, do pessoal, o que eles quiseram fazer. Daí os fazendeiros entraram também na região aonde eles estavam fixando suas moradas, né. (SILVA, 2005, p.: 223).

E a conquista foi acompanhada da reescravização dos quilombolas:

[...] e foram escravizados novamente, tá. Mesmo no tempo de União eles foram escravizados... porque aqui era o seguinte, os que não são daqui de Bias Fortes..., os fazendeiros vinham na perseguição de escravos, então, o que eles faziam? ... os fugitivos iam saindo pro lado da Colônia, iam saindo pro lado de Barbacena, iam saindo é... pro lado da Vala do Santo Antônio... eles iam saindo. Que eles estavam sentindo-se perseguidos. Então os fazendeiros chegavam aqui, depois se encontravam, né, se reuniam, cada um ia tomando posse de um pedaço de terra, né". (SILVA, 2005, p.: 223).

Existe uma outra versão dessa história que é contado por Paulo Marinho⁴⁵, morador de 68 anos da Colônia do Paiol e guardião da memória local. Segundo ele, os quilombolas tinham uma vida muito precária, era difícil para eles conseguir bens de consumo. Porém, cada família possuía sua parcela de terra para plantio. Os colonizadores foram conquistando as terras nos arredores do Quilombo e, aproveitando-se da pobreza dos quilombolas, ofereciam-lhes produtos como roupas e outros bens em troca das terras. Quando os quilombolas já não possuíam mais nada, foram dominados.

Durante uma conversa em um dos trabalhos de campo, Paulo Marinho nos disse que:

a história de Bias Fortes é que tinha um quilombo, o povo trabalhava nas terras. Às vezes, os negros eram como nós, eram muito apertados. Não tinham o que comer, às vezes tinham uma dívida prá pagar: meu Deus, como vou pagar? Às vezes aqueles que tinham situação melhor diziam: "eu te dou um tanto de fubá, um tanto de arroz e depois você me paga. Me da cá um pedaço de terra". Eles mesmos separavam o

⁴⁵ Depoimento gravado em uma conversa com a comunidade no dia 18/01/2014.

Vale. Aí então, lá em cima, tinha uma divisão. Eles trocavam as terras por coisas que não tinham muito valor, como um pedaço de roupa roída. (Paulo Marinho).

Depois de União, a localidade passou a chamar-se Bias Fortes, em homenagem a um político do município de Barbacena, já em 1938. Esta sequência de nomes traça, à partida, a trajetória do poder na região – do quilombola negro à autoridade branca, passando por uma forçada *união* entre as duas partes.

Todo esse processo de disputa territorial entre a população negra local e a população branca recém-chegada se deve a um fato. Com o declínio da produção e exploração mineral, na região Central de Minas Gerais houve um processo de dispersão populacional (SILVA, 2005). Pode ser inferido que a decadência da zona de mineração e a dispersão de mineradores em busca de outras formas de sobrevivência – principalmente a agropecuária – que se deu a destruição do quilombo de Bias Fortes.

Segundo a história oral, suas terras foram oferecidas a forasteiros vindos das antigas minerações que ali fundaram fazendas de gado, fizeram grandes plantações de milho, feijão, mandioca e fabricaram queijos. Isso fez com que os negros que viviam naquele lugar entrassem em conflitos com os colonizadores, sendo que em alguns casos eles foram reescravizados nas fazendas, outros partiram para áreas mais afastadas do vilarejo – é o caso da Colônia do Paiol – e os que resistiram eram mortos.

Atualmente a Colônia do Paiol tem aproximadamente 52 famílias e 176 habitantes, segundo as pesquisas feitas no 1º semestre de 2014 por alunos da disciplina de Geografia Agrária e outro grupo de estudantes da UFJF.

No que se refere à formação da Colônia do Paiol, em relatos dos próprios moradores, a mesma teve início em meados de 1889 pela doação de terras feita pelo fazendeiro José Ribeiro Nunes a nove de seus escravos. Desde o início da doação, as terras eram cultivadas por membros dessas comunidades, mas a produção não era suficiente para o sustento do grupo.

Esse relato é comprovado pelo inventário do próprio José Ribeiro Nunes que, SILVA (2005) analisou e retirou o fragmento abaixo citado que menciona a doação de terras e quais foram os escravos beneficiados.

Tendo passado uma doação, digo, tendo collocado alguns meosex-escravos em um terreno no lugar denominado Paiol n'este distrito que divide com terrenos de Flávio Esteves do Reis, João Delphino de Paula, por este testamento confirmo a dádiva do dito terreno aos meosex-escravos de nome: Tobias, Gabriel, Adão, Justino, Quirino e Maria Creola e Camilla parda e também Sebastião e Justiniano a fim de que possa gozar do dito terreno do Paiol como d'elles próprios, senhores e possuidores, desfructando em sua vida e por morte dos mesmos passaram aos seus descendentes directos sem que possam vender ou alienar-as por contracto de tempo⁴⁶. (SILVA. 2005, p.37)

Antes da descoberta do testamento do fazendeiro José Ribeiro Nunes, antigo dono das terras que fez a doação, os moradores da Colônia do Paiol não possuíam os documentos que lhes conferiam judicialmente o reconhecimento dos direitos territoriais, ou seja, a propriedade de terras, tendo então a situação fundiária é irregular. Por essa razão, tiveram de enfrentar muitos conflitos com fazendeiros do entorno, que invadiram suas terras e chegaram a tomar a maior parte delas ou obrigaram membros da comunidade a venderem para eles parte de suas parcelas.

Existem algumas denúncias por parte dos moradores sobre essas invasões e “compra”, sobre esse assunto Maria José (Zezé) diz:

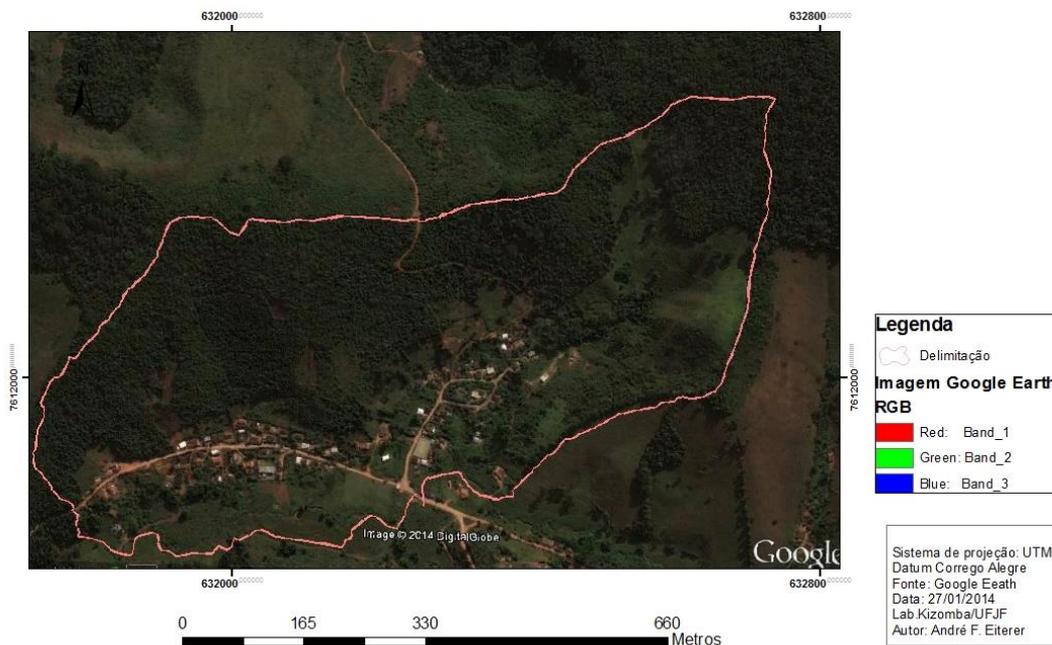
O que consta é no conto oral né. Que eles⁴⁷ vieram para cá e foi trocado pedaço de terra a troco de comida, porque eles não tinham o que comer, aí chegavam os outros fazendeiros, os que estão aí hoje, trocavam a troco de comida, bebida, tocim, fumo... né.

Nas imagens a seguir pode se perceber a dimensão territorial e a paisagem que hoje a comunidade tem.

⁴⁶ Esse testamento se encontra na caixa 282, ordem cinco, documento tipo livro de registro de testamentos, livro número 21, p. 94-96, datado de 21 de agosto de 1890 a 21 de janeiro de 1891, no Arquivo do Fórum de Barbacena. Esses documentos serão apresentados com mais detalhes no capítulo referente à Colônia do Paiol.

⁴⁷Eles, no texto, significam os escravos que ganharam as terras.

Colônia do Paiol Imagem Google Earth



Mapa 8: Limites da Comunidade Colônia do Paiol



Imagem 9: Vista panorâmica de comunidade Colônia do Paiol.

Fonte: Acervo pessoal.

Analisando a imagem, a qual demonstra a entrada e o centro da comunidade, juntamente com o mapa, temos a noção da dimensão territorial atual da comunidade, mas cabe destacar que, essa dimensão atual não representa o território legítimo e total da comunidade quando a mesma foi doada. Isso é identificado nos próprios relatos dos moradores que comentam de práticas dos fazendeiros do entorno que roubavam ou trocavam alimentos por porções de terra e além disso, quando andamos pela comunidade para conhecê-la, os próprios moradores nos mostravam o antigo limite da propriedade.

Com todas essas relações conflituosas e também de r-existência na comunidade e também através do auxílio do padre Djalma Antônio da Silva, em 25 de maio de 2005, a comunidade foi certificada pela FCP como Remanescente de Quilombo, segundo data de publicação no Diário Oficial da União.

4.4.2. Realidade socioeconômica da comunidade

A realidade socioeconômica da comunidade no final do século XIX início do século XX era muito difícil. Essa realidade é percebida através de depoimentos de seus moradores mais antigos.

Eu era pequenininho eu alembro, aqui não tinha estrada não tinha nada, simplesmente tinha uma estradinha assim, um bequinho, só passava animal era a tropa, assim cargueiro com cangalha. As casa aqui era de capim, feita de pau a pique, eu mesmo cheguei a fazer alguma ai, toda de madeira.

[...]

Antes o antepassado saia para trabalhar, o coitado saia não tinha uma bota para por no pé, trabalhava descalço, outra hora pegava um pedaço de pneu velho que as vezes aqueles maiores tinha um carrim e dava eles os pneu velho, eles cortava e amarrava aquilo com uns pedaço de couro de boi, marrava no pé, pra se defender dos espim.

[...]

De primeiro não tinha desse negócio de comprar arroz por trinta dia igual agente compra e sabe que tem aquele dinheiro e vai tirar aquele dinheiro para se manter, de primeiro não tinha disso. De primeiro pegava, ganhava 2 mil reis⁴⁸ por dia, hoje não ixeste isso mais né, era dois mil reis por dia. (Paulo Marinho)

Somente na década de 1970, um prefeito de Bias Fortes, hoje muito lembrado pelos habitantes da Colônia, de nome José Ovídio de Oliveira⁴⁹ interessou-se pela comunidade, construindo o posto de saúde e a escola. Além disso, abriu o curso Mobral⁵⁰ dando oportunidades para muitas pessoas idosas

⁴⁸ A referência que o senhor Paulo Marinho nos deu sobre o valor dos 2 mil reis era que o mesmo tinha a equivalência da compra de um (1) quilo de toucinho, ou seja, a gordura ou banha de porco. Sendo que esta tem um valor da atualidade de aproximadamente quatro (4) reais.

⁴⁹ Esse prefeito governou Bias Fortes de 02-02-1971 a 02-02-1973

⁵⁰ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*".

aprenderem a ler e a escrever. Outro benefício levado até a comunidade foi a instalação de energia elétrica e água encanada e as ruas foram pavimentadas.

Senhor Paulo Marinho ainda comenta que hoje a situação está muito melhor, ele afirma que antigamente eles trabalhavam toda a semana e, aos sábados, iam ao armazém fazer as compras com a remuneração da semana, que era 10 mil reis. O que eles compravam no armazém era complementado com alimentos que eles mesmos produziam, como por exemplo, folha da batata, jiló, angu, milho, feijão, abobora e, como o próprio Paulo Marinho destaca, às vezes um pedacinho de carne quando matavam uma galinha ou um porco, mas quando aquilo acabava, passavam fome. Hoje eles vão ao armazém e fazem a compra do mês.

Para SILVA (2005), o aumento do poder aquisitivo da população local se deve à aposentadoria do Fundo Rural, o qual os que têm mais de 65 anos possuem, os projetos assistenciais que o governo oferece, como por exemplo, o “Bolsa Família” e à saída dos mais jovens para trabalhar nas proximidades ou em outras cidades, especialmente Juiz de Fora, sendo que esses levam uma parte de seus salários para ajudar na manutenção de seus familiares que continuam na Colônia ou em Bias Fortes.

Dentro dessa realidade, a comunidade sempre sofreu com um problema significativo que é uma dimensão territorial reduzida, sendo que esse problema gera outros como: a dificuldade de instalação de novas famílias que vão se formando com o passar do tempo; a necessidade de buscar trabalho fora da comunidade, pois na mesma ou ao redor a oferta de trabalho é relativamente pequena; e também, concomitante com as anteriores, uma área pequena para o cultivo e/ou a criação de animais, levando as famílias a terem um gasto na aquisição de alimentos.

Pelo que se ouve das pessoas mais idosas da Colônia do Paiol, desde cedo seus habitantes foram obrigados a buscar ocupação de trabalho fora, vendendo sua força de trabalho para fazendeiros da região ou mesmo em fazendas mais distantes fazendo, trabalhos diversos na agricultura ou, no caso das mulheres, empregavam-se como domésticas. Eles nunca sobreviveram somente daquilo que produziam nas terras que receberam do senhor José Ribeiro Nunes, mas a necessidade os obrigou a começar a circular por muitos outros espaços em busca do complemento de renda.

Os relatos colhidos em entrevistas aos moradores mais antigos⁵¹, suas falas sempre vão ao encontro de que sempre houve a necessidade de os moradores locais saírem em busca de emprego na redondeza para complementarem a renda ou os alimentos produzidos no local. Esse fato se faz necessário devido uma característica muito peculiar desse território quilombola, que é um espaço muito pequeno destinado ao cultivo de alimentos, geralmente o fundo do quintal, quando esse existe.

Trabalhamos esse fato como peculiar porque “espera-se” de uma comunidade rural uma realidade produtiva voltada para a subsistência, fato que não é observado, e isso leva as famílias locais a terem hábitos de consumo bem parecidos com a da população urbana, fato que é intensificado e confirmado quando essas têm que sair do meio rural é buscar sustento em cidades vizinhas como Juiz de Fora ou Barbacena.

No atual momento, podemos perceber que as famílias passam por dificuldades quanto à disponibilidade e acesso aos alimentos, na medida em que, hoje, estes dependem principalmente da renda das famílias, pois não dispõem de um vasto território para o plantio.

Assim, há uma dificuldade quanto as atividades provedoras de receita financeira, já que a maior parte é garantida por auxílios e benefícios governamentais, como aposentadoria e Bolsa Família e a outra parte vem da venda da força de trabalho, principalmente na Serraria Bias Fortes, em grande parte relacionadas na lida com o eucalipto. Em relato dos próprios moradores da comunidade, eles afirmam que das 52 famílias, aproximadamente 25 são sustentadas pela renda proveniente do trabalho na serraria.

Um outro problema que a comunidade enfrenta derivado da migração e ausência de terras para o cultivo está relacionado a perda dos saberes ligados as práticas agrícolas e a tradição da Congada, Folia de Reis e Jongo. Existe um movimento de incentivo e uma tentativa de resgate e permanência dessas práticas agrícolas/culturais negras, mas é um movimento ainda tímido e pequeno.

São esses detalhes sobre a realidade socioeconômica da Colônia do Paiol que a coloca como objeto de estudo do presente trabalho, principalmente pela

⁵¹ Principalmente dois o senhor Paulo Marinho e dona Maria Quirina.

necessidade de venda da força de trabalho dos moradores, em atenção especial aqueles que vão trabalhar na serraria Bias Fortes que é uma grande produtora de eucalipto na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se desenvolveu a partir do objetivo de sistematizar o processo espaço temporal da expansão da silvicultura do eucalipto na Zona da Mata mineira destacando e apresentando a atuação dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos. Concomitante a essa construção geo-histórica foram apresentados os interesses, percepções e relações dos agentes sobre e com o território em um processo de territorialização e construção de suas respectivas territorialidades.

Todo trabalho teve sua base teórica sustentada na tríade *território-territorialidade-territorialização* dos agentes. Duas questões permearam todas as análises e discussões, sendo que a primeira delas é a consideração do *território* enquanto *relação espacial de poder*, em constante movimento, assim, essa relação espacial de poder pode apresentar uma dimensão mais concreto-funcional-político-econômica – visão dos agentes hegemônicos – ou mais subjetivo-simbólico-cultural – visão dos agentes contra-hegemônicos.

A segunda questão deriva da primeira e entende que a conformação do território enquanto relação espacial de poder envolve práticas de territorialidades que engendram processos de territorialização, bem como de desterritorialização e reterritorialização.

Sobre a primeira questão, o *território* da Zona da Mata mineira e em especial a Colônia do Paiol está sobre o processo de sobreposição de territórios e territorialidades distintos, existindo portanto, o do campesinato negro que vem sendo identificado como “quilombola” e o do capital da *produção de eucalipto*, fortemente amparado pelo Estado.

Esse fato confirma a ideia de Haesbaert (2004), de que *território* está em processo de construção no *tempo e no espaço*, reelaborando as relações histórico-sociais. A combinação destas relações irá configurar as características do território, como as formas de apropriação, uso e/ou domínio do espaço que se efetivam, a expressão do poder e os limites estabelecidos com o que é externo – e às vezes, estranho e conflituoso.

Dessa forma, os conflitos se estabelecem no processo de sobreposição territorial, pois cada agente age conforme um ordenamento contendo diferentes matrizes de racionalidade e temporalidade. Nesse momento o território se

transforma no palco das intermediações das relações de poder jurídico-política, que o enfatiza enquanto exercício de poder; econômica, que o prioriza como fonte de recursos; e a simbólico-cultural, que o entende como apropriação do espaço vivido.

Haesbaert (2012:24) propõe uma abordagem integradora de território, enfatizando a necessidade de se trabalhar todos esses âmbitos de forma conjugada, buscando nesse mesmo esforço a superação da dicotomia entre o materialismo e o idealismo, sendo assim “(...) imprescindível trabalhar o conceito de território a partir da interação entre as múltiplas dimensões sociais”.

Já a segunda questão que permeou a pesquisa foi a conformação do território enquanto relação espacial de poder envolvendo práticas de territorialidades que engendram processos de territorialização. Pode-se inferir que as relações territoriais de poder são exercidas em diferentes escalas e por diferentes agentes que, por sua vez, têm diferentes matrizes de racionalidade. Essas matrizes que funcionam como pares dialéticos, que são antagônicas, mas ao mesmo tempo se completam, são protagonistas dos conflitos de territorialidade.

Essas territorialidades são produzidas pelas relações estabelecidas entre sociedade-espaço-tempo que (re)constrói território, imprimindo nesse, suas características culturais, simbólicas e econômicas, com isso, podemos ler e entender os territórios através das marcas produzidas.

Territorialidades diferenciadas sobre um mesmo território também geram conflitos territoriais. Haesbaert (2012) aponta, com base em Lefebvre, que no atual momento histórico, há comumente a separação entre *territórios dominados* que se referem àquela em que o poder é vertical, onde há uma dominação ligada ao poder do Estado ordenador e ao poder racionalizador da propriedade, cuja principal característica é o econômico, principalmente o valor de troca.

Entretanto, existem os *territórios apropriados* é construído nas relações mais enraizadas, ligadas à dimensão simbólica, onde o poder se associa ao vivido, a um modo de vida conectado com este território valorizando o seu valor de uso em detrimento do valor de troca.

Entendido isso, podemos dizer que os agentes hegemônicos – Estado, Siderúrgica, Polo Moveleiro de Ubá, Laticínios e a Serraria –, se territorializam

pelo viés da dominação, utilizando de técnicas, tecnologias, discursos, leis... para favorecer a produção da monocultura do eucalipto.

Uma marca muito forte desse território corporativo e/ou dominado é o papel do Estado que assume os ideais neoliberais, promovendo assim, a gestão do território através de confecção de leis que incentivam a produção do eucalipto pelas empresas privadas.

Essas políticas públicas induzem o processo de reflorestamento que terá impacto sobre o território, desencadeando todo o processo de territorialização e a construção de uma territorialidade Estatal e corporativa focada na silvicultura de eucalipto. Essa iniciativa atenderá a os interesses de uma elite nacional e internacional que serão beneficiados na compra e venda dessa matéria-prima, desconsiderando outras formas de território e territorialidade existentes.

A principal justificativa que o Estado dá para essas políticas é a necessidade de criação de florestas artificiais devido o esgotamento progressivo das reservas florestais naturais próximas às principais regiões consumidoras, que no caso pode-se destacar o Sudeste e o Sul. Esse processo de intensa exploração das florestas naturais teve início no período de desenvolvimento industrial no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, quando a exploração das florestas era destinada à produção de carvão vegetal para suprir as necessidades das indústrias de base que surgiam.

Todo esse incentivo Estatal à produção da silvicultura, principalmente de Eucalipto e Pinus, refletiu-se diretamente na relação das indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima e geração de energia e a silvicultura.

Outra forma que os agentes hegemônicos acharam para dar legitimidade a dominação e construção territorial é a construção de um discurso indicando que a Zona da Mata mineira possui vocação florestal por ter fatores que contribuem para o início desse processo produtivo, dentre eles é destacado como principais o declínio da produção do café no início do século XX; recentemente a diminuição da produção leiteira; o relevo da região – mares de morro.

Soma-se a esses fatores de supostas aptidões agrícolas e processos históricos, a presença ou proximidade da região aos grandes e pequenos consumidores de eucalipto como metalúrgicas, siderúrgicas, indústrias de papel-

celulose, polo moveleiro, além de dezenas de laticínios e pequenas indústrias alimentícias.

Percebe-se que o discurso de vocação florestal é construído nitidamente para estimular a produção e atender a progressiva demanda de produtos florestais. Por causa disso, houve a intensificação e expansão do uso da terra abrindo novas fronteiras em detrimento de uma degradação dos recursos naturais, promovendo uma drástica redução da biodiversidade, em substituição a plantios homogêneos. As monoculturas sucessivas provocaram uma queda da fertilidade natural dos solos e, conseqüentemente, uma produtividade incompatível com o esperado.

Outra análise feita, agora em um viés mais socioeconômico e que, tendo em vista o caráter de longo prazo da atividade florestal e o fato de a maioria dos agricultores serem e terem a necessidade de um imediatismo, no que tange os investimentos, o cultivo do eucalipto em sistema de monocultura pode se tornar uma opção pouco viável do ponto de vista socioeconômico, quando comparado com às outras atividades agrícolas que oferecem retornos em curto prazo.

Esses fatores advogam negativamente para a questão, assim, um discurso forte dos agentes hegemônicos para desconstruir isso é o do desenvolvimento sustentável que inclusive é uma bandeira levantas pela *ArcelorMittal* em seus programas, que se diz referência no Brasil em programas de sustentabilidade. Contudo, esse não é o verdadeiro objetivo dos programas, que visa na verdade a comercialização de créditos de carbono.

Podemos destacar nesse arcabouço a construção de leis pelo Estado que estimula a produção de floresta plantada minimizando o desmatamento das florestas nativas, mas esses estímulos vão além da preocupação ambiental. Percebemos a existência de uma preocupação econômica por trás dessa iniciativa, promovendo a expansão da produção de eucalipto na Zona da Mata mineira – região com “vocação florestal”, a qual passa por um processo de estagnação econômica com a decadência de produção de leite e além disso, contemplando as políticas de crédito de carbono, aparecendo portanto, a agrossilvicultura com eucalipto como uma alternativa para o desenvolvimento florestal sustentável.

Pode-se perceber que existe todo um discurso de convencimento e criação de estratégias para tornar a dominação territorial rápida e legítima,

construindo e legitimando a ideia de que a região é potente na produção florestal e além disso, esse incentivo à monocultura de eucalipto tem uma preocupação ambiental, pois freia o desmatamento e promove o desenvolvimento sustentável.

Já os agentes contra-hegemônicos – comunidades quilombolas em especial a Colônia do Paiol – são considerados territórios apropriados, pois foram construídos essencialmente pela apropriação do espaço, através dos saberes e elementos identitários grafados no espaço, que provém de uma série de relações e práticas comuns.

Essas práticas e saberes, construídos ao longo da história grafada no espaço, se constituem então em elementos de apropriação deste espaço. Esse saber deve ser entendido de forma articulada com a ideia de poder, constitutivo da apropriação do território. “Os saberes ligados à terra, os saberes ambientais como coloca Leff (2000), se transformam em estratégia de sobrevivência e reprodução de um modo de vida, assim, estratégia de controle do território” (ITABORAHY, 2012:13).

As estratégias de sobrevivência e de r-existência das comunidades quilombolas em geral tem início no campo teórico, onde existe a necessidade de um reconhecimento conceitual do termo quilombo e uma ressignificação desse termo que estava aprisionado no passado, mas representando uma estrutura atual.

Contudo, a r-existência construída vai além da mera reação de auto afirmativa cultural, política e racial das comunidades remanescentes quilombolas, passando a existir também uma r-existência epistemológica influenciada diretamente pela realidade territorial local, ou seja, as territorialidades produzidas por essas comunidades contribuem para a construção de uma leitura da realidade deslocada de um conhecimento universal sobre os fatos, com caráter racional, moderno e eurocêntrico.

Um exemplo desse fato são as terras de uso comum que pela análise dos agentes hegemônicos são formas atrasadas e condenadas ao desaparecimento, sendo meros vestígios do passado que continuam a recair sobre os camponeses. Pode-se perceber que são formas residuais ou de sobrevivências de um modo de produção desaparecido.

Além desse fato, podemos destacar vários outros que corroboram para a construção de práticas de uma r-existência cotidiana, dentre elas está o mutirão

ou troca de dia. Geralmente ocorre na época de colheita ou em alguma obra como construção civil, cerca de terreno entre outras práticas que necessitam de muita mão-de-obra. Para não contratarem, os moradores da comunidade trocam dias de trabalho ajudando os vizinhos e parentes para que depois venham serem ajudados, assim, os moradores atingem o objetivo final que é a colheita ou a construção de algo mais rápido e sem custos de mão de obra.

Para Oliveira (2007) essa relação ganha o nome de “relação não capitalistas de produção”, isso ocorre devido o controle que o trabalhador ainda possui sobre processo produtivo do trabalho não envolvendo capital.

Todavia, como todo processo é dialético, esses territórios se sobrepõem em lógicas divergentes gerando conflitos territoriais onde os usos do território estão em disputa e sob tensão. Contudo, essa lógica vem sendo quebrada, pois as forças hegemônicas e verticais são mais intensas por terem mais poder, principalmente econômico, e serem mais amplas e isso vai alterando a territorialidade local e o processo de territorialização, pois a comunidade começa a ficar imprensada pelos eucaliptais; historicamente a população local perde território para a vizinhança levando o território atualmente ser minúsculo não tendo como ter uma produção interna.

Esse fato contribui para um intenso êxodo, principalmente para os municípios de Juiz de Fora e Barbacena, e além disso promoveu uma migração sazonal/pendular que tem como objetivo a busca de recursos financeiro para a manutenção de vida local.

No atual momento, podemos perceber que as famílias passam por dificuldades quanto à disponibilidade e acesso aos alimentos, na medida em que, hoje, estes dependem principalmente da renda das famílias, pois não dispõem de um vasto território para o plantio.

Assim, há uma dificuldade quanto as atividades provedoras de receita financeira, já que a maior parte é garantida por auxílios e benefícios governamentais, como aposentadoria e Bolsa Família e a outra parte vem da venda da força de trabalho, principalmente na Serraria Bias Fortes, em grande parte relacionadas na lida com o eucalipto. Em relato dos próprios moradores da comunidade, eles afirmam que das 52 famílias, aproximadamente 25 são sustentadas pela renda proveniente do trabalho na serraria.

Um outro problema que a comunidade enfrenta derivado da migração e ausência de terras para o cultivo está relacionado à perda dos saberes ligados as práticas agrícolas e a tradição da Congada, Folia de Reis e Jongo. Existe um movimento de incentivo e uma tentativa de resgate e permanência dessas práticas agrícolas/culturais negras, mas é um movimento ainda tímido e pequeno.

Com todo esse processo de perda do territorial devido a pressão do território dominante/corporativo, ainda conseguimos perceber pequenas práticas de r-existência na comunidade, dentre elas cabe destacar duas, primeiro a luta em busca do reconhecimento como comunidade de remanescente quilombola e o ganho da titulação da terra. Já o segundo é a tentativa de permanecer viva a cultura local através do estímulo das gerações mais jovens a praticarem rituais, danças, aprenderem pratos típicos como o arroz com ora pro nobis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. C. M. **Diagnóstico de consumo e suprimento de produtos madeireiros no setor moveleiro do município de Ubá-MG**. 2000. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2000.

ABREU, L. C. M. de et al. Diagnóstico de consumo e suprimento de produtos madeireiros no setor moveleiro do município de Ubá-MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 26, n. 2, p. 155-164, mar./abr. 2002.

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Foresta Plantada. **Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011** / ABRAF. – Brasília: 2012.ISSN: 1980-8550. Acessado no dia 16/06/2013 em: <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>

AB´SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Aterrier Editorial, 2003.

ACSELRAD, Henri & LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 1999.

AGRÍCOLA INDEPENDENT. Preço do estéreo de madeira segundo Cotação Agrícola Independent 950 AM. Disponível em: www.independente.com.br/player.php?cod=7894. Acesso em: 23 nov. 2010.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. "Quilombos: sematologia face a novas identidades". In: **FRECHAL. Terra de Preto - Quilombo conhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDH - Projeto Vida de Negro, 1996.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v. 6, n.1; Maio/ 2004. p.9-32.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, 2006, p. 25-38. 254

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

AMS – Associação Mineira de Silvicultura. **O Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais**. Caracterização, dimensionamento e importância. Belo Horizonte. Outubro de 2004.

ANDRADE, R.B. Ubá, um exemplo. **Revista Móveis de Minas**, Ubá, MG, v.1, 2007.

ANTONÂNGELO, A.; BACHA, C. J. I. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 1, p. 207-238, 1998.

ARAÚJO, Paula Coelho. **Comunidade São Pedro**: aspectos físicos e a problemática do mineroduto. UFJF, 2007. Mimeo.

ARCELORMITTAL. Empresa. Disponível em <http://www.arcelormittal.com/br/>, Acesso: 25 out. 2010 (a).

ARCELORMITTAL. Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa. Disponível em: <http://brasil.arcelormittal.com.br/pdf/galeria-midia/relatorios/relatorio-responsabilidade-corporativa-2013.pdf>

ARCELORMITTAL BIOENERGIA. Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.arcelormittalbioenergia.com.br/index.asp?Grupo=1&SubGrupo=1>. Acesso em: 25 out. 2010 (a).

ARCELORMITTAL BIOENERGIA. Programmeofactivitiesdocumentform for F/R – CDM-PoA-DD-AR - Version 01 ArcelorMittalBioenergia. 2010 (b).

ARENDR, Hannah. **Da violência**. Brasília. 1985, Editora da Universidade de Brasília.

ARRUTE, José de Souza A.P. **O quilombo conceitual. Para uma sociologia do “artigo 68”** – projeto Egbé – Territórios Negros (KOINONIA) – 2003.

BACHA, C. J. C. **A expansão da silvicultura no Brasil**. R. Bras. Econ., Rio de Janeiro, 45(1)145-1/iR, jan./mar. 1991

BECKER, Bertha & GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico**. In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dalia (orgs.). *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo a Interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro e Belem: APED e UFPA,

1993. p. 147-174.

BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. – São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. **Requilombar-se São Pedro dos Crioulos: magia ereligião em São Pedro de Cima**. Mimeo (2008).

_____. **A metrópole Sagrada: goeograficidades de um Rio de Janeiro Afrobrasileiro**. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2009.

CARNEIRO, Patrício A. S. & MATOS, RALFO E. S. **A formação do espaço agrário no Leste da Capitania de Minas Gerais: Vale dos Rios Piranga e**

Paraibuna (1694-1835). XIII Seminário sobre a Economia Mineira, CEDEPLAR/UFMG, 2008,.

CASTRO, Iná Elias de et. all. **Geografia: conceitos e temas.** 11º Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRÊA. Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. CASTRO, Iná Elias de et. all. **Geografia: conceitos e temas.** 11º Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

COOPERCOTIA. Machado desafia reflorestamento. In: *Coopercotia*, 22 (183): 20-4, jan.1965.

COSTA, S. M. G.; LIMA, M. V. C. **Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia.** Revista Geografares, nº12, p.76-113, Julho, 2012 – ISSN 2175 -370

DALY, Herma E. **Crescimento sustentável? Não, obrigado.** In: Ambiente e sociedade, ANPPAS, Unicamp, Campinas, vol. VII, n. 2, jul/dez, 2004. p. 197-202.

DANTAS, T. S. **Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima.** Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de bacharel em Geografia. UFJF. 2011.

DIEGUES, Antônio C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ed.São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade.** Rio de Janeiro e Belém: APED e UFPA. 1993. p. 217-248.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ESTEVES, Edilamar Pereira Amaral. **Programa produtor florestal: implementação numa empresa multinacional do setor siderúrgico.** – Pedro Leopoldo: Fipel, 2010. Dissertação: Mestrado Profissional em Administração.

FAEMG. **Perfil do Produtor de Leite nas Mesorregiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2010. Acessado em: <http://www.sistemafaemg.org.br/Web/Files/78254187520427351104618717211016419432126.pdf>

FANON, Frantz, Os condenados da terra. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães – Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2005. 374 p. 2º reimpressão atualizada, em 2013.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. 2002. 166p. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, SP, 2002. FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. 2002. 166p. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, SP, 2002.

FERREIRA, Simone Raquel Batista (Coord.). **Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho**. Conceição da Barra – ES. Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo – INCRA/UFES/APAGEES. 2005.

FERREIRA, Simone R. B. “**Donos do lugar**”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 2009. 522f . Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

FIEMG - **Guia Técnico Ambiental da Indústria de Laticínios (2014)**. Acessado em:

http://www7.fiemg.com.br/Cms_Data/Contents/central/Media/Documentos/Biblioteca/PDFs/FIEMG/MeioAmbiente/2014/CartilhasPublica%C3%A7%C3%B5es/FI-0066-14-CARTILHA-LATICINIOS3-INTRANET.pdf

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo CEI: Produto Interno Bruto de Minas Gerais 2002**. Belo Horizonte: Centro de Estatísticas e Informações (CEI). 2003. 10 p.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil de Minas Gerais**. 7ed, Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações (CEI), 2002, 40 p.

FONSECA, Denise. Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, L. C. (Ed.). **Em Debate**. Revista Eletrônica do Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, n. 1, ano 2005. Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 04.12.2007

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista** / Jonis Freire . - Campinas, SP : [s. n.], 2009. Tese de Doutorado.

FREITAS, Gerson de. **O Eucalipto no Vale do Paraíba Paulista: aspectos geográficos e históricos**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Física. São Paulo – SP. 2011.

FRONDIZI, Isaura M. Rezende Lopes (Org.). **O mecanismo de desenvolvimento limpo: guia de orientação 2009**, Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio: FIDES, 2009. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_md/mdl_1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1967

GIRARDI, E. P.; REIS, E. M.; LUCAS, F. M. **Método(s) em geografia.Formação**. nº 12. vol. 2. Presidente Prudente (SP): 2005, p.101-118.

GUIMARÃES, Elione. **Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**. São Paulo: Fapeb (Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica), Annablume, 2006a

GUIMARÃES, Elione. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito** (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora, MG:Funalfa edições, 2006b.

GUIMARAES, Roberto. Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas. In: BECKER, Berta e MIRANDA, Mariana (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 13-44.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 6ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. RevistaEducativa – Instituto de pesquisa e inovação educacionais. www.educativa.org.br

GUERRA, C. **Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto**. 2. ed. Associação Agência Terra. 1995. 142 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – Censo Agropecuário – vide em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf

ITABORAHY , Nathan Z. Conflitos e resistências territoriais na comunidade quilombola de São Pedro de Cima: primeiras impressões. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...Uberlândia**: UFU, 2012. ISSN 1983-487X.

HAESBAERT da COSTA, Rogério. Concepções De Território Para Entender A Desterritorialização. In: Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. PPGeo-UFF/AGB. Niterói, 2002.

HAESBAERT da COSTA, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. . 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006. (Coleção Geografia e Adjacências).

KOPYTOFF, Igor. "Slavery". Annual Review of Anthropology, vol.11, 1982, pp. 221-22. Ver também PATTERSON, Orlando. Slavery and social death. A comparative study. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982

LACERDA, Henrique Duarte. **Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de fora, Zona da mata de Minas Gerais, 1844-88**. São Paulo: Fapeb (Fundação de Amparo à Pesquisa em Educação Básica); Annablume, 2006.

LANNA, Ana Lucia Duarte. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Brasília: CNPq, 1988.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. In: **Proposta**, FASE, Rio de Janeiro, ano 25, n. 71, dez-fev, 1997, p. 5-10.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petropolis: Vozes, 2001.

LEITE. Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: Questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.
Acessado em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf

LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. nº 322. Brasília: DAN/Unb, 2002.

LOPES, Helena Theodoro. **Negro e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: INIBRADE/UNESCO, 1987.

MACHADO. Cláudio Heleno. **TRÁFICO INTERNO E CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO ESCRAVA NO PRINCIPAL MUNICÍPIO CAFEIEIRO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS: JUIZ DE FORA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**. X Seminário sobre a Economia Mineira; 1998. p. 01 – 27.

MARQUES. Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos – CEBRAP 74 – março de 2006 – pp. 107 -123.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Editora: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. O Capital. (11.ed.) São Paulo: Difel, 1987 [1890]

MARTINS, Roberto Borges. **Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora.** Estudos Econômicos, 13 (1): 181-209, jan./abr., 1983.

MENDONÇA, F. M. de. **Formação, desenvolvimento e estruturação de arranjos produtivos locais da indústria tradicional do Estado de Minas Gerais.** 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistémica: retórica de la modernidade, lógica de lacolonialidade y gramática de ladescolonialidad.** Colección Razón Política – Ediciones del Signo– 2010

MORAES, Antônio C.R. (org.) **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais vol. 59).

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2006

MEIRA NETO, J. A. A.; SILVA, A. F. **Caracterização dos fragmentos florestais das áreas de influência e diretamente afetada da UHE de Pilar, Vale do Rio Piranga, Zona da Mata de Minas Gerais.** Viçosa: FUNARBE, 1995. 57 p.

MIRANDA, Danilo Fernandez et al. **Projeto de infraestrutura e fortalecimento das instituições do mercado de carbono. Levantamento de barreiras e do potencial do mecanismo de desenvolvimento limpo programático no Brasil.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/ptbr/mercados/download/Barreiras-mecanismodesenvolvimento-limpo.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** Revista USP, São Paulo (28): 56 - 63, dezembro/fevereiro 95/96. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108p.

NERO, Iraci Del. **Arraia miúda.** São Paulo: MGPS Editores, 1992.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** ABA/ Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

O'DWYER, Elaine Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. *et al* (Org.). **Cadernos de debates Nova 260 Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**, vol. 01, n. 02. Manaus

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª Edição. FFLCH. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, P.R.S. et.al. **Cadeia produtiva da moveleira: polo moveleiro de Ubá**. Viçosa – MG: U.R.EPAMIG ZM, 2010.

PINHEIRO, Fábio W. A. **A Zona da Mata mineira e sua participação no tráfico de escravos para Minas Gerais (1808-1850): uma proposta de pesquisa**. Anais do I Colóquio do LAHES – Laboratório de História Economia e Social – Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1993. (Dissertação de Mestrado em História).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Organizador Emir Saber. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____, **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires – 2002.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of world-systems research, VI, 2, Summer/Fall 2000, 342 – 384. Special Issue: Festcher for Immanuel Wallerstein – Part I.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro J. P. “**(Re)conhecer quilombos no território brasileiro. Estudos e mobilizações**” In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil afro-brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

RESENDE, J. L. & NEVES, A. R. **Evolução e contribuição do setor florestal para a economia brasileira**. In: *Simpósio Bilateral Brasil-Finlândia sobre Atualidades Florestais*. Curitiba, 16-22 out 1988, p. 215-65.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982

RUA, Joao; OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro de; FERREIRA, Álvaro. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia (introdução). In: RUA, Joao (org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 7- 34.

RUA, Joao. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, Joao (org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 143-194.

SACK, Robert D. **Territorialidade humana**: teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 280p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º Ed. São Paulo. Editora da Universidades de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (Orgs.). **Nação e Poder**: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998. P.23-29.

SILVA, Djalma Antônio da. **O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO DE UBÁ. **INTERSIND 15 anos**. UBÁ, MG: Suprema, 2004.

SCHMITT, A. et al. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - Ano - Nº 10 - 1º Semestre de 2002.

SCOTT. James. **Formas Cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10 – 31, jan./jun. 2002

SIQUEIRA, J.D. P. **O setor florestal brasileiro - comercialização de produtos florestais a nível nacional e internacional**. In: *I Encontro Brasileiro de Economia Florestal*. Curitiba, 23-27 maio 1988, p. 323-33.

SOARES, Carlos Pedro Boechat; RIBIERO, José Carlos; NASCIMENTO FILHO, Moacir Batista; RIBEIRO, José Carlos Lopes. **Determinação de fatores de empilhamento através de fotografias digitais**. Revista *Árvore*. Viçosa, v. 27, nº.4, july/aug. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622003000400007&script=sci_arttext. Acesso em: 23nov. 2010.

SOUZA. M. J. L. O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. (p. 77 – 116) em CASTRO, Iná Elias de et. all. **Geografia: conceitos e temas**. 11º Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SOUZA, Elza Coelho de. **Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Geografia, jan.-mar. 1951, 13(1).

SPÓSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, FAPERJ, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. **Pesquisa de campo em Geografia. GEOgraphia**, Ano 4. nº 7. Niterói/RJ, 2002.

VALE, R. S. **Agrossilvicultura com eucalipto como alternativa para o desenvolvimento sustentável da zona da mata de minas gerais**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2004.

VALENTE, E.; SILVA, J. A.; & SILVA, L. F. **Ensaio sobre o produto real na agropecuária**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1988.

VALVERDE, Orlando. **Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, (1): 3-82, jan./março, 1958.

VIANA, V. M.; MAY, P.; LAGO, L.; DUBOIS, O.; GRIEG-GRAN, M.
Instrumentos para o manejo sustentável do setor florestal privado no Brasil.
Uma análise das necessidades, desafios e oportunidades para o manejo de florestas naturais e plantações florestais de pequena escala. Laboratório de Silvicultura Tropical, Departamento de Ciências Florestais, Universidade de São Paulo – Esalq, *Série Instruments for sustainable private sector forestry* (Instrumentos para um Setor Florestal Privado Sustentável), International Institute for Environment and Development, Londres, 2002. 106 p.

7. APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1: Questionário 1.

Questionário 1 - Plantação de Eucalipto.

1 – Em sua propriedade tem plantação de eucalipto?

1. SIM 2. NÃO

2 – De quem surgiu à iniciativa do plantio?

1. Própria 2. Parentes 3. Amigo/Vizinhos 4. Outros: _____

3 – Como conseguiu as mudas?

4 – Quanto tempo você produz?

5 – Qual é o tamanho **em m²** do seu plantio?

6 – Qual é o uso que você dá para o eucalipto?

1. Venda 2. Consumo Próprio

7 – Se vender, quais são os principais compradores da produção?

—

8 – Se for consumo próprio, que é (são) o (s) uso (s)? (poder ser mais de uma alternativa)

1. Lenha 2. Esteio 3. Cerca 4. Outros: _____

9 – O retorno financeiro acontece de que forma?

1. Mensal 2. Semestral 3. Anual 4. Final do plantio 5. Outros

10 - Você tem outra fonte de renda?

1. SIM 2. NÃO

11 – Se a resposta anterior for **SIM**, faça a seguinte pergunta. Qual?

12 – Quantas pessoas estão envolvidas diretamente em sua produção?

1. Uma a duas
2. Três a Cinco
3. Seis a dez
4. Mais de 11

13 – Qual o vínculo dessas pessoas com você?

1. Parentes
2. Amigos/Vizinhos
3. Outros: _____

APÊNDICE 2: Questionário 2.

Nome da pessoa

entrevistada: _____

Idade _____

Família: _____

Local: _____

Data: _____

Nome dos entrevistadores:

1. Questionário censitário:

- Quantas pessoas moram nessa residência? _____
- Existe mais de uma família nessa residência? 1 – Sim 2 – Não
Se a resposta for **SIM**, quantas? _____
- Quantas pessoas estão entre as faixas etárias:
 - ✓ 0 a 10 anos _____
 - ✓ 11 a 15 anos _____
 - ✓ 16 a 20 anos _____
 - ✓ 21 a 30 anos _____
 - ✓ 31 a 40 anos _____
 - ✓ 41 a 50 anos _____
 - ✓ 51 a 60 anos _____
 - ✓ Acima de 61 ano _____
- Das pessoas residentes nessa casa, quantos estudam? _____
- Qual é o local de estudo dessas pessoas? 1 – Da comunidade 2 – De Bias Fortes
3 – De Pedro Teixeira 4 – De Juiz de Fora 5 – Outros _____
- A(s) família(s) residente(s) nessa casa tem acesso a programa do governo “Bolsa Família”?
1- Sim 2 - Não
- Das pessoas residentes nessa casa, quantos fazem faculdade? _____
- Este domicílio é: 1 – Próprio 2 – Alugado 3 – Emprestado
- O domicílio contém banheiro? 1 – Sim 2 – Não
Se **SIM**, perguntar: 1- Ligado à rede de esgoto 2 – Fossas
- A forma de abastecimento de água é: 1 – Rede geral de distribuição 2 – Poço ou nascente
3 – Rios ou açudes.
- O lixo é: 1 – Coletado pelo serviço de limpeza 2 – Queimado 3 – Enterrado
4 – Jogado em terrenos baldios 5 – Jogado em rios ou lagos.
- Existe energia elétrica na residência? 1 – Sim 2 – Não

2. Questionário econômico

- Quantas pessoas trabalham na casa? _____ Quantos são homens _____
Quantas são mulheres _____
- Tem membro(s) dessa(s) família(s) que é/são aposentado(s)? 1 – Sim 2 – Não
Quantos: _____
- Onde é o principal local de trabalho: 1 – Na comunidade 2 – Fora da Comunidade (se
essa for a resposta)
Onde? _____
- As pessoas que trabalham fora da comunidade, quanto tempo (dias) elas ficam fora?
1 – zero 2 – De um (1) a dois (2) 3 – Três (3) 4 – De quatro (4) a
cinco (5) 5 – mais que cinco (5)
- Em seu domicílio tem produção de alimentos? 1- Sim 2 –Não
- Em seu domicílio tem criação de animais? 1- Sim 2 –Não
- Se algumas das respostas forem **NÃO**, pergunte.
- ✓ Em alguma época já teve produção alimentos e criação de animais? 1 – Sim 2 - Não
- ✓ Existe alguma razão para não plantar?

-
- Se algumas das respostas forem **SIM**, pergunte.
 - ✓ Qual é o destino dessas produções? 1 – Próprio sustento 2 – Próprio sustento e troca
3 – Próprio Sustento e Comércio
4 – Comércio
 - ✓ Quais são os principais alimentos produzidos?

-
- ✓ Quais são os principais animais criados?

-
- Ao entorno da comunidade o que mais há de produção?
1- Eucalipto 2 – Gado 3 – Outros _____

3. Questionário sobre Eucalipto

- Se a resposta da pergunta anterior for **SIM**, pergunte.
Qual é o seu envolvimento e de sua família com a produção de eucalipto?
1 – Trabalho 2 – Compra 3 – Outros _____ 4 – Nenhum
- Quem é o maior produtor de eucalipto do entorno da comunidade?

- Quem é o principal comprador desses eucaliptos?

- A produção de Eucalipto do entorno da comunidade traz algum malefício/problema?

1 - Sim 2 – Não Se a resposta for **SIM**, qual (is)?

- A produção de Eucalipto do entorno da comunidade traz algum benefício?

1 - Sim 2 – Não Se a resposta for **SIM**, qual (is)?

4. Questionário de Soberania alimentar

- Para você o que seria alimentação saudável?
-

- E uma alimentação ruim?
-

- Você considera sua alimentação saudável? 1 – Sim 2 – Não

- Quais alimentos você mais gosta de comer?
-

- Você tem acesso a esses alimentos? 1 – Sim 2 – Não

Se a resposta for **SIM**, pergunte: através de onde? 1 – De sua própria produção 2 –
Compra

Se a resposta for **NÃO**, pergunte por
quê? _____

- De onde vem o:

✓ Leite 1 – De sua própria produção 2 – Compra

✓ Carne 1 – De sua própria produção 2 – Compra

✓ Verduras e legumes 1 – De sua própria produção 2 – Compra

✓ Frutas 1 – De sua própria produção 2 – Compra

- Seus antepassados (avós e país) tinham uma alimentação? (Comparando com a do entrevistado)

1 – Melhor 2 – Pior 3 – Igual

Por quê?

- Você gosta de morar na comunidade? 1 – Sim 2 – Não

Por quê?

- Como você acredita que estará a sua comunidade daqui a uns 10 anos?

1 – Melhor 2 – Pior 3 – Igual

Por quê?
